

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 5 de Março de 2007

Número 45

ÍNDICE

PARTE J

3.º SUPLEMENTO

BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Relatório n.º 1-T/2007:

Contas de 2002 5948-(6)



PARTE J

BSN — BANCO SANTANDER DE NEGÓCIOS PORTUGAL, S. A.

Relatório n.º 1-T/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 2011; identificação de pessoa colectiva n.º 502519215; data da inscrição: 21 de Maio de 2003.

Custódia Maria Oliveira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica, para efeitos de publicação que, as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referente à prestação de contas, individuais e consolidadas da sociedade em epígrafe do ano de 2002.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 21 de Dezembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Custódia Maria Oliveira*.

Relatório e contas de 2002

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Jorge Maria Bleck.

Secretário: Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes.

Conselho de administração:

Presidente: Eurico da Silva Teixeira de Melo.

Vice-presidente: António Mota de Sousa Horta Osório.

Vogais:

Ana Patrícia Botin.

Eduardo José Stock da Cunha.

Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca.

João Ricardo de Azevedo Ermida.

José Luís Alvim Marinho.

José Manuel Alves Elias da Costa.

José Manuel Arrojo.

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos.

Miguel de Campos Pereira de Bragança.

Nuno Manuel da Silva Amado.

Pedro Gaspar Fialho.

Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère.

Valentim Xavier Pintado.

Conselho fiscal:

Presidente: António Mendo Castel-Branco Borges.

Vogais:

Fernando Jorge Marques Vieira em representação de António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Luís Augusto Gonçalves Magalhães em representação de Magalhães, Neves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Suplente: Américo Henrique Gomes da Cruz Reinaldo.

Comissão executiva:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório.

Vice-presidentes:

Eduardo José Stock da Cunha.

José Manuel Alves Elias da Costa.

Miguel de Campos Pereira de Bragança.

Vogais:

Nuno Manuel da Silva Amado.

Sofia Luísa Corrêa Henriques C. Menezes Frère.

Pedro Gaspar Fialho.

M. agregados:

Armindo Alberto Bordalo Escalda.

Borja Anduiza Rubio.

João Paulo de Moura Bouça de Morais.

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida.

Secretário da sociedade:

Efectivo: Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes.

Suplente: António Miguel Leonetti Terra da Motta.

Nota. — O Dr. Carlos Manuel Tavares da Silva apresentou a sua renúncia ao cargo de vogal do conselho de administração no dia 5 de Abril de 2002.

Relatório do conselho de administração

Estrutura accionista

O Banco Santander de Negócios Portugal é detido a 99,99% pela Foggia — SGPS, S. A.

Principais indicadores

(Em milhões de euros)

	2000	2001	2002	Variação de 2001 a 2002 (percentagem)
Indicadores de actividade:				
Balanço:				
Activo total (líquido)	1 359	1 550	1 460	— 6
Crédito sobre clientes	698	655	618	— 6
Recursos de clientes	918	831	843	1
Capitais próprios + interesses minoritários + passivos subordinados	141	163	230	41
Resultados:				
Produto bancário	44	44	64	46
Resultado bruto de exploração	29	25	47	88
Resultado antes de impostos	24	28	45	63
Resultado líquido	21	22	39	76

(Em milhões de euros)

	2000	2001	2002	Varição de 2001 a 2002 (percentagem)
Ratios (percentagem):				
ROE	23,60	20,20	29,50	p. p. + 9,4
ROA	1,50	1,40	2,60	p. p. + 1,2
Ratio de eficiência	30,80	38,50	23,80	p. p. - 14,7
Solvabilidade:				
Banco de Portugal	18,00	22,00	18,00	—
Bis	12,00	15,50	13,00	—
Tier 1	13,20	15,00	12,00	—
Número de empregados	160	165	158	(7)
Número de empregados em Portugal	157	162	155	(7)
Indicadores bolsistas:				
Resultado líquido por acção (euros)	3,93	4,18	7,35	76

Enquadramento da actividade**Economia internacional**

O ano de 2002 iniciou-se com perspectivas de que as principais economias teriam sido relativamente pouco afectadas pelos acontecimentos trágicos de 11 de Setembro de 2001. Nos EUA, a melhoria dos indicadores económicos referentes ao quarto trimestre de 2001 reflectiu-se numa progressiva revisão em alta das previsões de crescimento para 2002. No entanto, a incerteza viria a manter-se elevada ao longo de todo o ano, fruto da conjugação de vários factores. Suc-

sivos escândalos financeiros conduziram os mercados accionistas para mais um ano de perdas, reduzindo a riqueza — e, consequentemente, a confiança — dos consumidores. Adicionalmente, a ameaça de uma intervenção militar no Iraque e a consequente subida do preço do petróleo, contribuíram para manter em baixa a confiança dos agentes económicos. A despesa das famílias americanas, todavia, manteve-se sustentada, fruto da forte descida das taxas de juro de longo prazo, que contribuiu para uma substancial redução dos seus custos de financiamento. As empresas, por seu lado, continuaram o ajustamento iniciado em 2000, reduzindo os níveis de existências e o emprego.

Crescimento económico mundial

	1998	1999	2000	2001	2002 (estimativa)	
					Abril de 2002	Setembro de 2002
Mundo	2,6	3,6	4,7	2,2	2,8	2,8
Países avançados	2,7	3,4	3,8	0,8	1,7	1,7
EUA	4,3	4,1	3,8	0,3	2,3	2,2
Japão	-1,2	0,8	2,4	-0,3	-1,0	-0,5
UEM	2,9	2,8	3,5	1,5	1,4	0,9
Reino Unido	2,9	2,4	3,1	1,9	2,0	1,7
Países em desenvolvimento	3,5	4,0	5,7	3,9	4,3	4,2
África	3,4	2,8	3,0	3,5	3,4	3,1
Ásia	4,0	6,1	6,7	5,6	5,9	6,1
Médio Oriente e Turquia	3,6	1,2	6,1	1,5	3,3	3,6
América Latina	2,3	0,2	4,0	0,6	0,7	-0,6
Países em transição (ex-comunistas)	-0,7	3,7	6,6	5,0	3,9	3,9

Fonte. — FMI

O Japão tem-se mostrado incapaz de solucionar o problema da deflação e o crescimento mantém-se fraco, apesar de sucessivos planos governamentais de estímulo à economia. O elevado peso de crédito malparado no balanço dos bancos continua a impedir a concessão de crédito, sobretudo às pequenas e médias empresas, enquanto o aumento do desemprego e a deflação se reflectem num fraco crescimento do consumo privado. O governo apresentou no final de Outubro um novo plano destinado a acelerar o processo de saneamento das instituições financeiras e a estimular o sector empresarial, através de uma reforma fiscal e de apoios às pequenas empresas e à criação de emprego.

Nos mercados emergentes, logo no início de 2002 há a destacar o abandono da paridade com o dólar americano (*currency-board*) pela Argentina, e consequente desvalorização do peso. As medidas de conversão em pesos dos depósitos em dólares (a uma taxa de câmbio

inferior à do mercado) e o congelamento das contas bancárias aumentaram a instabilidade económica e social.

A instabilidade transmitiu-se depois ao Brasil, em antecipação das eleições presidenciais de Outubro de 2002. A esperada vitória de Lula da Silva gerou receios de uma alteração radical da política desenvolvida nos últimos anos, conduzindo o real para o valor mais baixo de sempre (muito próximo dos 4 reais por dólar). No entanto, o novo governo assegurou a manutenção de uma política de estabilidade macroeconómica.

O preço do petróleo registou uma subida acentuada ao longo de 2002, ultrapassando mesmo o preço médio de 25 USD/b, definido pela OPEP. A subida, logo no início do ano, deveu-se à melhoria das perspectivas de crescimento económico para 2002. A partir de meados do ano o preço do petróleo foi influenciado pela discussão em torno da redução de quotas pela OPEP, mas sobretudo pelos receios de uma intervenção militar no Iraque.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril



Fonte. — Bloomberg.

Economia da UEM

Na UEM, e contrariamente aos EUA, as previsões de crescimento foram progressivamente revistas em baixa. A economia europeia revelou não ser tão imune aos acontecimentos registados nos EUA como inicialmente esperado, sobretudo por via das interligações financeiras. Embora as acções representem uma baixa proporção da riqueza dos consumidores, estes foram afectados pela queda dos mercados accionistas, num cenário de aumento da incerteza global, levando mesmo a uma retracção do consumo. Por outro lado, as eleições legislativas na Alemanha e a necessidade de redução do défice orçamental, com a discussão de novos aumentos dos impostos, afectaram a confiança dos empresários que adiaram decisões de investimento e de aumento do emprego. No entanto, apesar do menor crescimento económico, o desemprego aumentou de forma moderada.

A inflação manteve-se acima do limite dos 2% durante quase todo o ano, revelando uma grande resistência à descida, apesar do abrandamento da actividade, de aumentos salariais relativamente controlados e da apreciação do euro. No início do ano, a inflação subiu devido ao arredondamento dos preços resultante da introdução do euro, que teve um impacto maior do que o esperado. Posteriormente, seria afectada pela subida dos preços do petróleo.

Economia da UEM

	PIB		Inflação	
	2001	2002	2001	2002 (a)
UEM.....	1,5	0,8	2,5	2,4
Alemanha	0,6	0,4	2,4	1,6
França	1,8	1,0	1,8	1,9
Itália	1,8	0,3	2,5	2,5
Espanha	2,7	1,8	2,8	3,5

(a) Estimativa.

Fonte. — OCDE.

Em 2002, a Comissão Europeia aplicou pela primeira vez o procedimento dos défices excessivos. Portugal foi o primeiro país alvo de uma recomendação explícita, pelo défice orçamental de 2001 (4,1% do PIB). A Alemanha foi o país seguinte visado devido ao défice de 2002, e a França está a ser analisada cuidadosamente, devido ao défice esperado para 2003. A partir de 2003 o défice orçamental começará a ser analisado em termos ajustados do ciclo económico para acomodar o impacto do menor crescimento sobre a despesa pública.

Economia portuguesa

A economia portuguesa iniciou a necessária correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, sobretudo do défice público. O ano de 2002 iniciou-se sob o signo de eleições legislativas, marcadas pela discussão em torno do valor final do défice orçamental de 2001, que ascendeu a 4,1% do PIB, o mais elevado da zona euro. O novo governo apresentou um orçamento rectificativo, propondo uma maior contenção da despesa e o aumento da taxa normal do IVA em 2 p. p., por forma a reduzir o défice orçamental para 2,8%.

A contenção da despesa pública acresceu, assim, ao abrandamento das economias externas e à moderação do consumo privado. Pelo terceiro ano consecutivo, as famílias privilegiaram a poupança, ajustando, deste modo, o forte aumento do endividamento ocorrido nos anos anteriores. Entretanto o investimento evidenciou uma contracção significativa, na sequência do abrandamento da actividade de construção, obras públicas e sector residencial, que tinha registado um forte crescimento no passado recente.

Indicadores sobre Portugal

	1998	1999	2000	2001	2002 (a)
PIB	4,6	3,8	3,7	1,6	0,7
Consumo privado	5,0	5,1	2,6	1,2	0,5
Consumo público	4,1	5,6	4,0	2,8	1,4
Investimento	12,4	7,4	3,3	—	—1,5
Exportações	9,1	2,9	8,0	1,4	2,0
Importações	14,2	8,5	5,4	0,3	0,3
Inflação média	2,8	2,3	2,9	4,4	3,6
Desemprego	5,0	4,4	4,0	4,2	5,2
Défice público (percentagem do PIB)	—2,6	—2,4	—2,9	—4,1	—2,8
Dívida pública (percentagem ao PIB)	55,0	54,4	53,3	55,5	58,8
BTC (percentagem do PIB)	—4,7	—6,3	—8,8	—8,4	—6,0

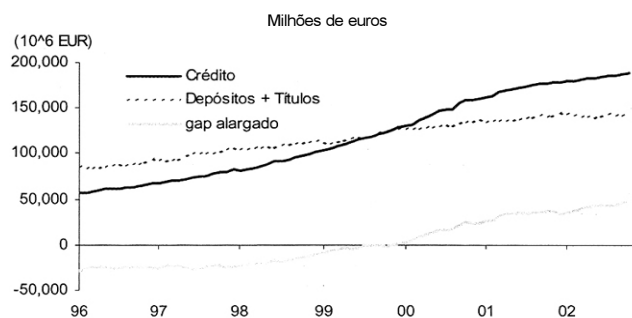
(a) Estimativa.

Fonte. — INE, Ministério das Finanças, BSNP.

As exportações, apesar do abrandamento da procura nos principais parceiros comerciais, nomeadamente a Alemanha, e do maior crescimento dos salários em Portugal, aceleraram face ao ano transacto, confirmando as indicações de ganhos de quota de mercado pelas exportações portuguesas. As importações terão estagnado pelo segundo ano consecutivo, reflectindo o forte abrandamento do consumo privado e do investimento, que têm um elevado conteúdo importado.

O défice externo manteve-se em níveis elevados, sendo o maior da OCDE, conduzindo a um novo aumento do endividamento ao exterior, assegurado quase exclusivamente pelo sector bancário. Entre Dezembro de 2001 e Outubro de 2002, o sector bancário aumentou a sua dívida externa em quase 10 biliões de euros, valor idêntico ao verificado no período homólogo do ano anterior. No final daquele período o financiamento do crédito pela dívida externa bancária aumentou para 24% do total do crédito concedido, para atingir cerca de 35% do PIB (um aumento superior a 5% face à situação de 2001).

Mercado bancário e Gap de liquidez



Fonte. — Banco de Portugal.

A inflação desacelerou de forma moderada, caindo para 3,6% em 2002, face aos 4,4% de 2001. À semelhança do ocorrido nos restantes países da zona euro, os arredondamentos de preços resultantes da introdução das notas e moedas de euro tiveram um impacto sensível sobre a inflação. Grande parte da desaceleração da inflação deveu-se aos preços da alimentação, que tiveram uma evolução bastante favorável, e que anularam em grande medida o impacto do aumento da taxa normal de IVA sobre os preços. O diferencial da taxa de inflação com a zona euro reduziu-se, para 1,4 p. p., mas situa-se ainda a um nível elevado, colocando problemas de competitividade.

O mercado de trabalho continuou a ajustar-se à desaceleração da actividade económica, com a taxa de desemprego a aumentar para 5,1% no 3.º trimestre, o nível mais elevado desde o 1.º trimestre de 1998. No entanto, apesar de uma moderação face ao período homólogo, os aumentos salariais continuaram a exceder o aumento da produtividade.

Mercados cambiais

Em 2002 o euro, esteve sobretudo sob a influência de factores como os diferenciais de crescimento e fluxos de fundos, que voltaram a marcar a tendência nos mercados de câmbios. No início do ano, a revisão em alta das previsões de crescimento nos EUA, reflectiu-se na depreciação do euro, que voltou a aproximar-se dos níveis mínimos verificados em 2001.

A partir do 2.º trimestre de 2002 a queda dos mercados accionistas norte-americanos, afectados por vários escândalos financeiros, e a consequente redução dos fluxos de fundos destinados aos EUA, reflectiu-se numa recuperação do euro, que se aproximou da paridade com o dólar. Esta tendência viria a revelar-se pouco sustentada, na medida em que no 2.º semestre a economia europeia deu sinais de que não estava imune aos desenvolvimentos nos EUA, com uma revisão em baixa das previsões de crescimento para 2002, mas sobretudo para 2003.

No entanto, e já no quarto trimestre, o euro ultrapassou significativamente a paridade com o dólar, beneficiando, por um lado da demissão da equipa económica da administração norte-americana e sua substituição por uma nova equipa, menos estrita na defesa de um dólar forte, e por outro, de novos receios de uma intervenção militar pelas forças norte-americanas no Iraque.

A libra esterlina acompanhou de perto a evolução do dólar, depreciando-se face ao euro mas em menor escala. Em 2002, embora sem desenvolvimentos concretos quanto à participação do Reino Unido na zona euro, foram conhecidos vários estudos que revelam estimativas para a taxa de conversão da libra, situadas em torno de 0,70 libras por euro.

O iene manteve-se, durante o 1.º semestre, em torno dos níveis alcançados em 2001 (os mais baixos dos últimos três anos), reflectindo as fracas perspectivas para a economia japonesa, conforme já referido. No entanto, no 2.º semestre, viria a apreciar-se, devido a uma recuperação conjuntural da economia, e aos factores específicos que afectaram sobretudo o dólar americano.

**Evolução das principais taxas de câmbio
(Dezembro de 2001 = 100)**



Fonte. — BCE.

Mercados monetários

Na sequência das fortes descidas das taxas de referência ocorridas em 2001, o ano de 2002 iniciou-se com expectativas de inversão do ciclo monetário. No entanto, ao longo do exercício, as constantes revisões em baixa das taxas de crescimento da economia, conduziram

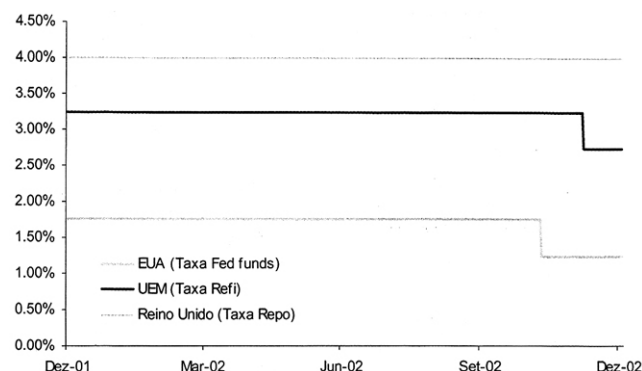
a um pessimismo generalizado que se traduziu em expectativas de descida das taxas de referência.

Os bancos centrais dos EUA e da zona euro viriam efectivamente a baixar as taxas de referência, no quarto trimestre de 2002. Nos EUA, a Reserva Federal reduziu a taxa de referência para 1,25%, um mínimo de quatro décadas, devido à quebra da confiança dos consumidores motivada pela perspectiva de desenvolvimentos político-militares no Iraque. Na sequência desta decisão, a reserva federal dos EUA deu por concluída a sua tarefa, considerando que a política monetária era consistente com a recuperação da economia americana.

Por seu turno o Banco Central Europeu baixou também a taxa de referência, para 2,75%, reconhecendo que o abrandamento económico nos EUA e o aumento da incerteza global afectaram igualmente a economia europeia. Na sequência desta decisão, e de declarações de que os riscos para a actividade continuavam elevados, os mercados financeiros anteciparam um novo corte até 0,5%, poderia ser decidido, o que conduziu as taxas de juro a novos mínimos.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra discutiu por várias vezes uma eventual descida das taxas de referência, mas manteve-as inalteradas no mínimo de 4%. Embora preocupados com o abrandamento da economia global, o forte crescimento dos salários e o aumento dos preços do imobiliário reforçou a dualidade da economia britânica, levando banco central a ter uma postura mais cautelosa, não alterando a política monetária.

Taxas de referência dos principais bancos centrais



Fonte. — Reuters.

No Japão, a manutenção do cenário de recessão económica e deflação levou o Banco do Japão a observar a política de taxas de juro zero, bem como a aumentar a taxa de expansão dos agregados monetários, para contrariar a tendência de descida dos preços.

Mercados obrigacionistas

Em 2002 as taxas de juro de longo prazo voltaram a descer de forma significativa, aproximando-se dos níveis mínimos verificados em 1998-1999.

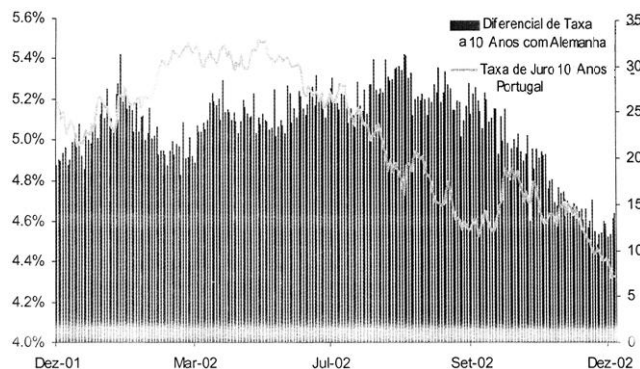
A descida das taxas de juro, que se acentuou a partir de meados do ano e que mais do que anulou a subida verificada no início do ano, (a qual ocorreu na sequência das expectativas iniciais de recuperação da actividade económica), foi determinada pelo conjunto de factores já anteriormente referidos e que podem basicamente ser sintetizados num movimento de «fuga para a qualidade».

Efectivamente, os mercados obrigacionistas assumiram um importante papel de refúgio para os investidores. Inicialmente, foi a queda dos mercados accionistas a espoletar um movimento de reafecção de carteiras em favor de activos com menor risco. Seguidamente, o agravamento da situação financeira no Brasil, em antecipação das eleições presidenciais, e num contexto de elevada incerteza sobre os restantes países da América Latina, gerou um movimento de fuga dos mercados emergentes, sendo a dívida pública dos mercados desenvolvidos a aplicação preferida.

A descida das taxas de juro de longo prazo foi mais acentuada nos EUA, situando-se abaixo dos níveis de taxas na zona euro. As taxas de juro de longo prazo europeias terão sido afectadas negativamente pelo agravamento dos défices orçamentais, devido não só ao mais fraco crescimento económico, como também a políticas económicas menos adequadas. O facto de a Alemanha ter excedido o limite de 3% do PIB para o défice público e, desta forma, incorrer no procedimento dos défices excessivos pelo Conselho Europeu, é disso o principal exemplo. Dentro da zona euro, a evolução das taxas foi diferenciada, com

uma redução dos diferenciais de taxas de juro entre os países centrais (sobretudo a Alemanha) e os países periféricos (incluindo Portugal).

Taxa de juro a 10 anos e diferencial com a Alemanha



Fonte. — BSN Portugal, Reuters.

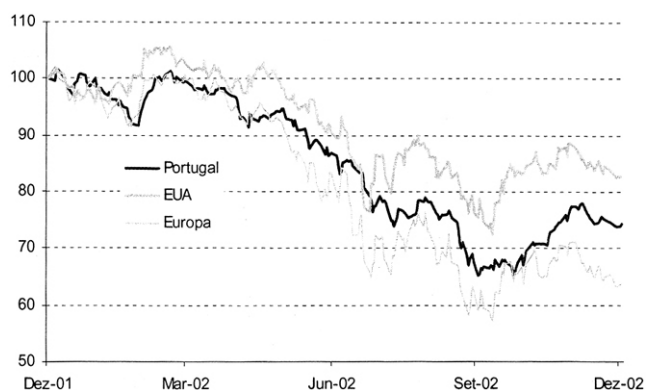
Mercados accionistas

O optimismo que marcou o início de 2002, reflectindo-se numa rápida recuperação das cotações, foi manchado por vários escândalos financeiros, de que a falência da Enron, um das principais empresas energéticas dos EUA, é o caso extremo. Efectivamente, foram muitos os casos de má informação prestada pelas empresas cotadas, que levou mesmo à alteração das normas das entidades reguladoras. Os mercados accionistas registaram, após o 2.º trimestre de 2002, uma queda tão ou mais acentuada do que no decurso dos dois anos anteriores.

Como já mencionado, a zona euro, não ficou imune. O sector das telecomunicações foi particularmente afectado, na sequência da crise a Worldcom, uma empresa americana do sector, e que lançou receios quanto à situação das empresas europeias, que haviam aumentado muito o seu endividamento na preparação do lançamento do sistema de terceira geração de comunicações móveis, o UMTS.

Setembro foi o mês com o comportamento mais negativo, tendo as cotações caído nos primeiros dias de Outubro para os níveis mais baixos dos últimos cinco anos. Entre Março e Outubro de 2002, a generalidade dos mercados perdeu mais de 30%, que compara com cerca de 20% nos dois anos anteriores (cerca de 10% nos EUA). O final do 4.º trimestre ficou, contudo, marcado pela recuperação da confiança quanto a 2003, o que permitiu a subida generalizada dos mercados accionistas.

Mercados accionistas



Fonte. — Reuters, BVL.

Embora registasse uma performance menos negativa do que os principais mercados europeus, Portugal não escapou à tendência internacional, apesar da incerteza sobre a América Latina afectar também algumas das principais empresas cotadas. O facto de em 2001, a bolsa portuguesa ter caminhado de forma mais negativa, poderá ter contribuído para essa evolução. A nível nacional destaca-se o início da consolidação do sector de comunicações móveis, com a venda da OniWay aos três actuais operadores. Igualmente importante, foi a integração da BVL na Euronext, a bolsa Europeia que agrega também as bolsas de Paris, Amesterdão, Bruxelas e a bolsa de futuros Liffé.

Áreas de negócio

Investment banking e tesouraria

Tesouraria global:

Na sequência do processo de integração da Direcção de Coordenação de Tesouraria e Mercado de Capitais de Rendimento Fixo, que ocorreu em 2000, e da integração da área de derivados estruturados nesta direcção em 2001, verificaram-se ao longo de 2002 três impactos positivos importantes:

- Uma melhoria da eficiência;
- Uma redução sensível de custos;
- Um aumento significativo do volume de negócio, fruto de uma melhor coordenação interna e de um claro foco no cliente.

Mercado de capitais:

A área de vendas a investidores Institucionais centrou a sua actividade na distribuição de dívida pública e de eurobonds em mercado primário e secundário.

De salientar o acompanhamento de investimentos em dívida e coberturas cambiais da América Latina, nomeadamente no Brasil, junto à nossa base de clientes.

Durante o ano, manteve-se a aposta na oferta regular e inovadora de produtos estruturados para retalho e *private*, principalmente sob a forma de obrigações de caixa e de depósitos a prazo, merecendo destaque a primeira oferta pública de obrigações indexadas à inflação na zona euro, bem como as obrigações indexadas a um fundo de investimento mobiliário e ainda as obrigações cuja remuneração está condicionada pela evolução de um fundo de investimento imobiliário.

De forma a diversificar o risco, os produtos disponibilizados foram indexados aos principais mercados, nomeadamente ao mercado accionista e cambial, bem como a taxas de juro e ainda ao mercado imobiliário.

Com o objectivo de prestar um serviço mais completo, o Banco Santander de Negócios Portugal (BSN Portugal) passou a assegurar de forma competitiva o mercado secundário para a generalidade dos produtos estruturados negociáveis, não só para os instrumentos já admitidos à cotação, mas também para aqueles ainda não admitidos.

O volume de produtos estruturados pelo BSN Portugal colocados nas redes de retalho do Grupo Totta ultrapassou em 2002 os 600 milhões de euros, superior ao volume colocado em 2001, tendo-se assegurado aproximadamente a mesma quota de mercado, ligeiramente acima de 15%. Para tal, foi decisiva a aposta forte na formação específica das equipas comerciais daquelas redes, por forma a contribuir para a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado aos clientes.

Em paralelo, o BSN Portugal continua a ter uma presença de relevo no mercado de derivados de bolsa, nomeadamente nos futuros sobre o índice PSI-20, bem como no mercado de reporte de acções. Por outro lado, manteve-se como o único Banco nacional a emitir *warrants* sobre entidades terceiras.

Na área de originação, o foco centrou-se em programas de papel comercial e operações de crédito sindicado, tendo sido obtidos vários mandatos de organização e liderança.

Na área de estruturação para empresas foi enfatizado o aconselhamento a clientes associado à análise dinâmica dos riscos de passivo de cada cliente, com o objectivo de optimizar o *timing* de constituição e tipo de coberturas de risco de mercado, nomeadamente de taxa de juro e de câmbio. Concretizaram-se várias operações de gestão de risco de mercado envolvendo derivados, assim como de financiamento e reestruturação de balanços de empresas.

Corporate desk:

O ano de 2002 foi de consolidação do negócio de tesouraria, para clientes.

Após o esforço desenvolvido em 2001 na implementação da estrutura de apoio e de suporte a esta actividade, tanto ao nível dos meios como da formação de todos os gestores comerciais e de risco envolvidos, foi concretizado um intenso plano comercial de visitas aos clientes com potencial de negócio.

Foi de extrema importância o crescimento dos volumes e do número de operações de valor acrescentado no negócio com grandes empresas, nomeadamente na vertente de gestão de risco de taxa de juro.

No relacionamento com as empresas, a par da implementação de uma nova abordagem comercial, foram colocadas diversas séries de produtos estruturados o que permitiu diversificar a gama de produtos de passivo neste segmento, conforme já referido. Foram concretizadas, igualmente, várias operações de gestão de riscos financeiros, tanto no mercado cambial como no de taxa de juro.

Trading:

A actividade de *trading* centrou-se essencialmente em posições direccionais de taxa de juro e FX, em posições de arbitragem em taxa de juro (intra Europa) e acções (intra sectorial), sempre dentro de estritos limites de risco.

Corporate finance:

Esta área desenvolveu uma intensa actividade durante o ano 2002, sendo de realçar:

A organização e liderança de uma oferta pública de aquisição da Sonae — SGPS, S. A. sobre a Modelo Continente — SGPS, S. A., no montante de cerca de 546 milhões de euros;

A concretização de um *private placement* de acções da Biotecnol em investidores nacionais;

A assessoria à Indra na aquisição da CPC-IS;

A assessoria prestada no estabelecimento de um acordo de parceria entre o Grupo Salvador Caetano e a HBF — Banco Financiero, para o desenvolvimento de actividades conjuntas no mercado espanhol;

A assessoria à Recoletos na aquisição da económica (sociedade titular das publicações *Diário Económico* e *Semanário Económico*);

A assessoria ao Grupo Salvador Caetano na aquisição da sociedade R. Benet, S. A. (concessionário Mercedes em Málaga e Marbella).

A realização destas operações de fusões e aquisições contribuíram para a consolidação da posição de liderança do BSN Portugal, na vertente de *cross border*.

Foram ainda concretizadas várias operações na área de financiamentos estruturados, destacando-se:

A organização e liderança de duas operações de LEP — Locação Estruturada Portuguesa — nos montantes de 105,5 e 97,2 milhões de euros, respectivamente para o Metropolitano de Lisboa, EP e para a Metro do Porto, S. A.;

A organização e liderança de duas operações de Pickle Lease Service Contract nos montantes de 141 e 135,5 milhões de dólares, respectivamente para o Metropolitano de Lisboa, EP e para a Metro do Porto, S. A.

O ano de 2002 representou a confirmação da posição de inequívoca liderança do BSN Portugal neste segmento de mercado, com elevado valor acrescentado para os seus clientes.

No exercício em análise o portfólio de operações de *corporate finance* foi reforçado, estando em curso vários processos de assessoria em operações de M&A e Structured Finance a concluir nos próximos meses.

Corretagem, vendas e equity research:

Para o negócio de corretagem o ano de 2002 manteve-se desfavorável por diversas razões:

Uma evolução menos positiva da situação macroeconómica internacional, com forte impacto na confiança dos agentes económicos e dos investidores e, por consequência, nos níveis dos índices accionistas internacionais;

A crise de finanças públicas existente em Portugal, com impacto a nível da procura interna e da rentabilidade dos negócios das empresas portuguesas;

Uma nova queda do volume transaccionado na bolsa portuguesa, resultante não só da queda de cotações atrás referida mas também da menor rotação de activos por parte dos investidores.

A esperada recuperação macroeconómica não se verificou. Ao invés, registaram-se diversas crises de confiança dos agentes económicos, surgiram vários focos de instabilidade socio-política em diversos pontos do globo, em particular no Médio Oriente, e a ocorrência de escândalos financeiros abalou igualmente a confiança dos investidores.

Em Portugal, esta conjuntura externa, menos favorável, foi acompanhada de uma restrição orçamental muito forte. A contenção do défice ao Estado levou a que este reduzisse a sua despesa de funcionamento e de investimento, o que contribuiu para a diminuição da confiança dos agentes económicos privados, com evidentes impactos a nível da sua propensão para o consumo e para o investimento.

A queda que se registou nos índices bolsistas e no volume transaccionado traduziu-se na redução de receitas geradas por esta actividade.

Nesta conjuntura difícil, a BSN Dealer reforçou grandemente a sua presença no mercado português, tendo registado uma quota de mercado de 15,9% no final de 2002, com uma subida de mais de 3,5 p. p. face ao ano de 2001. Em consequência deste aumento, a BSN Dealer afirmou-se como a segunda maior operadora de corretagem em Portugal, largamente destacada dos seus mais próximos concorrentes.

Por forma a fazer face à difícil conjuntura de mercado, a BSN Dealer continuou a desenvolver um esforço de contenção de custos, traduzido numa redução dos quadros afectos a esta actividade que assegure a rentabilidade do negócio sem pôr em causa a qualidade do serviço prestado aos seus clientes.

Custódia/securities services:

O volume de negócios da área de custódia institucional evidenciou novamente um aumento substancial durante o ano de 2002. Em termos percentuais, o volume total de activos, em custódia cresceu 27%, tendo a quantidade de operações liquidadas aumentado 19%, em relação ao ano anterior.

A exemplo do que acontecera em 2001, a qualidade dos serviços de custódia prestados foi, ao longo de 2002, reconhecida internacionalmente de diversas formas. Um dos mais importantes custodiantes globais — o Northern Trust — continuou a atribuir excelentes classificações ao BSN Portugal, considerando-o acima da média de todos os subcustodiantes que utiliza nos seus 25 principais mercados internacionais.

Por outro lado as principais revistas da especialidade atribuíram uma vez mais comentários e classificações extremamente honrosas. Foi o caso da Global Custodian, que classificou o Banco com o grau de *Commended* na sua revisão anual dos serviços prestados por todos os subcustodiantes nos mais variados mercados.

A Global Investor, por seu lado, classificou o Banco em primeiro lugar, em Portugal, e pelo segundo ano consecutivo, no seu European Sub-Custody Survey. Saliente-se ainda que uma outra publicação — a GSCS Benchmarks — nomeou o Banco como *Best Overall Sub-custodian* no mercado Português, também pelo segundo ano consecutivo.

Todas estas classificações foram estabelecidas com base nas opiniões transmitidas pelas instituições que utilizam os serviços de subcustodiantes como o BSN Portugal, nomeadamente custodiantes globais, bancos de investimentos corretores e centrais de liquidação internacionais.

Gestão de activos

Fundos de investimento, fundos de pensões e gestão de carteiras:

Em 2002, os fundos de investimento mobiliário, registaram um crescimento significativo — 33,9% —, que se compara com uma descida do mercado de 3,1%. O valor da carteira gerida pela Santander — SGFIM aumentou 2672 milhões de euros em Dezembro de 2001, para 3578 milhões de euros no final de 2002.

Segundo os dados oficiais da APFIN este crescimento traduz-se num aumento de 4,8 pontos percentuais em termos de quota de mercado de FIM, a qual passou de 12,6% no fecho de 2001, para 17,4% em Dezembro de 2002, constituindo a maior conquista de quota de mercado de todos os grupos financeiros.

Estes resultados decorreram do forte enfoque em produtos de baixo risco e que proporcionaram rentabilidades muito atractivas, com especial destaque para os fundos de poupança reforma/educação e os fundos de obrigações. De facto, estes produtos revelaram ser a resposta mais adequada à conjuntura macroeconómica e ao ano desfavorável vivido pelo mercado accionista.

Por outro lado, e de acordo com a linha estratégica definida de distribuição de produtos adequados ao perfil dos clientes, foi criado em Setembro, no seguimento do sucesso alcançado pelo Fundo Multiobrigações, um novo Fundo, o Multibond Premium, claramente vocacionado para clientes das redes comerciais com um volume elevado de poupança (acima de 125 000 euros) e que pretendem um potencial de rentabilidade interessante com um baixo risco.

Contribuíram também para o sucesso da área de FIM as *performances* dos fundos nas respectivas categorias, sendo de relevar os desempenhos nas categorias de fundos de obrigações, fundos poupança reforma/educação e fundos de acções nacionais, destacando-se particularmente os fundos Multiobrigações e Reforma Segura FPR/E que obtiveram em 2002 as rentabilidades mais altas das suas classes.

Rankings em 31 de Dezembro de 2002

Categoria		Número de fundos	2002 (ranking)	Últimos três e cinco anos (ranking)
Fundo Multiobrigações	Fundos de Obrigações Taxa Indexada Euro	17	1.º	n. a.
Fundo Reforma Segura FPR/E	Fundos Poupança Reforma/Educação	9	1.º	n. a.
Fundo Santander Acções Portugal	Fundos de Acções Nacionais	10	2.º	1.º
Fundo Santander PPA	Fundos de Poupança em Acções	8	3.º	1.º

Por último, é de salientar o processo de optimização da Grelha de Fundos de Investimento Mobiliário desenvolvido ao longo do ano de 2002, através de diversas fusões, transversalização e redenominação de fundos e que resultou numa oferta mais simples e eficiente, assente numa redução do número de Fundos (de 37 para 28).

No que respeita à actividade de gestão de carteiras por conta de outrem, desenvolvida em 2002 pela Santander Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, deverá ser evidenciado o efeito decorrente da turbulência vivida nos mercados sobre as carteiras de clientes de *private banking*. Desta forma, os sinais de maior dinamismo e o crescimento neste segmento verificaram-se na prestação de serviços de aconselhamento em matéria de investimento, destacando-se a colocação de um vasto leque de produtos de valor acrescentado. Na vertente de clientes institucionais a Santander Gest assistiu a um aumento considerável dos volumes, por força da gestão da carteira de activos financeiros da Totta Seguros.

Quanto à área de pensões estima-se que, em resultado de uma política conservadora de limitação de riscos, as rendibilidades obtidas, embora negativas, tenham estado claramente acima da mediana do sector.

Fundos de investimento imobiliário:

Apesar do clima recessivo e de alguma indefinição na tomada de decisões sentida no mercado imobiliário, a actividade de gestão e distribuição de fundos de investimento Imobiliário caracterizou-se, por:

Um forte crescimento dos activos sob gestão, quer por comparação com o crescimento do mercado dos fundos de investimento imobiliário, quer por comparação com cada um dos segmentos existentes;

Obtenção de níveis de rendibilidade ao nível dos melhores fundos de investimento do mercado, dentro dos respectivos segmentos, evitando-se a erosão das rendibilidades normalmente associada a períodos de elevado crescimento dos volumes sob gestão;

Sucesso da colocação, por subscrição particular, de uma *tranche* de 1 000 000 de novas unidades de participação do Lusimovest — Fundo de Investimento Imobiliário, confirmando assim a especial aptidão do segmento de investidores institucionais por este tipo de aplicações.

Em relação ao primeiro ponto o volume de activos sob gestão, por comparação com o valor de 31 de Dezembro de 2001, evidenciou um crescimento de 35,5%, superior à evolução do mercado, que se cifrou em 13,6%.

Em termos de segmentos, o volume sob gestão dos fundos de investimento imobiliário abertos de acumulação, em que se insere o Novimovest, era à data de 31 de Dezembro de 2002, de 75 milhões de euros, tendo-se obtido uma rendibilidade anual líquida de 4,45%, posicionando-se, apesar da sua juventude, como o terceiro melhor fundo de investimento do seu segmento.

Quanto ao Lusimovest, o volume sob gestão cresceu 111%, para aproximadamente 108 milhões de euros, ultrapassando assim largamente o crescimento médio do mercado e do segmento em que se insere, tendo a rendibilidade anual líquida atingido cerca de 6%, o que lhe permitiu situar-se em 2.º lugar no ranking das rendibilidades deste segmento, uma posição de destaque para um fundo constituído recentemente.

Relativamente ao Imovest, apesar da pretendida estabilidade em termos de rendibilidade e considerando a política de comissionamento adoptada, apresentou, ainda assim, um crescimento contido e adequado à manutenção dos elevados níveis de rendibilidade históricos, tendo o volume sob gestão aumentado em cerca de 13%. Manteve o primeiro lugar no *ranking* dos fundos de investimento imobiliário abertos de rendimento, num período de cinco anos, no que se refere a rendibilidades, e no segundo lugar no que diz respeito ao volume da carteira.

Desempenho económico-financeiro

Contas consolidadas

O Banco Santander de Negócios Portugal obteve em termos consolidados em 2002 um resultado líquido de 38,6 milhões de euros. O valor apurado representa um crescimento de 75,8% relativamente ao período homólogo do ano anterior (21,9 milhões de euros), apesar do enquadramento macroeconómico e do comportamento do mercado de capitais no ano.

Para o período de 2002, o resultado antes de impostos atingiu 45 milhões de euros, um aumento de 63,5%, relativamente a 2001.

A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) situou-se em 29,5%, representando um acréscimo de 9,4 p. p. face ao ano anterior. O *ratio* de eficiência cifrou-se em 23,8% contra 38,5% em 2001, em consequência do comportamento do negócio (o produto bancário registou um crescimento de 46%) e de rigorosas políticas de controlo orçamental e de custos, com contínuo aproveitamento de sinergias de Grupo. O resultado bruto de exploração atingiu 47,2 milhões de euros em 2002, representando um acréscimo de 88,1% face ao período homólogo do ano anterior.

Gestão de risco

Risco de crédito e contraparte

Risco de crédito:

A gestão de risco de crédito visa a identificação, quantificação, integração e avaliação do risco consolidado com grupos económicos, sectores institucionais, regiões e países, de modo a controlar os respectivos níveis de concentração de risco, de acordo com limites internos e os dispostos pela autoridade de supervisão prudencial, o Banco de Portugal.

A gestão de risco de crédito é levada a cabo de forma diferenciada conforme os diferentes segmentos de contrapartes, ao longo de todo o processo: admissão, seguimento e recuperação. Os riscos submetidos a tratamento autónomo (riscos corporativos, riscos com instituições de crédito e sociedades financeiras) são distinguidos daqueles que são geridos de forma padronizada (por exemplo, empréstimos ao consumo, empréstimos hipotecários e empréstimos a pequenas e médias empresas).

Os riscos individualizados dispõem também de um sistema de *rating* autónomo, através do qual o risco de cada contraparte e cada operação são classificados. Após a análise dos diversos factores de risco subjacentes, a avaliação de risco obtida é adicionalmente ajustada conforme requisitos específicos para a redução de risco tais como garantias, vencimentos ou acordos de compensação.

Risco contraparte e risco-país:

Existem duas áreas principais no controlo de risco: risco contraparte e risco-país.

Risco contraparte é que é aquele incorrido com instituições de crédito, outras sociedades financeiras e seguradoras, quer na actividades de tesouraria quer na gestão de correspondentes. Este risco é controlado por duas áreas especializadas (operações de tesouraria e *trade finance*), sendo o controlo levado a cabo, em tempo real, através de um sistema integrado que providencia a informação necessária de disponibilidade de limites e exposição agregada, para diferentes produtos e maturidades.

Os níveis desejados de risco (conforme o tipo de operações a realizar) são desde logo tidos em conta na aprovação de linhas de crédito, havendo a possibilidade de autorizações de excessos ou de operações pontuais caso seja considerado pelos responsáveis máximos de risco de crédito que o respectivo acréscimo de risco se enquadra em níveis aceitáveis e respeita igualmente os limites prudenciais estabelecidos.

A metodologia utilizada nos cálculos de risco consiste no apuramento do valor actual das posições ou operações (valor esse que representa o custo de substituição das mesmas no momento presente, de acordo com os preços em vigor no mercado e tendo em conta a respectiva liquidez) adicionado do cálculo do risco potencial futuro, ou seja, da variação a que poderá ser sujeito esse valor de acordo com cenários ou estimativas decorrentes do comportamento das variáveis subjacentes. O sistema interno de controlo de risco utiliza factores de risco individualizados por prazos, tipos de instrumentos, activos subjacentes e moedas.

O risco país está relacionado com a possibilidade de um devedor enfrentar obstáculos no cumprimento das suas responsabilidades, sejam pela dificuldade em obter divisas estrangeiras por contrapartida da sua divisa nacional, pela incapacidade de transferir fundos para fora do seu país, ou devido à ineficácia de medidas legais para a recuperação de crédito conforme os enquadramentos jurídicos de cada país.

A informação de exposição de risco e excessos aos limites vigentes é apresentada regularmente à alta direcção, em sede de Comité de Riscos, assim como todas as propostas de autorização ou alteração de limites, assegurando a conformidade com as linhas de actuação definidas.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas dos níveis das taxas de juro, taxas de câmbio, níveis de preços do mercado accionista, metais ou outras *commodities*.

Os principais tipos de riscos de mercado a que o BSN Portugal se encontra sujeito são o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de preço do mercado accionista:

A exposição ao risco de taxa de juro ocorre sempre que existe um desfazamento entre activos e passivos sensíveis a variações dos níveis das taxas de juro, ou se os mesmos estiverem sujeitos a coberturas com *swaps* ou outros instrumentos derivados sobre taxas de juro fora do balanço;

A exposição ao risco de preços do mercado de acções decorre: das actividades de *trading*/negociação sobre instrumentos do mercado accionista; dos investimentos em acções ou derivados sobre acções; da captação de fundos através da emissão de *warrants* ou de produtos estruturados como depósitos, certificados de depósito ou obrigações de caixa, cujo valor ou *pay-offs* está indexado ao comportamento de acções específicas, cabazes de acções ou índices do mercado accionista;

A exposição ao risco de taxa de câmbio ocorre sempre que existe um desfazamento entre activos e passivos ou de instrumentos derivados fora do balanço denominados em outras moedas que não o euro. Este tipo de risco emerge das actividades de *trading*/negociação, bem como do decurso normal das actividades na banca de retalho.

Princípios orientadores na gestão e controlo do risco de mercado:

A gestão e controlo do risco de mercado no BSN Portugal assenta nos seguintes princípios fundamentais:

Do ponto de vista organizacional a separação clara entre a gestão e o controlo e reporte dos riscos de mercado, constitui uma política fundamental do Banco. Assim, a gestão dos riscos de mercado é entregue aos tomadores de risco (distintas áreas de negócio), sendo a análise, medição, controlo e reporte dos mesmos entregue ao Departamento de Controlo de Riscos de Mercado — entidade independente e que reporta à administração.

Segregação da gestão dos riscos de mercado em duas grandes áreas: uma relativa às operações nos mercados financeiros (actividades de *trading*/negociação) e outra relativa às actividades de gestão de balanço/ALM.

O BSN Portugal perfila-se como a entidade do Grupo onde se desenrolam as actividades relacionadas com banca de investimentos e banca Wholesale (incluindo actividades de *trading*/negociação). Nesta entidade concentrou-se a exposição e gestão dos riscos de mercado relacionados com as actividades de tesouraria e mercado de capitais, nomeadamente: *fixed income*/rendimento fixo, rendimento variável, vendas, distribuição e originação de valores mobiliários, derivados e produtos estruturados, prestando serviço aos bancos comerciais do Grupo: Totta, Crédito Predial e Banco Santander Portugal.

Estrutura orgânica e processo de controlo do risco de mercado:

Em consonância com os princípios orientadores da Gestão e Controlo do Risco de Mercado existe uma estrutura dual composta pelo Comité de Riscos e Comité ALCO, que potencia o envolvimento

activo da gestão de topo nos processos de análise, gestão e controlo dos níveis e tipos de risco de mercado.

Em sede de Comité de Riscos são analisados os riscos de mercado incorridos nas áreas de tesouraria e mercado de capitais, banca de investimentos e gestão de activos, i. e., os riscos incorridos na intervenção nos mercados financeiros.

Em sede de Comité ALCO a informação do Comité de Riscos é consolidada e integrada nas restantes actividades de gestão de activos e passivos, sendo analisados e geridos os riscos de mercado estruturais incorridos pelo Grupo na gestão das suas massas patrimoniais, nomeadamente os riscos de taxa de juro e de liquidez.

Procedimentos para controlo do risco de mercado:

Actividades de negociação:

No que respeita ao controlo dos riscos de mercado para as actividades de *trading*/negociação, conduzidas pelas distintas unidades de negócio, o BSN Portugal utiliza uma estrutura de limites quantitativos que reflecte a seguinte hierarquia: limites global/país, limites por entidade jurídica ou áreas de negócio, actividades, carteiras ou estratégias.

Os limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação classificam-se em dois grupos e são estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras:

O conceito de Valor em Risco (VaR) utiliza-se como referência para a medição e estabelecimento de limites a riscos de mercado derivados das actividades de *trading*/negociação. Assim, e dentro da estrutura de limites definida, incluem-se diferentes medidas de Valor em Risco (VaR).

A conveniência de introduzir medidas específicas, para algumas carteiras, em conjunto com a necessidade de vigiar concentrações em determinados produtos ou negócios e ainda de estabelecer limites específicos face a situações anormais de mercado, requer a utilização de medidas complementares ao VaR, como as de sensibilidade, gregos, «nacionais», volumes máximos e *stress tests*.

A fiabilidade do modelo é aferida periodicamente através de uma análise ao *back testing*, onde são estudadas as razões dos desvios pontuais/esporádicos que possam acontecer.

Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período:

Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

As áreas de negócio têm como obrigação o cumprimento judicioso dos limites aprovados. A verificação de excessos pressupõe uma série de acções correctivas e que podem ser de dois tipos — acções dirigidas a recomendar reduções dos níveis de risco suportados ou um controlo mais estrito dos mesmos (consequência dos limites tipo alerta como os *loss triggers*) ou acções executivas que obrigam os tomadores de risco ao fecho de posições para uma redução efectiva dos níveis de risco assumidos.

Informação adicional:

As demonstrações financeiras do Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., são consolidadas em Portugal pelo Banco Totta & Açores, S. A. O relatório e contas do Banco Totta & Açores, poderá ser obtido na sua sede social, e inclui informação quantitativa adicional sobre riscos de mercado a nível consolidado em Portugal.

Risco operacional

Foi desenvolvido um modelo de gestão e controlo de risco operacional, no qual a unidade central de risco operacional do Grupo assegura a concretização integrada e global de uma melhor gestão e controlo do risco, mediante:

A definição de normas e procedimentos de suporte à gestão e controlo do risco e das competências de todos os intervenientes;

O seguimento das fontes geradoras de risco;

A análise e reporte da informação agregada sobre incidências de risco;

A proposta de implementação de medidas preventivas e de acções correctoras assim como de controlos que permitam reduzir o nível de risco.

Com base no modelo implementado, que se consubstancia na des-centralização de funções e responsabilidades pelas diversas unidades orgânicas, estas assumem a gestão do risco de forma directa e na totalidade das fases do ciclo operacional.

Ao responsável de risco operacional de cada unidade orgânica foi atribuído, em coordenação com a unidade central de gestão e controlo de risco operacional, a responsabilidade de garantir a aplicação integral dos procedimentos instituídos e o registo, gestão e controlo do risco na área da sua competência, bem como o estabelecimento de medidas preventivas e acções correctoras adequadas.

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício do Banco Santander de Negócios Portugal, em termos individuais, foi de 23 684 610,90 euros pelo que, nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em atenção o disposto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, se propõe a seguinte aplicação de resultados do exercício:

Reserva legal — 2 368 461,09 euros,

solicitando-se à assembleia geral deliberação sobre a aplicação do remanescente.

Informação complementar

Prevenção de branqueamento de capitais

O BSN Portugal identifica-se com a sociedade e as autoridades dos diferentes países ao reconhecer a importância da prevenção e combate contra o branqueamento de capitais, por afectar aspectos essenciais da vida em sociedade.

É objectivo fundamental do Banco o estrito cumprimento das leis contra o branqueamento de capitais, assim como as recomendações emitidas pelo Grupo de Acção Financeira Internacional, pelas autoridades nacionais e internacionais.

O Banco entende que a melhor forma de cumprir com o seu compromisso implica o estabelecimento de normas e procedimentos internos eficazes, desenvolver a actividade bancária de acordo com rigorosas regras deontológicas, implantar padrões de actuação e sistemas de controlo e de comunicação, a fim de impedir que as suas unidades sejam utilizadas no branqueamento de capitais e garantir que todos os colaboradores do Banco observem as políticas e procedimentos instituídos.

Neste sentido, o BSN Portugal está dotado de normas internas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais, tem uma estrutura orgânica dedicada a esta matéria, utiliza procedimentos automatizados de informação e análise de operações de risco e procedimentos de comunicação de operações eventualmente suspeitas.

Em 2002, procedeu-se à realização intensa de acções de formação em prevenção de branqueamento de capitais, uma delas corporativa, cujo módulo abrangeu praticamente a totalidade do quadro de pessoal, bem como à realização de acções de refrescamento para os responsáveis de prevenção.

O Banco mantém um esforço permanente de actualização e utilização das melhores práticas conhecidas no mercado e, nesse sentido, está a aperfeiçoar a automatização dos procedimentos de análise e controlo de operações de risco em branqueamento de capitais e a detecção automatizada de entidades referenciadas pela União Europeia, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2580/2001 do conselho, de 27 de Dezembro de 2001, relativo a medidas restritivas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades.

Movimento de acções e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a), do artigo 6.º, do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2002, foram os seguintes:

Conselho de administração:

Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente:

Posição em acções:

Em 31 de Dezembro de 2002:

Detinha 2000 acções do Banco Santander Central Hispano;
133 de acções do Banco Santander Portugal;

134 de acções do Banco Santander Portugal — cônjuge;
100 de acções do Banco Totta & Açores.

Posição em obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

800 obrigações BSP — Caixa Inv. Europa 2002;
1098 obrigações Santander Investimento Europa;
50 obrigações Euro Rendimento Semestral.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 8 de Abril de 2002, subscrição de 1500 obrigações BSP — Santander Crescente — 50 euros;

Em 2 de Janeiro de 2002, reembolso de 1098 obrigações Santander Investimento Europa — 50 euros;

Em 27 de Junho de 2002, reembolso de 800 obrigações BSP — Santander Europa — 50 euros;

Em 8 de Julho de 2002, subscrição de 800 obrigações BSP Max Desporto — 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

1500 obrigações BSP — Santander Crescente;
50 obrigações BSP — Euro Rendimento Semestral;
800 obrigações BSP Max Desporto.

António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

50 288 acções do Banco Santander Central Hispano;
4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.;
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.;
2 acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções de acções:

Em 31 de Julho de 2002, aquisição Bolsa de 25 000 acções BSCH — 6,33 euros;

Em 6 de Agosto de 2002, aquisição Bolsa de 35 000 acções BSCH — 5,80 euros;

Em 24 de Setembro de 2002, aquisição Bolsa de 15 000 acções BSCH — 5,07 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

125 288 acções do Banco Santander Central Hispano;
4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.;
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.;
2 acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

100 obrigações Port. CPP — Euro Valorização;
50 obrigações Port. CPP — Euro Banca;
50 obrigações Port. CPP — Euro Yen Valorização;
25 obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +;
50 obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras;
25 obrigações Port. CPP — Europa +;
25 obrigações Port. CPP — Euro-Iene;
25 obrigações Port. CPP — Duplinvest;
5 obrigações BSP — Caixa Milénio V;
50 obrigações BSP — Caixa Euro Crescimento;
50 obrigações BSP — Caixa Inv. Europa 2002;
50 obrigações BSP — Caixa 50, 30, 20;
25 obrigações BSP — Caixa Aplicação 9 +;
25 obrigações BSP — Caixa PSI-20 Rendimento Seguro;
25 obrigações BSP — Caixa Europa TOP 50;
25 obrigações BSP — Caixa Banca Europa;
25 obrigações BSP — Super Taxa Garantida Euro;
100 obrigações Pte Totta Rendimento Euro-0/02;
100 obrigações Pte Totta Rendimento Valorização 2%;
100 obrigações Pte Totta Selecção Europa 3%;
50 obrigações Pte Totta + Rendimento 3,30% 20;
50 obrigações Pte Totta + Valorização;
50 obrigações Pte Totta Banca Europa 2%;
25 obrigações Pte Totta Novo Investimento 9 + 3%;

25 obrigações Totta Max 20 — 01/03 2,50 2;
25 obrigações Totta Max 28 — Caixa 01/04 3;
25 obrigações Totta V Men. V.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções de obrigações:

Em 3 de Abril de 2002, reembolso de 50 obrigações BSP Euro Crescimento — 50 euros;

Em 27 de Junho de 2002, reembolso de 50 obrigações BSP Santander Inv. Europa — 50 euros;

Em 4 de Novembro de 2002, subscrição de 50 obrigações BSP Valor Oriente — 50 euros;

Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA — Totta Europreço — 50 euros;

Em 25 de Fevereiro de 2002, subscrição de 250 obrigações BTA — Totta Mundial 2002 — 50 euros;

Em 29 de Abril de 2002, subscrição de 50 obrigações Totta Max 4 — 50 euros;

Em 11 de Junho de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA — Multisatisfação — 50 euros;

Em 4 de Outubro de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA — Totta Valor Europa — 50 euros;

Em 21 de Outubro de 2002, reembolso de 100 obrigações Totta Rendimento Euro-0/02 — 50 euros;

Em 2 de Dezembro de 2002, subscrição de 100 obrigações BTA — Totta Cresc. Europa — 50 euros;

Em 30 de Dezembro de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA — Totta Investimento Banca — 50 euros;

Em 1 de Agosto de 2002, reembolso de 50 obrigações ao portador CPP Euro Iene Valorização — 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

100 obrigações Port. CPP — Euro Valorização;
50 obrigações Port. CPP — Euro Banca;
25 obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +;
50 obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras;
25 obrigações Port. CPP — Europa +;
25 obrigações Port. CPP — Euro Iene II;
25 obrigações Port. CPP — Duplinvest;
5 obrigações BSP — Caixa Milénio V;
50 obrigações BSP — Caixa 50,30,20;
25 obrigações BSP — Caixa Aplicação 9 +;
25 obrigações BSP — Caixa PSI-20 Rend. Seguro;
25 obrigações BSP — Caixa Europa Top 50;
25 obrigações BSP — Caixa Banca Europa;
25 obrigações BSP — Super Taxa Garantida Euro;
50 obrigações BSP — Valor Oriente;
100 obrigações Pte Totta Rendimento Valorização — 2%;
100 obrigações Pte Totta Selecção Europa — 3%;
50 obrigações Pte Totta + Rendimento — 3,30% 20;
50 obrigações Pte Totta + Valorização;
50 obrigações Pte Totta Banca Europeia — 2%;
25 obrigações Pte Totta Novo Investimento 9 + — 3%;
25 obrigações Totta Max 20 — 01/03 2,50 2;
25 obrigações Totta Max 28 — CX01/04 — 3;
25 obrigações Totta V Men. V;
50 obrigações BTA — Totta Europreço;
250 obrigações BTA — Totta Mundial 2002;
50 obrigações Totta Max 4;
50 obrigações BTA — Multisatisfação;
50 obrigações BTA — Totta Valor Europa;
100 obrigações BTA — Totta Crescimento Europa;
50 obrigações BTA — Totta Inv. Banca.

Ana Patrícia Botín, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

12 232 706 acções do Banco Santander Central Hispano;
170 acções do Banco Santander Central Hispano — descendente;
170 acções do Banco Santander Central Hispano — descendente;
170 acções do Banco Santander Central Hispano — descendente;
2 acções do Banco Santander Negócios Portugal.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções:

Em 29 de Agosto de 2002, venda de 84 702 acções BSCH;

Em 31 de Outubro de 2002, transmissão (entrega como contravalor no aumento de capital da Sociedade Cronje, S. L.) de 3 939 434 acções BSCH.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

8 208 570 acções do Banco Santander Central Hispano;
170 acções do Banco Santander Central Hispano — descendente;
170 acções do Banco Santander Central Hispano — descendente;
170 acções do Banco Santander Central Hispano — descendente;
2 acções do Banco Santander Negócios Portugal.

Eduardo José Stock da Cunha, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

1742 acções do Banco Santander Central Hispano;
1310 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

10 obrigações CPP — Euro-Iene II;
10 obrigações BSP — Caixa Rentabilidade Garantida;
10 obrigações BSP — Caixa Super Taxa Garantida Euro;
10 obrigações BSP — Caixa Telecomunicações;
10 obrigações BSP — Caixa Plus;
25 obrigações Totta Max 28;
10 obrigações Totta Mensal.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

28 de Janeiro de 2002: 60 obrigações BSP — Santander Euro Valor — 50 euros;

28 de Janeiro de 2002: 60 obrigações BSP — Santander Euro Preço — 50 euros;

28 de Março de 2002: 30 obrigações CPP — Crédito Predial Crescente — 50 euros;

29 de Abril de 2002: 20 obrigações CPP — Crédito Predial Max 4 — 50 euros;

1 de Agosto de 2002: 150 obrigações CPP — Real Estate — 50 euros;

25 de Março de 2002: 10 obrigações BTA — Totta Crescente — 50 euros;

29 de Abril de 2002: 10 obrigações Totta Max 4 — 50 euros;
11 de Junho de 2002: 10 obrigações BTA — Totta Multisatisfação — 50 euros;

25 de Fevereiro de 2002: 20 obrigações BTA — Totta Mundial 2002 — 50 euros;

4 de Outubro de 2002: 20 obrigações BTA — Totta Valor Europa — 50 euros;

2 de Dezembro de 2002: 20 obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22 — 50 euros;

30 de Dezembro de 2002: 10 obrigações BTA — Totta Investimento Banca — 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

10 obrigações BSP — Caixa Rentabilidade Garantida;
10 obrigações BSP — Caixa Super Taxa Garantida Euro;
10 obrigações BSP — Caixa Telecomunicações;
10 obrigações BSP — Caixa Plus;
60 obrigações BSP — Santander Euro Valor;
60 obrigações BSP — Santander Euro Preço;
10 obrigações CPP — Euro-Iene II;
30 obrigações CPP — Crédito Predial Crescente;
20 obrigações CPP — Crédito Predial Max 4;
150 obrigações CPP — Real Estate;
25 obrigações Totta Max 28;
10 obrigações Totta Mensal;
10 obrigações Totta Max 4;
10 obrigações BTA — Totta Crescente;
10 obrigações BTA — Totta Multisatisfação;
20 obrigações BTA — Totta Mundial 2002;
20 obrigações BTA — Totta Valor Europa;
20 obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22;
10 obrigações BTA — Totta Investimento Banca.

Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

199 687 acções do Banco Santander Central Hispano;
4462 acções do Banco Santander Central Hispano — cônjuge.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

3 de Janeiro de 2002, aquisição de 15 740 acções BSCH;
31 de Julho de 2002, aquisição de 8748 acções BSCH.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

224 175 acções do Banco Santander Central Hispano;
4462 acções do Banco Santander Central Hispano — cônjuge.

José Luís Alvim Marinho, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

668 acções do Banco Santander Central Hispano.

Não efectuou qualquer transacção durante o exercício de 2002.

José Manuel Arrojo, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

49 910 acções do Banco Santander Central Hispano.

Durante o ano de 2002, não efectuou qualquer transacção.

Luís Filipe Ferreira Bento Santos, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

225 acções do Banco Santander Central Hispano.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

20 obrigações Port. — Euro Valorização;
40 obrigações CPP Aplicação 8,25.

Durante o ano de 2002, efectuou a seguinte transacção de obrigações:

1 de Agosto de 2002, subscrição de 500 obrigações BSP Real Estate — 50,00 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

20 obrigações ao portador — Euro Valorização;
40 obrigações CPP Aplicação 8,25;
500 obrigações BSP Real Estate — cônjuge.

Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

2500 acções do Banco Santander Central Hispano
1310 acções do Banco Santander Portugal

Posição em obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

200 obrigações BSP — Caixa Europa TOP-50

Nuno Manuel Silva Amado, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

3976 acções do Banco Santander Central Hispano;
2100 acções do Banco Santander Portugal.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

30 de Setembro de 2002, aquisição Bolsa Estrangeiro 5.000 acções BSCH — 5,05 euros;
30 de Setembro de 2002, aquisição de 5000 acções BSCH — 5,25 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

13 976 acções do Banco Santander Central Hispano;
2100 acções do Banco Santander Portugal.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

300 obrigações BSP — Caixa Euro Acções Capital Garantido 1998;
10 obrigações BSP — Caixa Euro Rend. Semestral;
6 obrigações BSP — Caixa Milénio III;
300 obrigações BSP — Caixa Euro Crescimento.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

2 de Janeiro de 2002, reembolso de 300 obrigações BSP — Euro Acções Capital Garantido — 50 euros;

4 de Abril de 2002, reembolso de 300 obrigações BSP — Caixa Euro Crescimento — 50 euros;

28 de Janeiro de 2002, subscrição de 100 obrigações BSP — Santander Euro Valor — 50 euros;

28 de Janeiro de 2002, subscrição de 200 obrigações BSP — Euro Preço — 50 euros;

11 de Junho de 2002, subscrição de 300 obrigações BSP — Santander Multisatisfação — 50 euros;

28 de Janeiro de 2002, subscrição de 200 obrigações BTA — Totta Euro Preço — 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

10 obrigações BSP — Caixa Euro Rendimento Semestral;

6 obrigações BSP — Caixa Milénio III;

100 obrigações BSP — Santander Euro Valor;

300 obrigações BSP — Santander Multisatisfação;

200 obrigações BSP — Euro Preço;

200 obrigações BTA — Totta Euro Preço.

Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

333 acções do Banco Santander Central Hispano.

Não efectuou qualquer transacção durante o ano de 2002.

Valentim Xavier Pintado, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

2778 acções do Banco Santander Central Hispano.

Não efectuou qualquer transacção durante o ano de 2002.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

500 obrigações Totta Rendimento +;

500 obrigações Totta Valor/00.

Participações qualificadas

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 6.º, alínea e) do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM, informa-se que:

É accionista com 10% ou mais do capital social:

	Número de acções	Capital social (percen- tagem)	Direito de voto (percen- tagem)
Foggia — SGPS, S. A.	5 249 994	99,99	99,99

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Balanços individuais em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2002			2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49	1 362	—	1 362	728
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	50	6 828	—	6 828	16 261
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	525 046	—	525 046	632 331
Créditos sobre clientes	14	93 377	—	93 377	46,026
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
De emissores públicos	10	206 417	—	206 417	238 267
De outros emissores	10	125 264	(268)	124 996	40 919
Ações e outros títulos de rendimento variável	10	39 631	(41)	39 590	107 136
Partes de capital em empresas coligadas	6	10 184	—	10 184	10 805
Imobilizações incorpóreas	11	1 755	(1 046)	709	499
Imobilizações corpóreas	11	6 320	(4 095)	2 225	2,397
Outros activos	31	41 454	(231)	41 223	18 714
Contas de regularização	27	366 930	—	366 930	363 560
<i>Total do activo</i>		<i>1 424 568</i>	<i>(5 681)</i>	<i>1 418 887</i>	<i>1 477 643</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista	18	7 051	17 465
A prazo ou com pré-aviso	18	126 793	213 450
Débitos para com clientes:			
Outros débitos:			
À vista	18	318 362	194 651
A prazo	18	405 661	410 249
Débitos representados por títulos	51	27 957	50 284
Outros passivos	31	3 061	4 969
Contas de regularização	27	370 952	456 809
Provisões para riscos e encargos	25	8 085	1 165
Fundo para riscos bancários gerais	25	2 209	3 530
Passivos subordinados	22	32 385	32 385
<i>Total do passivo</i>		<i>1 302 516</i>	<i>1 384 957</i>
Capital	29 e 52	26 250	26 250
Prémios de emissão	52	2 357	2 357
Reservas	52	48 172	46 412
Resultados transitados	52	15 907	75
Lucro do exercício	52	23 685	17 592
<i>Total da situação líquida</i>		<i>116 371</i>	<i>92 686</i>
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<i>1 418 887</i>	<i>1 477 643</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2002	2001
Compromissos	23	387 351	284 617

O Conselho de Administração: Eurico da Silva Teixeira de Melo, presidente — António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente — Ana Patrícia Botin, vogal — Eduardo José Stock da Cunha, vogal — Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca, vogal — João Ricardo de Azevedo Ermida, vogal — José Luís Alvim Marinho, vogal — José Manuel Alves Elias da Costa, vogal — José Manuel Arrojo, vogal — Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos, vogal — Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal — Nuno Manuel da Silva Amado, vogal — Pedro Gaspar Fialho, vogal — Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère, vogal — Valentim Xavier Pintado, vogal.

Demonstrações dos resultados individuais por naturezas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**CUSTOS**

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Juros e custos equiparados	54	333 673	245 162
Comissões	55	6 192	6 313
Prejuízos em operações financeiras	56	1 428 048	1 061 304
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal	57	5 633	7 203
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(4 931)	(6 234)
(— encargos sociais)		(702)	(969)
Outros gastos administrativos		3 831	3 636
Amortizações do exercício	11	1 060	850
Outros custos de exploração	39	22	26
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	25	8 759	4 379
Perdas extraordinárias	39	2 455	21 776
Impostos sobre lucros	41	550	499
Outros impostos		64	1 418
Lucro do exercício	52	23 685	17 592
		<u>1 813 972</u>	<u>1 370 158</u>

PROVEITOS

	Notas	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	53	337 927	245 980
Rendimento de títulos		712	27 453
Comissões	55	20 033	18 931
Lucros em operações financeiras	56	1 450 433	1 069 359
Reposições e anulações de provisões	25	3 302	7 884
Outros proveitos de exploração	39	82	123
Ganhos extraordinários	39	1 483	428
		<u>1 813 972</u>	<u>1 370 158</u>

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Demonstrações dos resultados individuais por funções em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Margem financeira	4 254	818
Provisões para riscos de crédito	123	34
Margem de intermediação	<u>4 377</u>	<u>852</u>
Comissões líquidas	13 841	12 618
Outros resultados de exploração	60	97
Margem de serviços	<u>13 901</u>	<u>12 715</u>
Rendimento de títulos	712	27 453
Resultados em operações financeiras	22 385	8 055
Provisões para depreciação de títulos	355	278
Margem da função de investimento	<u>23 452</u>	<u>35 786</u>
Outros custos	(64)	(1 418)
Resultados antes dos custos de transformação	<u>41 666</u>	<u>47 935</u>
Custos com o pessoal	(5 633)	(7 203)

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Outros custos administrativos	(3 831)	(3 636)
Amortizações	(1 060)	(850)
Custos de transformação	(10 524)	(11 689)
Resultado operacional	31 142	36 246
Outras provisões	(5 935)	3 193
Resultados na alienação de participações financeiras	180	—
Outros resultados extraordinários	(1 152)	(21 348)
Resultados antes de impostos	24 235	18 091
Impostos	(550)	(499)
Resultado líquido	23 685	17 592
Resultado por acção (euros)	4,51	3,35
Produto bancário	41 252	49 041

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	465 407	242 154
Pagamento de juros e comissões	(458 058)	(248 137)
Pagamento ao pessoal e fornecedores	(20 679)	(20 510)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	45 676	7 607
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	32 346	(18 886)
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	59 933	20 737
Títulos de negociação	897	(34 624)
Outros activos e contas de regularização	33 009	(7 845)
	93 839	(21 732)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	(97 071)	(142 551)
Débitos para com clientes	119 123	49 209
Débitos representados por títulos	(22 327)	10 506
Outros passivos e contas de regularização	(45 316)	68 805
	(45 591)	(14 031)
Caixa líquida das actividades operacionais	80 594	(54 649)
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Compra de títulos de investimento	(629 970)	(1 980 627)
Valores recebidos pela venda de títulos de investimento	541 929	2 008 316
Juros recebidos de títulos de investimento	752	—
Venda de participações	1 042	1 042
Alienação de imobilizações	52	100
Aquisição de imobilizações	(1 140)	(1 209)
Dividendos recebidos	677	24 365
Caixa líquida das actividades de investimento antes dos impostos sobre o rendimento	(86 658)	51 987
Impostos sobre lucros recebidos (pagos)	(475)	1 103
Caixa líquida das actividades de investimento após impostos	(87 133)	53 090

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Juros pagos de obrigações emitidas	(2 260)	—
Outros proveitos/(custos)	—	—
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<i>(2 260)</i>	<i>—</i>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(8 799)	(1 559)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	16 989	18 548
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	8 190	16 989

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2001 e 2002

Nota introdutória:

O BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (BSNP ou Banco), constituiu-se em 1 de Setembro de 1993, por alteração da denominação e actividade da Sociedade BCI Investimentos — SGPS, S. A. Está autorizado pelo Ministério das Finanças a operar de acordo com as directrizes estabelecidas por este ministério, segundo as normas legais reguladoras da actividade bancária vigentes em Portugal.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos ou em outros activos, para o que se encontra devidamente autorizado, prestando ainda outros serviços bancários. O Banco tem as seguintes áreas de negócio: mercado de capitais (rendimento fixo, acções), tesouraria, *corporate finance* e gestão de patrimónios. Adicionalmente, participa no capital de um conjunto de empresas subsidiárias.

Conforme indicado na nota n.º 29, o Banco é integralmente detido pela Foggia, SGPS, S. A. (Grupo Santander Central Hispano), pelo que as suas transacções são influenciadas pelo Grupo em que se insere.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar para o sector bancário estabelecida pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2002 estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios:

i) Registo de juros — os juros das operações activas e passivas reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

ii) Comissões e outros proveitos e custos — o Banco reconhece, em geral, estes proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

b) *Transacções em moeda estrangeira e produtos derivados.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço, excepto no que diz respeito aos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, que estão convertidos em euros ao câmbio médio do mês, indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

i) Posição à vista — a posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido de activos e passivos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vencem nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de *fixing* do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos.

ii) Posição a prazo — a posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vencem nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas é registada como custo ou proveito.

Operações de permuta de divisas e taxa de juro *swaps*:

Contratos *swap* de divisas:

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito por contrapartida de contas de regularização do passivo ou do activo, respectivamente.

Contratos *swap* de taxa de juro, de cobertura:

Os contratos *swap* de taxa de juro, de cobertura, são registados pelo valor teórico da operação em rubricas extrapatrimoniais. Os juros a receber e a pagar são relevados como proveitos ou custos, por contrapartida de contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

Contratos *swap* de taxa de juro, de negociação:

Os contratos *swap* de taxa de juro, de negociação, são registados pelo valor teórico da operação em rubricas extrapatrimoniais. Estes

contratos são reavaliados diariamente com base no valor dos fluxos futuros de juros, actualizados a taxas de juro de mercado. As diferenças, positivas ou negativas, decorrentes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Estruturas de *equity swap*:

São operações nas quais o Banco paga/recebe a uma contraparte uma remuneração associada ao comportamento de uma ou mais variáveis do mercado accionista (índices, cotações ou outras), em troca do recebimento/pagamento de uma taxa de juro, normalmente variável. Estas operações envolvem normalmente o recebimento/pagamento de valores antecipados (*up-front*).

A estrutura, em todas as suas componentes, é reavaliada diariamente com base nas cotações de mercado e na volatilidade dos subjacentes. Nos casos em que não existe uma cobertura simétrica, os ganhos e perdas apurados são registados mensalmente em resultados por contrapartida de contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente. Nos casos em que existe uma cobertura simétrica, os valores recebidos antecipadamente são registados em resultados no momento do seu recebimento.

Forward rate agreements (FRA):

Os contratos a prazo de taxas de juro (FRAs) são registados em contas extrapatrimoniais de acordo com o montante teórico dos mesmos.

Nos contratos FRAs de cobertura, as importâncias relativas a diferenciais de juros recebidos ou pagos na data da liquidação são inicialmente registadas em contas de regularização, sendo de seguida periodificadas durante o prazo da operação e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou activo que foram objecto de cobertura.

Os contratos FRAs de negociação são reavaliados diariamente. De acordo com a instrução n.º 121/96, de 16 de Setembro, do Banco de Portugal, as diferenças resultantes da reavaliação mensal são relevadas na demonstração de resultados.

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):

As posições próprias em contratos de futuros são valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras. Os activos dados em penhor à Euronext — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., como garantia de cumprimento dos contratos, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal.

Contratos de opções/*warrants*:

As opções são registadas em contas extrapatrimoniais na data da sua contratação pelo valor contratado. Os prémios pagos ou recebidos são registados em contas de regularização, sendo reavaliados diariamente com base na cotação e volatilidade dos activos subjacentes.

O resultado desta reavaliação é registado numa conta de regularização por contrapartida de custos ou proveitos.

c) *Aplicações em títulos*:

i) Títulos de negociação — são considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder os seis meses. Estes títulos encontram-se valorizados da seguinte forma:

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são valorizados com base na cotação de mercado acrescida dos juros decorridos e não cobrados. A diferença que resulta entre a aplicação deste critério e o custo de aquisição é registada como custo ou proveito.

As obrigações não cotadas encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição e reavaliados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As mais e menos-valias potenciais associadas a acções que integram a composição dos índices BVL 30 e PSI 20 são registadas como proveitos ou custos. As restantes mais-valias potenciais em acções são diferidas e as menos-valias potenciais são integralmente provisionadas.

ii) Títulos de investimento — são considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco. Os títulos de investimento encontram-se valorizados da seguinte forma:

Os títulos da dívida pública e os restantes títulos de rendimento fixo são registados ao custo de aquisição, sendo os juros decorridos contabilizados como proveitos a receber. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal, é amortizada durante o período compreendido entre a data de aquisição e a data de vencimento, por contrapartida da respectiva rubrica de custos ou proveitos.

As acções, unidades de participação e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição ou ao valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso de títulos não cotados), dos dois o menor.

As menos-valias apuradas na valorização da carteira de investimento são integralmente provisionadas.

iii) Partes de capital em empresas coligadas — as partes de capital em empresas coligadas encontram-se registadas ao custo de aquisição. Quando a percentagem do Banco nos capitais próprios da empresa coligada é inferior ao custo de aquisição essa diferença é integralmente provisionada.

d) *Imobilizações corpóreas e incorpóreas*:

i) Imobilizações corpóreas — estas imobilizações encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com taxas fiscalmente aceites, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimados:

	Anos
Imóveis	50
Equipamento informático	3 e 4
Mobiliário e material	8
Material de transporte	4
Outras	5 a 10

Para os bens adquiridos em estado de uso, o Banco calcula a sua amortização com base na respectiva vida útil remanescente.

ii) Imobilizações incorpóreas — as imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes em três anos.

e) *Contas de regularização*. — As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros e para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis, são registadas na rubrica de contas de regularização do activo ou passivo como operações a regularizar (nota n.º 27).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito do mercado contínuo, isto é, relativamente aos valores negociados em âmbito nacional com instituições financeiras filiadas na Central de Valores Mobiliários, que mantêm contas de depósitos à ordem no Banco de Portugal (nomeadamente, bancos e corretores), as respectivas liquidações financeiras são efectuadas através daquela instituição, excepto no que diz respeito às taxas de corretagem, que são cobradas directamente à instituição com a qual se realizou a transacção.

f) *Provisão para férias e subsídio de férias e prémios a pagar ao pessoal*. — Considerando que o montante de férias e subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício são um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior, o Banco releva contabilisticamente, no final de cada exercício, o valor das férias e subsídio de férias e respectivos encargos sociais pagáveis no ano seguinte.

Os prémios a pagar ao pessoal são registados como custo do exercício a que se referem, embora sejam pagos apenas no exercício seguinte. Os prémios a pagar ao conselho de administração não são registados como custo do exercício, sendo pagos pela distribuição de resultados do exercício.

g) *Pensões*. — Conforme indicado na nota introdutória, o Banco assumia anteriormente a designação de BCI Investimentos — SGPS, S. A., entidade que se encontrava abrangida pelo regime geral da segurança social. Consequentemente, dado que o Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, continua a ser

abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou com complementos de reforma para com os seus empregados.

h) Impostos. — O Banco é tributado individualmente e encontram-se sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama.

O Banco não regista impostos diferidos activos, nomeadamente os resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas. Os impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais encontram-se provisionados na rubrica de provisões para riscos e encargos.

i) Rubricas extrapatrimoniais. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia encontram-se registados ao valor nominal.

j) Provisões para crédito e juros vencidos, risco país e riscos gerais de crédito:

De acordo com a legislação em vigor, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias. A determinação destas provisões cumpre o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal.

ii) Provisões para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

Esta provisão é determinada por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, que classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, esta provisão encontra-se classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco país.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avals prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco. Esta provisão é calculada

por aplicação de uma percentagem de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avals prestados.

k) Provisão para outros riscos e encargos. — Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui 2313 milhares de euros que se destinam a fazer face aos impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais, 2894 milhares de euros que se destinam à desvalorização de participações financeiras em agrupamentos complementares de empresas, 1592 milhares de euros para fazer face a liquidações adicionais de impostos e 1106 milhares de euros para fazer face ao eventual pagamento de incentivos a longo prazo a altos quadros do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica inclui 609 milhares de euros para fazer face ao eventual pagamento de incentivos a longo prazo a altos quadros do Banco. O remanescente destina-se a fazer face a riscos diversos decorrentes da actividade do Banco.

Estas provisões não são aceites fiscalmente como custo.

l) Fundo para riscos bancários gerais. — Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica inclui 868 milhares de euros e 1115 milhares de euros, respectivamente, destinados a fazer face aos riscos de crédito e operacionais na actividade de derivados do Banco. O remanescente destina-se a fazer face a riscos genéricos decorrentes da actividade do Banco. Os dotações para este Fundo não são fiscalmente aceites como custo.

m) Vendas de títulos a descoberto. — Os títulos vendidos a descoberto são registados na rubrica de débitos para com clientes — outros recursos, do passivo, e reavaliados diariamente com base no respectivo valor de mercado. As diferenças de reavaliação são relevadas em resultados nas rubricas de lucros em operações financeiras ou de prejuízos em operações financeiras. Tratando-se de títulos de rendimento fixo, os respectivos juros corridos são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

n) Fundo de garantia de depósitos. — Em Novembro de 1994 foi criado o mencionado Fundo, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido totalmente amortizada num período de 60 meses iniciado a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2002 e 2001, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de apenas 25% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos. Os 75% remanescentes, no montante de 26 milhares de euros e 15 milhares de euros, respectivamente, não foram registados como custo. Estes montantes foram reflectidos em rubricas extrapatrimoniais como um compromisso irrevogável, de desembolso obrigatório em qualquer momento que o Fundo o solicite.

o) Sistema de indemnização aos investidores. — As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são registadas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte do mesmo (50%) garantido por penhor de títulos do tesouro português.

6 — Empresas subsidiárias e associadas:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais dados das empresas subsidiárias do Banco, retirados das suas contas individuais, podem ser resumidos como segue:

Nome e actividade	2002				
	Percentagem de participação		Total do activo	Total da situação líquida	Resultado líquido
	Directa	Efectiva			
BSN Dealer — Soc. Financeira de Corretagem, S. A. (BSN Dealer):					
Corretagem	100,00	100,00	15 722	13 050	3 888
Santander Gestão de Activos — SGPS, S. A.:					
Gestão de participações sociais	99,23	100,00	23 518	21 349	3 525

Nome e actividade	2002				
	Percentagem de participação		Total do activo	Total da situação líquida	Resultado líquido
	Directa	Efectiva			
Taxagest — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A. (Taxagest):					
Gestão de participações sociais	99,00	99,00	86 232	65 376	927
Santander — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (Santander — SGFIM):					
Gestão de fundos de investimento mobiliário	—	100,00	17 900	10 687	3 942
Santander Imovest — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A. (Santander Imovest):					
Gestão de fundos de investimento imobiliário	—	100,00	4 323	3 395	1 817
Santander Gest — Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (Santander Gest):					
Gestão de patrimónios	—	100,00	1 239	745	139
Santander Pensões — Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (Santander Pensões):					
Gestão de fundos de pensões	—	100,00	2 148	1 896	565
SCH Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A. (SCH Rent):					
Aluguer de longa duração	—	21,72	86 399	4 157	767

Nome e actividade	2001				
	Percentagem de participação		Total do activo	Total da situação líquida	Resultado líquido
	Directa	Efectiva			
BSN Dealer — Soc. Financeira de Corretagem, S. A. (BSN Dealer):					
Corretagem	100,00	100,00	195 826	9 955	4 227
BSN — Assessoria Financeira, L. ^{da} (BSN — Assessoria Financeira):					
Consultoria	100,00	100,00	649	621	10
Santander Gestão de Activos — SGPS, S. A.:					
Gestão de participações sociais	99,23	100,00	25 304	14 394	1 475
Taxagest — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A. (Taxagest):					
Gestão de participações sociais	100,00	100,00	42 387	22 449	22 137
Santander — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (Santander — SGFIM):					
Gestão de fundos de investimento mobiliário	—	100,00	13 113	9 391	2 939
Santander Imovest — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A. (Santander Imovest):					
Gestão de fundos de investimento imobiliário	—	100,00	2 986	2 524	984
Santander Gest — Soc. Gestora de Patrimónios, S. A. (Santander Gest):					
Gestão de patrimónios	—	100,00	877	605	(60)
Santander Pensões — Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (Santander Pensões):					
Gestão de fundos de pensões	—	100,00	1 406	1 330	298
SCH Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A. (SCH Rent):					
Aluguer de longa duração	—	21,72	24 084	1 843	181

As partes de capital em empresas coligadas têm a seguinte composição:

	2002	2001
BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	2 716	2 716
BSN — Assessoria Financeira, L.ª	—	1 236

	2002	2001
Santander Gestão de Activos — SGPS, S. A.	7 418	7 418
Taxagest — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	50	50
	10 184	11 420
Provisões acumuladas (nota n.º 25)	—	(615)
	10 184	10 805

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo da rubrica de provisões para partes de capital em empresas coligadas representa a menos-valia existente da participação na BSN — Assessoria Financeira, L.ª, calculada com base nos critérios definidos no ponto 3 do n.º 10 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal. O movimento ocorrido nas provisões para partes de capital em empresas coligadas durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota n.º 25.

No exercício de 2002, as principais alterações ao nível das participações detidas pelo Banco foram:

Liquidação em Dezembro de 2002 da BSN — Assessoria Financeira, L.ª;

Alienação de três acções detidas da Taxagest — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., pelo montante de 500 milhares de euros. A alienação desta participação gerou uma mais-valia de 404 milhares de euros (nota n.º 39).

No exercício de 2001, as principais alterações ao nível das participações detidas pelo Banco foram:

Aquisição da totalidade do capital social da Santander Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A.;
Aquisição da totalidade do capital social da Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.;

Liquidação em Dezembro de 2001 da BSN — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.;

Liquidação em Dezembro de 2001 da Plurifundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.;

Liquidação em Dezembro de 2001 da Sifta — Sociedade de Gestão do Fundo de Tesouraria Atlântica, S. A.;

Liquidação em Dezembro de 2001 da Tottagest — Sociedade de Gestão de Patrimónios, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o efeito da consolidação das participações financeiras do Banco traduz-se num aumento do activo no montante de 41 380 milhares de euros e 72 619 milhares de euros, num aumento de reservas de 24 317 milhares de euros e 33 651 milhares de euros e num aumento do resultado líquido do exercício de 14 912 milhares de euros e 4358 milhares de euros, respectivamente.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes de obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano que se segue à data de encerramento do balanço são os seguintes:

	2002	2001
Títulos da dívida pública	751	19
Obrigações de outros emissores nacionais	23 340	72 226
	24 091	72 245

8 — Créditos sobre empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais créditos mantidos com empresas do Grupo SCH eram os seguintes:

	2002	2001
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:		
Depósitos à ordem:		
Banco Totta & Açores, S. A.	151	104
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	89	75
Banco Santander Portugal, S. A.	228	227
Outros créditos sobre instituições de crédito e sociedades financeiras:		
Mercado monetário interbancário:		
Banco Totta & Açores, S. A.	49 000	85 000
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	16 900
Banco Santander Portugal, S. A.	20 000	67 000
BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	—	23 497
Aplicações a curto e muito curto prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	23 807	—
Banco Santander Portugal, S. A.	115 562	—
Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A.	51 075	—
Aplicações a médio e longo prazo:		
Banco Santander Portugal, S. A.	—	21
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	94 840
Outras aplicações:		
Banco Santander Central Hispano	3 412	18
Operações de compra com acordo de revenda — Banco Totta & Açores, S. A.	12 872	13 431
Contas de regularização:		
Taxagest	179	2
BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	—	9
Santander SGFIM, S. A.	2 685	2 607
Banco Totta & Açores, S. A.	—	93
Banco Santander Portugal, S. A.	—	1 202

Outros créditos sobre empresas do Grupo SCH no estrangeiro encontram-se identificados na nota n.º 14.

10 — Carteira de títulos:

A carteira de títulos tem a seguinte composição:

	2002			2001		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos:						
Títulos da dívida pública	55 110	1 339	56 449	22 944	1 323	24 267
De outros emissores públicos:						
Estrangeiros	149 821	147	149 968	214 000	—	214 000
Provisões acumuladas	204 931	1 486	206 417	236 944	1 323	238 267
	—	—	—	—	—	—
	204 931	1 486	206 417	236 944	1 323	238 267
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos:						
Emitidos por residentes	25 915	91 741	117 656	20 959	14 932	35 891
Emitidos por não residentes	—	5 863	5 863	5 374	250	5 624
Títulos subordinados	—	993	993	—	—	—
Títulos próprios	—	752	752	—	—	—
Provisões acumuladas	25 915	99 349	125 264	26 333	15 182	41 515
	—	(268)	(268)	—	(596)	(596)
	25 915	99 081	124 996	26 333	14 586	40 919
Ações e outros títulos de rendimento variável:						
Ações	26 976	805	27 781	14 350	—	14 350
Unidades de participação	—	11 850	11 850	—	9 240	9 240
Warrants	—	—	—	83 614	—	83 614
Provisões acumuladas	26 976	12 655	39 631	97 964	9 240	107 204
	—	(41)	(41)	—	(68)	(68)
	26 976	12 614	39 590	97 964	9 172	107 136

O movimento de provisões para títulos encontra-se detalhado na nota n.º 25. O inventário da carteira de títulos tem a seguinte composição:

ANEXO II

Inventário de títulos em 31 de Dezembro de 2002 (individual)

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
A) Títulos — negociação:					
Valores de rendimento fixo — emitidos por residentes:					
De dívida pública portuguesa:					
Obrigações do Tesouro 5,45% — Setembro de 2013	50 011 360	0,01	106,86	108,33	54 924 052
Obrigações do Tesouro 3,625% — Agosto de 2004	81 178	0,01	101,25	101,25	83 281
Obrigações do Tesouro 5,25% — Outubro de 2005	46 637	0,01	105,71	105,89	49 914
Obrigações do Tesouro 5,85% — Maio de 2010	27 029	0,01	110,39	109,00	30 441
Obrigações do Tesouro 4,8125% — Abril de 2003	11 000	0,01	100,65	100,57	11 430
Obrigações do Tesouro 5,375% — Junho de 2008	10 134	0,01	108,36	105,30	11 033
Obrigações do Tesouro 3,95% — Julho de 2009	20	0,01	100,20	100,60	20
					55 110 170
Valores rendimento fixo — emitidos para não residentes:					
Obrigações:					
De emissores públicos:					
France (Govt Of) 8,5% — Abril de 2023	53 900 000	1,00	144,82	147,05	82 410 516
France (Govt Of) 8,5% — 2019	42 000 000	1,00	140,53	144,32	61 279 496

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Hellenic Republic 6,5% — Janeiro de 2014	5 000 000	0,01	116,17	116,28	6 129 972
Bono 7,35% — 2007	903	0,01	110,90	115,73	1 095
Bund 4,75% — 2008	63	0,01	—	100,82	65
Hellenic Republic 6,3 — Janeiro de 2009	29	0,01	105,27	113,04	34
					<u>149 821 179</u>

Valores rendimento fixo — emitidos para residentes:

Obrigações:

De outros emissores:

Banco Santander — 9-7-2008	2 868 088	0,01	101,27	98,55	2 889 909
BSP — Obrigações de caixa Sant. Rend. Gar. 30 meses ...	1 291 550	50,00	108,16	110,52	1 427 421
BTA Obrigações de caixa Plano Novo Investimento 9 mais	1 422 700	50,00	96,78	98,26	1 398 531
BTA — Selecção Europa 3% — Dezembro de 2003	1 310 300	50,00	96,28	98,28	1 287 763
BTA — Mundial C	1 289 300	50,00	89,45	89,45	1 153 295
BSP — Obrigações de caixa Cabaz BPES	1 148 750	50,00	95,59	98,67	1 133 472
BSP — Obrigações de caixa Santander Europa Top	1 034 000	50,00	98,88	101,74	1 051 992
Obrigações de caixa Totta Valorização Mensal	989 850	50,00	99,66	99,66	986 507
BTA — Rendimento Garantido	816 400	50,00	98,78	98,78	831 936
CPP Euro — Yen Valorização II	749 800	50,00	106,72	109,95	824 405
CPP Euro Seguradoras	796 350	50,00	99,19	101,00	804 314
CPP Obrigações de caixa Plano Novo Investimento 9 mais	802 850	50,00	96,98	98,41	790 415
Obrigações de caixa Totta Banca Europeia	696 350	50,00	97,28	99,89	695 584
Obrigações de caixa Totta Max 28	649 050	50,00	95,69	95,69	621 065
BSP — Obrigações de caixa Milénio III	569 500	500,00	98,54	102,53	583 908
Obrigações de caixa CPP — Banca Europeia — 2003	569 850	50,00	100,08	101,94	580 905
Obrigações de caixa Totta Max 20	536 000	50,00	97,3	97,30	530 149
BSP — Obrigações de caixa Euro Rendimento Semestral	529 500	500,00	96,26	99,16	528 805
Crédito Predial Português Europa	459 650	50,00	100,63	101,79	467 878
BSP — Obrigações de caixa Euro Futuro	592 000	500,00	68,24	77,10	466 816
Crédito Predial Euro Valorização	405 750	50,00	102,69	104,70	424 820
Totta Rendimento Valorização	418 300	50,00	96,92	98,43	411 733
BSP — Obrigações de caixa Milénio V	399 000	500,00	95,46	98,30	392 217
CPP — Aplicação 8,25 — 1-5-2003	367 750	50,00	98,74	99,05	378 558
BSP — Obrigações de caixa Sant. Inv. Europa — 2003	367 200	50,00	98,11	100,37	368 559
BSP Santander Banca Europeia	346 150	50,00	100,98	102,14	353 558
BSP — Obrigações de caixa Euro Equilíbrio	351 500	500,00	95,98	100,40	352 906
Banco Chemical 2004	360 543	0,01	88,56	88,56	319 289
BSP Obrigações de caixa Plano Novo Investimento 9 mais	321 850	50,00	96,96	98,41	316 865
BSP — Obrigações de caixa Super Taxa Garantida Eu.	304 000	50,00	99,85	99,85	303 535
BSP — Obrigações de caixa PSI 20 110%	305 250	50,00	92,28	95,26	290 781
BSP — Obrigações de caixa PSI 20 Rendimento Seguro	286 900	50,00	95,82	97,81	285 365
Obrig. Caixa Santander Telecomunicações	258 950	50,00	98,81	98,81	255 858
Totta Valorização	235 300	50,00	96,68	97,37	229 112
BSP — Obrigações de caixa Rentabilidade Garantida	180 500	50,00	100,32	100,32	181 073
CPP Aplicação 8,25 — 2.ª série	174 200	50,00	98,94	99,05	179 198
Obrigações de caixa Santander Crescimento Garantido	175 800	50,00	99,59	99,59	179 077
BSP — Obrigações de caixa Santander 50-30-20 — taxa	162 700	50,00	101,29	103,79	168 866
BSP — Santander Crescente Abril 20	142 300	50,00	100,14	100,14	146 132
BSP — Obrigações de caixa Sant. Invest. Plus-Out. 2	136 600	50,00	97,89	97,89	133 714
BSP — Santander Euro Preço	137 850	50,00	96,60	96,60	133 169
BSP — Multisatisfação	125 600	50,00	92,75	92,75	116 490
BSP — Santander Max Desporto	114 850	50,00	96,64	96,64	110 987
Obrigações de caixa Totta Crescente	107 300	50,00	100,04	100,04	109 623
Obrigações de caixa Totta Max 4 — Abril de 2004	103 650	50,00	97,47	97,47	101 024
BSP — Max 4	102 950	50,00	97,64	97,64	100 524
Totta Valorização — 2.ª série	93 200	50,00	94,75	96,61	90 041
BSP — Obrigações de caixa Santander — 50-30-20	76 250	50,00	95,92	96,37	73 482
BSP — Euro Valor	75 000	50,00	94,33	94,33	70 749
Obrigações de caixa CPP Max 4 Abril de 2004	59 000	50,00	97,64	97,64	57 607
Obrigações de caixa Totta Euro Prec	52 150	50,00	97,31	97,31	50 749
Obrigações de caixa Crédito Predial Duplinves	43 400	50,00	92,55	92,55	40 165
Chemical PSI 20 Ren. Mín. 1.ª emissão — Março de 2000	24 939	0,01	100,62	100,62	25 094
Obrigações de caixa Totta Multisatisfação	27 000	50,00	91,92	91,92	24 818
CPP — Crédito Predial Real Estate	24 000	50,00	96,13	96,13	23 071
Obrigações de caixa subordinadas — CPP Eurostoxx 50	21 650	50,00	90,06	90,06	19 773
Obrigações de caixa Crédito Predial Crescente	14 000	50,00	99,75	99,75	14 284
BTA Obrigações de caixa subordinadas Totta — 2001-200	13 500	50,00	83,95	83,95	11 830
CPP — Crédito Predial Euro Preço	11 000	50,00	97,54	97,54	10 729
Totta — Real Estate	5 000	50,00	95,92	95,92	4 796

25 915 291

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Valores de rendimento variável:					
Emitidos por residentes:					
Acções:					
Telecom — nominativas	1 758 730	1,00	6,76	6,55	11 519 682
EDP	3 499 025	1,00	1,83	1,59	5 563 450
BRISA — nominativas (priv.)	476 822	1,00	5,27	5,28	2 517 620
Vodafone Telecel — Comunic. Pes.	180 895	1,00	7,61	7,40	1 338 623
Banco Espírito Santo, S. A.	106 960	1,00	10,55	12,50	1 337 000
ADR — Portugal Telecom	133 700	1,00	6,66	6,83	870 765
Banco BPI, S. A.	343 022	1,00	2,29	2,18	747 788
Sonae.Com — SGPS, S. A. (P. geral)	435 643	1,00	2,04	1,57	683 960
Sonae — SGPS	1 650 335	1,00	0,58	0,40	660 134
Cimpor — nominativas	21 857	1,00	18,57	16,00	349 712
PT Multimédia — SGPS, S. A.	26 851	1,00	7,92	10,02	269 047
Jerónimo Martins — SGPS	23 416	1,00	6,72	6,95	162 741
Portucel Industrial	92 354	1,00	1,27	1,16	107 131
Semapa	21 575	1,00	4,15	3,30	71 198
Novabase — SGPS	10 151	1,00	5,98	5,80	58 876
Cofina	22 179	1,00	2,21	2,33	51 677
Impresa — SGPS, S. A.	20 067	1,00	2,14	1,90	38 127
SAG Gest — Soluções Aut. Globais, SG	16 997	1,00	1,71	1,48	25 156
Ibersol	3 729	1,00	3,54	3,50	13 052
					<u>26 385 736</u>
Valores rendimento variável:					
Emitidos por não residentes:					
Acções:					
Acesa Infra-Estruturas, S. A. — Old AC	44 450	1,00	10,96	10,80	480 060
Telefónica de España	12 850	1,00	9,75	8,53	109 611
					<u>589 671</u>
Valores rendimento variável:					
Emitidos por não residentes:					
Direitos de subscrições de acções:					
Acesa Infra-Estruturas, S. A. — rights	2 000	—	—	0,55	1 100
					<u>1 100</u>
B) Títulos — investimento:					
Valores de rendimento fixo — emitidos para residentes:					
De dívida pública portuguesa:					
A médio e a longo prazos:					
OTRV — 1996-2003	650 000	0,01	99,98	100,00	649 965
Obrigações do Tesouro 6,625% — Fevereiro de 2007	548 678	0,01	109,55	112,00	598 253
Obrigações do Tesouro 10,625% — Junho de 2003	90 000	0,01	106,32	103,60	90 431
					<u>1 338 649</u>
De rendimento fixo — de outros residentes:					
A médio e a longo prazos:					
Obrigações de caixa CPP — Taxa fixa — 2002	37 500 000	50,00	100,00	100,00	37 500 000
Obrigações de caixa BSP — Taxa fixa — 2002	37 500 000	50,00	100,00	100,00	37 500 000
BSP — Obrigações de caixa Euro Equilíbrio	7 049 000	500,00	100,00	100,40	7 049 000
Banco Santander — 9-7-2008	5 244 782	0,01	99,67	98,55	5 244 782
Chemical PSI 20 Rendimento Mínimo — 1.ª emissão — Março de 2000	1 250 485	0,01	98,17	100,62	1 236 997
Chemical PSI 20 Cap. Gar. — 1.ª emissão — Março	1 134 765	0,01	103,80	103,80	1 160 181
ENGIL — Obrigações com warrants — 1998	1 172 893	0,01	93,45	93,50	1 100 318
BSP — Obrigações de caixa Euro Futuro	676 000	500,00	100,00	77,10	676 000
Chemical PSI 20 Cap. Gar. — 2.ª emissão — 2003	246 905	0,01	101,25	101,25	249 101
BTA — Rendimento Garantido	24 950	50,00	99,99	100,01	24 952
Modelo Continente — 1999-2004	200	5,00	98,49	98,95	197
					<u>91 741 528</u>

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Títulos subordinados:					
BNC — 1997-2007	997 596	0,01	99,37	97,00	992 890
Títulos próprios:					
BSNP — 1996 — Obrigações de caixa <i>inflation linked</i>	743 209	0,01	102,99	102,37	751 790
Valores de rendimento fixo — emitidos para não residentes:					
Obrigações:					
De emissores públicos:					
I. B. R. D. — 1998-2013	149 639	498,80	98,26	101,04	147 250
Valores de rendimento fixo — emitidos para não residentes:					
Obrigações:					
Bear Stearns — 1998-2003	3 344 440	498,80	99,96	99,62	3 344 419
Goldman SACHS — 2003	1 197 115	4,99	99,98	99,05	1 197 160
KFW International Finance — 2007	498 798	4,99	100,00	99,80	498 805
SNS Bank (Neth) 3Y Ac. Note — Fevereiro de 2003	320 000	5,000,00	102,42	101,09	323 495
Lehman — 2003	249 399	498,80	100,00	100,00	249 402
Merrill Lynch — 1998-2003	249 399	4,99	99,90	100,00	249 392
					5 862 673
Valores rendimento variável:					
Emitidos por residentes:					
Acções:					
Banco BPI, S. A.	390 558	1,00	2,06	2,18	805 347
Valores rendimento variável:					
Emitidos por residentes:					
Unidades de participação:					
Lusimovest — Fundo de Investimento Imobiliário	173 311	1,00	54,11	54,11	9 377 165
F. F. Euro Capital — 2004	33 128	1,00	50,00	49,35	1 656 400
F. F. Totta Capital Europa	16 227	1,00	50,00	48,94	811 350
					11 844 915
Valores rendimento variável:					
Emitidos por não residentes:					
Unidades de participação:					
Invesco Gt Pan European «A»	390	1,00	12,92	6,64	5 039

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

O movimento nas imobilizações, líquidas, durante os exercícios de 2002 e 2001 foi o seguinte:

	Saldo em 2001		Aquisições	Transfe- rências	Amorti- zações do exer- cício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amorti- zações acumu- ladas					
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de estabelecimento	44	(44)	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	362	(362)	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	576	(133)	493	—	(264)	—	672
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>) ...	248	(192)	32	—	(51)	—	37
	<u>1 230</u>	<u>(731)</u>	<u>525</u>	<u>—</u>	<u>(315)</u>	<u>—</u>	<u>709</u>
Imobilizações corpóreas:							
Obras em edifícios arrendados	2 329	(1 304)	28	225	(238)	—	1 040
Mobiliário e material	432	(331)	42	—	(35)	(1)	107

	Saldo em 2001		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Maquinas e ferramentas	575	(462)	6	36	(38)	—	117
Equipamento informático	1 276	(916)	296	—	(181)	—	475
Instalações interiores	19	(16)	25	—	(2)	—	26
Material de transporte	1 067	(476)	102	—	(244)	(42)	407
Equipamento de segurança	27	(24)	30	23	(7)	—	49
Património artístico	4	—	—	—	—	—	4
Imobilizado em curso:							
Imóveis arrendados	161	—	64	(225)	—	—	—
Equipamento	36	—	—	(36)	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobilizações	—	—	23	(23)	—	—	—
	<u>5 926</u>	<u>(3 529)</u>	<u>616</u>	<u>—</u>	<u>(745)</u>	<u>(43)</u>	<u>2 225</u>
	7 156	(4 260)	1 141	—	(1 060)	(43)	2 934

	Saldo em 2000		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2001
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de estabelecimento	407	(44)	—	(362)	—	—	1
Custos plurianuais	—	(362)	—	362	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	282	195	(35)	—	442
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>) ...	324	(192)	217	(195)	(98)	—	56
	<u>731</u>	<u>(598)</u>	<u>499</u>	<u>—</u>	<u>(133)</u>	<u>—</u>	<u>499</u>
Imobilizações corpóreas:							
Obras em edifícios arrendados	2 247	(1 086)	82	—	(218)	—	1 025
Mobiliário e material	408	(289)	24	—	(42)	—	101
Maquinas e ferramentas	563	(413)	12	—	(49)	—	113
Equipamento informático	1 106	(781)	168	2	(135)	—	360
Instalações interiores	19	(14)	—	—	(2)	—	3
Material de transporte	1 107	(382)	227	(2)	(265)	(94)	591
Equipamento de segurança	27	(18)	—	—	(6)	—	3
Património artístico	4	—	—	—	—	—	4
Imobilizado em curso:							
Imóveis arrendados	—	—	161	—	—	—	161
Equipamento	—	—	36	—	—	—	36
	<u>5 481</u>	<u>(2 983)</u>	<u>710</u>	<u>—</u>	<u>(717)</u>	<u>(94)</u>	<u>2 397</u>
	6 212	(3 581)	1 209	—	(850)	(94)	2 896

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 2001, os activos cedidos com acordo de recompra firme no montante de 350 milhares de euros referem-se a títulos de rendimento fixo, tendo sido reflectidos na rubrica de débitos para com instituições de crédito do passivo (nota n.º 18).

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros créditos sobre instituições de crédito

	2002	2001
No País:		
Mercado monetário interbancário	69 000	192 397
Títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal	2 545	3 712
Depósitos a prazo	167 904	94 861
Operações de compra com acordo de revenda	31 051	13 431
Aplicações a muito curto prazo	22 540	—
Outras aplicações	14	1 701
No estrangeiro:		
Empréstimos	190	2 833
Operações de compra com acordo de revenda	202 604	292 220

	2002	2001
Depósitos a prazo	3 412	18
Outras aplicações:		
Aplicações cupão zero	16 211	16 211
Intercâmbio de fluxos de negócio	7 247	8 189
Cross currency swaps	2 328	6 758
	<u>525 046</u>	<u>632 331</u>

A rubrica de empréstimos regista os saldos devedores das contas mantidas por diversas instituições financeiras internacionais junto do Banco. O montante de 16 211 milhares de euros refere-se a uma aplicação efectuada junto do Banco Santander Central Hispano — Madrid, com vencimento em 30 de Maio de 2003 e pagamento integral de juros nessa data. Os juros corridos são registados como proveitos a receber em contas de regularização do activo.

A rubrica de intercâmbio de fluxos de negócio corresponde a uma aplicação efectuada junto do Banco Santander Central Hispano — Madrid, com vencimento em 20 de Março de 2020 e um plano de desmobilização previamente acordado.

Esta rubrica apresenta a seguinte estrutura em termos dos prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até três meses	395 066	561 196
De três meses a um ano	115 700	58 700
De um a cinco anos	1 293	4 246
Mais de cinco anos	12 987	8 189
	<u>525 046</u>	<u>632 331</u>

As taxas de juro médias em vigor em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, distribuem-se da seguinte forma:

	(Em percentagem)	
	2002	2001
Operações de compra com acordo de revenda (no País)	2,03	3,09
Operações de compra com acordo de revenda (no estrangeiro)	2,66	3,14
Mercado monetário interbancário	3,14	4,22
Depósitos a prazo	3,14	4,06
Aplicações cupão zero	5,35	5,35
Intercâmbio de fluxos de negócio	10,00	10,00

Créditos sobre clientes

	2002	2001
Crédito interno:		
Descobertos em depósitos à ordem	14 779	4 830
Empréstimos	78 237	30 627
Operações de compra com acordo de revenda	—	10 569
	<u>93 016</u>	<u>46 026</u>
Crédito externo	361	—
	<u>93 377</u>	<u>46 026</u>

Os prazos residuais dos créditos sobre clientes apresentavam a seguinte estrutura:

	2002	2001
Ate três meses	15 140	15 399
Mais de cinco anos	78 237	30 627
	<u>93 377</u>	<u>46 026</u>

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Débitos para com instituições de crédito

	2002	2001
À vista:		
Depósitos à ordem:		
Em instituições no País	447	7 877
Em instituições no estrangeiro	6 604	9 588
	<u>7 051</u>	<u>17 465</u>

	2002	2001
A prazo ou com pré-aviso:		
Depósitos a prazo:		
De instituições no País	97 006	635
Em instituições no estrangeiro	1 544	—
Mercado monetário interbancário	—	137 849
Recursos a muito curto prazo	—	34 448
Operações de venda com acordo de recompra (nota n.º 13)	—	350
Outros recursos	28 243	40 168
	<u>126 793</u>	<u>213 450</u>
	133 844	230 915

A rubrica de débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até três meses (inclui pré-aviso)	124 901	151 648
De três meses a um ano	1 892	17 684
De um a cinco anos	—	44 118
	<u>126 793</u>	<u>213 450</u>

As taxas de juro médias em vigor em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, distribuem-se da seguinte forma:

	m percentagem)	
	2002	2001
Outros recursos	2,48	3,28
Depósitos a prazo	2,39	—
Mercado monetário interbancário	—	3,77
Recursos de curto prazo	2,13	3,03

Débitos para com clientes

	2002	2001
Outros débitos:		
À vista	<u>318 362</u>	<u>194 651</u>
A prazo:		
Depósitos a prazo	125 174	101 629
Certificados de depósito	—	251
Margem garantia — futuros	6 684	1 954
Outros:		
Depósitos cupão zero	29 825	29 825
Intercâmbio de fluxos de negócio	8 013	8 954
Swaps de moeda	2 328	5 114
Outros recursos:		
Vendas de títulos a descoberto	233 637	262 397
Empréstimos de títulos	—	125
	<u>405 661</u>	<u>410 249</u>
	724 023	604 900

A rubrica de margem garantia — futuros refere-se às contas correntes mantidas por clientes junto do Banco, relativas à actividade de *trading* de futuros.

O montante de 29 825 milhares de euros refere-se a depósitos de fundos de investimento mobiliário geridos pela Santander — SGFIM, com vencimento em 2003 e 2004 e pagamento integral de juros nessas datas.

A rubrica de intercâmbio de fluxos de negócio corresponde a um depósito efectuado por um cliente do Banco, com vencimento em

20 de Março de 2020 e um plano de desmobilização previamente acordado (nota n.º 14).

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de vendas de títulos a descoberto refere-se a obrigações emitidas por emissores públicos nacionais e estrangeiros e acções emitidas por residentes. Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de vendas de títulos a descoberto refere-se integralmente a obrigações emitidas por emissores públicos nacionais e estrangeiros.

A rubrica de débitos para com clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

	2002	2001
Ate três meses	680 396	194 651
De três meses a um ano	9 628	39 816
De um a cinco anos	22 616	182 348
Mais de cinco anos	11 383	188 085
	<u>724 023</u>	<u>604 900</u>

20 — Débitos sobre empresas do grupo:

Os principais débitos mantidos com empresas do Grupo SCH eram os seguintes:

	2002	2001
Recursos de instituições de crédito:		
Mercado monetário interbancário:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	57 300
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	25 000
Banco Santander Portugal, S. A.	—	55 000
Recursos a muito curto prazo:		
Banco Santander Portugal, S. A.	—	34 448
Depósitos a prazo:		
Banco Santander Portugal, S. A.	17 989	260
BSN Assessoria Financeira, L.ª	—	549
Banco Totta & Açores, S. A.	76 334	—
Contas de regularização:		
BSN Dealer	—	230
Santander Assessoria Financeira, L.ª	—	1
Santander SGFIM	—	24

Outros débitos para com empresas do Grupo SCH no estrangeiro encontram-se identificados na nota n.º 18.

22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo desta rubrica refere-se às seguintes emissões de obrigações de caixa subordinadas por parte do BSNP:

	2002	2001
BSNP/96 — 1.ª série	5 284	5 284
BSNP/96 — 2.ª série	2 636	2 636
BSNP/96 — 3.ª série	20 029	20 029
BSNP/96 — 4.ª série	1 985	1 985
BSNP/96 — 5.ª série	2 451	2 451
	<u>32 385</u>	<u>32 385</u>

As condições dos passivos subordinados têm a seguinte composição:

ANEXO I

Débitos representados por títulos e passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2002 (individual)

(Em euros)

	Data de emissão	Data de vencimento	Número de obrigações	Valor nominal (unitário)	Valor de reembolso (total)	Taxa de juro (a)	Período de pagamento de juros
Débitos representados por títulos (nota n.º 51):							
Obrigações de caixa:							
BSNP/96 — 1.ª emissão	Fev./96	Fev./03	997 595 792	0,01	9 975 958	8,40	Anual e postecipadamente
BSNP/96 — Reverse	Mar./96	Fev./03	748 196 845	0,01	7 481 968	9,10	Anual e postecipadamente
BSNP/97 — Cupão zero	Set./97	Set./05	49 879 790	0,01	798 745	6,03	Cupão zero
BSNP/00 — Cupão zero	Ago./00	Mai./03	46 000	50,00	2 300 000	5,46	Cupão zero
BSNP/01 — Cupão zero	Fev./01	Jan./04	148 000	50,00	7 400 000	4,71	Cupão zero
					<u>27 956 671</u>		

(Em euros)

	Data de emissão	Data de vencimento	Número de obrigações	Valor nominal (unitário)	Valor de reembolso (total)	Taxa de juro (a)	Período de pagamento de juros
Passivos subordinados (nota n.º 22):							
Obrigações de caixa subordinadas:							
BSNP/96 — 1.ª série	Fev./96	Fev./04	249 398 949	0,01	5 284 015	9,83	Cupão zero
BSNP/96 — 2.ª série	Abr./96	Abr./04	124 699 474	0,01	2 636 272	9,79	Cupão zero
BSNP/96 — 3.ª série	Jun./96	Jun./04	997 595 794	0,01	20 028 731	9,09	Cupão zero
BSNP/96 — 4.ª série	Jul./96	Jul./04	99 759 579	0,01	1 985 415	8,97	Cupão zero
BSNP/96 — 5.ª série	Out./96	Out./04	124 699 474	0,01	2 450 843	8,80	Cupão zero
					32 385 276		

(a) Taxa relativa ao cupão vigente à data de 31 de Dezembro de 2002.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Os compromissos do Banco correspondem essencialmente às garantias prestadas em operações de papel comercial e a facilidades de descobertos bancários, com a seguinte composição:

	2002	2001
Compromissos:		
Opções sobre activos	—	30 000
Facilidades de descoberto em conta	231 716	34 940
Outros	155 635	219 677
	387 351	284 617

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica de outros inclui 100 000 milhares de euros e 200 599 milhares de euros, respectivamente, referentes ao compromisso de garantia de capital, assumido pelo Banco relativamente aos seguintes fundos de capital garantido geridos pela Santander — SGFIM:

	2002	2001
Luso — Valor	—	62 350
Santander Capital 2002	—	38 249
Euro Capital 2003	25 000	25 000
Euro Capital 2004	75 000	75 000
	100 000	200 599

Para além dos compromissos, existiam em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 os seguintes saldos relativos a outras rubricas extrapatrimoniais:

	2002	2001
Operações cambiais a prazo:		
Compras	290 627	305 177
Vendas	290 661	303 882
Operações de <i>swap</i> de moeda	232 010	226 993
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro	16 132 802	11 500 248
Operações de <i>swap</i> de moeda e taxa de juro	202 429	238 321
Operações a prazo de taxa de juro (FRAs)	34 673	50 073
Futuros:		
Sobre taxas de juro	11 603	52 800
Sobre cotações	62 512	151 109
Opções:		
Compras	50 060	74 600
Vendas	51 200	184 429
Forwards sobre cotações	13 080	64 450
Operações de <i>equity swap</i>	2 043 343	1 625 617
Operações de garantia de taxa de juro:		
<i>Caps</i>	1 450 691	34 672
<i>Floors</i>	40 000	—
Depósito e guarda de valores:		
Títulos desmaterializados	29 705 530	21 786 197
Títulos com representação física	63 069	37 472

A responsabilidade do Banco a pela gestão de fundos de investimento mobiliário e de pensões está indicada na nota n.º 32.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a actividade desenvolvida pelo Banco em operações de derivados traduz-se nos seguintes valores:

	2002					
	Valor nominal dos contratos			Justo valor (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras	—	290 627	290 627	—	4 571	4 571
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	—	290 661	290 661	—	(4 739)	(4 739)
Swaps cambiais (<i>Fx swaps</i>)	232 010	—	232 010	—	—	—
	232 010	581 288	813 298	—	(168)	(168)
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
FRA (<i>forward rate agreements</i>)	34 673	—	34 673	100	—	100
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	6 216 771	9 694 089	15 910 860	15 684	(6 665)	9 019
Swaps com opcionalidade (<i>swap option</i>)	221 942	—	221 942	—	—	—
Caps	1 450 691	—	1 450 691	(1 323)	—	(1 323)
Floors	40 000	—	40 000	—	—	—
	7 964 077	9 694 089	17 658 166	14 461	(6 665)	7 796
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	—	11 603	11 603	—	8 380	8 380
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
Cross currency swaps — compras	—	99 679	99 679	—	100 586	100 586
Cross currency swaps — vendas	—	102 750	102 750	—	(103 682)	(103 682)
	—	202 429	202 429	—	(3 096)	(3 096)
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Forwards sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	13 080	—	13 080	2 049	—	2 049
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	1 816 738	226 605	2 043 343	9	5 483	5 492
Opções compradas	40 221	3 280	43 501	—	—	—
Opções vendidas	40 767	7 153	47 920	2 336	(10 864)	(8 528)
	1 910 806	237 038	2 147 844	4 394	(5 381)	(987)
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	—	20 587	20 587	—	(19 523)	(19 523)
Warrants (carteira própria)	—	9 839	9 839	—	4 193	4 193
	10 106 893	10 756 873	20 863 766	18 855	(22 260)	(3 405)

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência.

	2001					
	Valor nominal dos contratos			Justo valor (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras	—	305 177	305 177	—	209 332	209 332
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	—	303 882	303 882	—	(208 007)	(208 007)
Swaps cambiais (<i>Fx swaps</i>)	226 993	—	226 993	—	—	—
Opções compradas	1 615	—	1 615	—	—	—
Opções vendidas	1 615	8 285	9 900	—	(2 874)	(2 874)
	230 223	617 344	847 567	—	(1 549)	(1 549)
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
FRA (<i>forward rate agreements</i>)	50 073	—	50 073	21	—	21
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	8 358 225	2 275 770	10 633 995	34 057	(5 377)	28 680
Swaps com opcionalidade (<i>swap option</i>)	211 573	—	211 573	2	—	2
Caps	64 344	—	64 344	—	—	—
	8 684 215	2 275 770	10 959 985	34 080	(5 377)	28 703

	2001					
	Valor nominal dos contratos			Justo valor (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	—	52 800	52 800	—	55 609	55 609
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
<i>Cross currency swaps</i> — compras	117 625	—	117 625	112 944	—	112 944
<i>Cross currency swaps</i> — vendas	120 696	—	120 696	(116 040)	—	(116 040)
	238 321	—	238 321	(3 096)	—	(3 096)
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Forwards</i> sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	15 210	49 240	64 450	(1 600)	(1 865)	(3,465)
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	1 401 548	224 069	1 625 617	73	(1 944)	(1 871)
Opções compradas	27 141	11 172	38 313	173	1	174
Opções vendidas	30 118	109 739	139 857	(1 730)	(90 499)	(92 229)
	1 474 017	394 220	1 868 237	(3 084)	(94 307)	(97 391)
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	5 090	42 139	47 229	3 985	18 083	22 068
	10 631 866	3 382 273	14 014 139	31 885	(27 541)	4 344

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras do registo da reavaliação destas operações).

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor. As perdas nos derivados classificados como de cobertura encontram-se compensadas com ganhos em outras operações de balanço. Adicionalmente, para a determinação dos resultados nas operações de derivados dever-se-á ter em consideração os respectivos prémios recebidos e margens iniciais constituídas.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura são as seguintes:

	2002					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps</i> cambiais (<i>Fx swaps</i>)	—	72 123	—	159 887	—	232 010
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>FRA</i> (<i>forward rate agreements</i>)	—	—	21 900	12 773	—	34 673
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	374 587	197 703	228 220	1 478 134	3 938 127	6 216 771
<i>Swaps</i> com opcionalidade (<i>swap option</i>)	—	—	149 267	—	72 675	221 942
<i>Caps</i>	—	—	—	331 029	1 119 662	1 450 691
<i>Floors</i>	—	—	—	40 000	—	40 000
	374 587	197 703	399 387	1 861 936	5 130 464	7 964 077
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
<i>Cross currency swaps</i> — compras	—	—	4 252	—	95 427	99 679
<i>Cross currency swaps</i> — vendas	—	—	4 252	—	98 498	102 750
	—	—	8 504	—	193 925	202 429
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Forwards</i> sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	—	1 635	—	11 445	—	13 080
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	145 363	80 280	542 860	1 018 135	30 100	1 816 738
Opções compradas	—	1 635	—	38 586	—	40 221
Opções vendidas	—	1 635	546	38 586	—	40 767
	145 363	85 185	543 406	1 106 752	30 100	1 910 806
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	—	—	—	—	—	—
	519 950	355 011	951 297	3 128 575	5 354 489	10 309 322

2001						
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Swaps cambiais (<i>Fx swaps</i>)	4 500	31 370	120 000	71 123	—	226 993
Opções compradas	1 615	—	—	—	—	1 615
Opções vendidas	1 615	—	—	—	—	1 615
	<u>7 730</u>	<u>31 370</u>	<u>120 000</u>	<u>71 123</u>	<u>—</u>	<u>230 223</u>
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
FRA (<i>forward rate agreements</i>)	—	—	7 300	42 773	—	50 073
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	4 207 843	1 245 523	1 112 193	1 112 141	680 525	8 358 225
Swaps com opcionalidade (<i>swap option</i>)	—	—	—	138 899	72 674	211 573
Caps	—	—	4 988	—	59 356	64 344
	<u>4 207 843</u>	<u>1 245 523</u>	<u>1 124 481</u>	<u>1 293 813</u>	<u>812 555</u>	<u>8 684 215</u>
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
Cross currency swaps — compras	—	—	8 974	4 614	104 037	117 625
Cross currency swaps — vendas	—	—	8 974	4 614	107 108	120 696
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>17 948</u>	<u>9 228</u>	<u>211 145</u>	<u>238 321</u>
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Forwards sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	2 200	7 240	5 770	—	—	15 210
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	252 441	56 290	5 000	1 065 817	22 000	1 401 548
Opções compradas	—	—	—	27 141	—	27 141
Opções vendidas	1 100	1 877	—	27 141	—	30 118
	<u>255 741</u>	<u>65 407</u>	<u>10 770</u>	<u>1 120 099</u>	<u>22 000</u>	<u>1 474 017</u>
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	5 090	—	—	—	—	5 090
	<u>4 476 404</u>	<u>1 342 300</u>	<u>1 273 199</u>	<u>2 494 263</u>	<u>1 045 700</u>	<u>10 631 866</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

2002						
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras ...	12 721	4 723	4 148	—	269 035	290 627
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	12 572	4 906	4 148	—	269 035	290 661
	<u>25 293</u>	<u>9 629</u>	<u>8 296</u>	<u>—</u>	<u>538 070</u>	<u>581 288</u>
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	2 426 148	2 206 103	2 633 840	1 382 392	1 045 606	9 694 089
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	11 603	—	—	—	—	11 603
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Forwards sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	—	—	—	—	—	—
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	70 508	13 854	50 023	92 220	—	226 605
Opções compradas	—	—	3 280	—	—	3 280
Opções vendidas	—	599	6 554	—	—	7 153
	<u>70 508</u>	<u>14 453</u>	<u>59 857</u>	<u>92 220</u>	<u>—</u>	<u>237 038</u>
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	20 587	—	—	—	—	20 587
Warrants (carteira própria)	—	—	9 839	—	—	9 839
	<u>2 554 139</u>	<u>2 230 185</u>	<u>2 711 832</u>	<u>1 474 612</u>	<u>1 583 676</u>	<u>10 554 444</u>

	2001					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras	276	11 415	—	—	293 486	305 177
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	275	10 121	—	—	293 486	303 882
Opções vendidas	8 285	—	—	—	—	8 285
	<u>8 836</u>	<u>21 536</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>586 972</u>	<u>617 344</u>
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	<u>366 680</u>	<u>39 988</u>	<u>25 986</u>	<u>895 920</u>	<u>947 196</u>	<u>2 275 770</u>
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	<u>52 800</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>52 800</u>
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Forwards</i> sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	—	49 240	—	—	—	49 240
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	14 964	36 045	4 041	169 019	—	224 069
Opções compradas	—	11 172	—	—	—	11 172
Opções vendidas	29 242	65 577	14 920	—	—	109 739
	<u>44 206</u>	<u>162 034</u>	<u>18 961</u>	<u>169 019</u>	<u>—</u>	<u>394 220</u>
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	<u>42 139</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>42 139</u>
	514 661	223 558	44 947	1 064 939	1 534 168	3 382 273

25 — Movimentos nas provisões:

Durante os exercícios de 2002 e 2001, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

Contas	Saldos em 3 de Dezembro de 2001	Resultados		Transfe-rências	Utili-zações e outros	Saldos em 3 de Dezembro de 2002
		Aumentos	Reposições			
Provisões classificadas no passivo:						
Para riscos e encargos:						
Para riscos gerais de crédito [notas n.ºs 14 e 3.2, alínea j)]	57	462	(339)	—	—	180
Para outros riscos e encargos [nota n.º 3.2, alínea k)]	1 108	4 643	(45)	2 199	—	7 905
	<u>1 165</u>	<u>5 105</u>	<u>(384)</u>	<u>2 199</u>	<u>—</u>	<u>8 085</u>
Fundo para riscos bancários gerais [nota n.º 3.2, alínea l)]	<u>3 530</u>	<u>3 173</u>	<u>(2 295)</u>	<u>(2 199)</u>	<u>—</u>	<u>2 209</u>
Provisões classificadas como redução do activo:						
Para devedores e outras aplicações (nota n.º 31)	—	259	(28)	—	—	231
Para depreciação de títulos de investimento:						
De rendimento fixo (nota n.º 10)	596	121	(449)	—	—	268
De rendimento variável (nota n.º 10)	68	101	(128)	—	—	41
	<u>664</u>	<u>222</u>	<u>(577)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>309</u>
Para partes de capital em empresas coligadas	<u>615</u>	<u>—</u>	<u>(18)</u>	<u>—</u>	<u>(597)</u>	<u>—</u>
	<u>5 974</u>	<u>8 759</u>	<u>(3 302)</u>	<u>—</u>	<u>(597)</u>	<u>10 834</u>

Contas	Saldos em 3 de Dezembro de 2000	Resultados		Transfe-rências	Utili-zações e outros	Saldos em 3 de Dezembro de 2001
		Aumentos	Reposições			

Provisões classificadas no passivo:

Para riscos e encargos:

Para riscos gerais de crédito [notas n.ºs 14 e 3.2, alínea j)]	91	236	(270)	—	—	57
Para outros riscos e encargos [nota n.º 3.2, alínea k)]	499	609	—	—	—	1 108
	<u>590</u>	<u>845</u>	<u>(270)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>1 165</u>

Contas	Saldos em 3 de Dezembro de 2000	Resultados		Transfe-rências	Utili-zações e outros	Saldos em 3 de Dezembro de 2001
		Aumentos	Reposições			
Fundo para riscos bancários gerais [nota n.º 3.2, alínea l)]	5 244	1 533	(3 247)	—	—	3 530
Provisões classificadas como redução do activo:						
Para créditos e juros vencidos — créditos sobre clientes	1 439	—	—	—	(1 439)	—
Para risco-país:						
Títulos de rendimento fixo [nota n.º 3.2, alínea j)]	2 634	—	(2 634)	—	—	—
Para depreciação de títulos de investimento:						
De rendimento fixo (nota n.º 10)	226	711	(166)	—	(175)	596
De rendimento variável (nota n.º 10)	335	1 282	(1 549)	—	—	68
	561	1 993	(1 715)	—	(175)	664
Para partes de capital em empresas coligadas	625	8	(18)	—	—	615
	11 093	4 379	(7 884)	—	(1 613)	5 974

A provisão para risco-país em 31 de Dezembro de 2000 destinava-se a títulos não cotados emitidos por entidades argentinas, os quais foram vendidos no exercício de 2001, tendo a respectiva provisão sido anulada.

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Activo:		
Proveitos a receber:		
Juros de títulos de depósito	14	23
Juros de aplicações em instituições de crédito	7 935	5 659
Juros de crédito interno	304	316
Juros de títulos de investimento	2 912	86
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de cobertura	101 057	66 587
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de negociação	92 296	18 051
Juros de operações de <i>currency swaps</i> — de cobertura	51	—
Comissões a receber:		
Santander — SGFIM	1 845	2 636
Outras	841	969
Despesas com custo diferido:		
Responsabilidades representadas por títulos	3 403	6 289
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro	31 328	—
Opções — de cobertura	7 293	—
Outras	235	107
Flutuação de valores	—	11 267
Outras contas de regularização:		
Proveitos e custos em suspenso:		
Reavaliação de <i>forwards</i>	6	1 348
Operações de <i>equity swap</i>	24 629	15 239
Opções — mercado de balcão	3 620	14 806
Reavaliação de <i>swaps</i> de moeda e taxa de juro	4 966	—
Operações de bolsa a regularizar [nota n.º 3.2, alínea e)]	81 144	220 002
Outras	3 051	175
	366 930	363 560

O montante registado na rubrica de despesas com custo diferido — responsabilidades representadas por títulos corresponde aos descontos na emissão das obrigações de caixa emitidas pelo Banco, os quais são amortizados linearmente por contrapartida de custos ao longo do período de vida de cada operação.

	2002	2001
Passivo:		
Custos a pagar:		
Juros de recursos em instituições de crédito:		
No País	3 637	1 658
No estrangeiro	39	—

	2002	2001
Juros de débitos representados por títulos	2 769	3 440
Juros de depósitos	8 090	2 459
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de cobertura	91 543	57 955
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de negociação	95 810	12 795
Juros de operações de <i>currency swaps</i> — de cobertura	51	—
Outros custos a pagar:		
Prémios a pagar aos empregados e órgão de gestão	1 668	2 850
Provisão para férias e subsídio de férias	708	681
Outros	1 205	1 666
Receitas com proveito diferido:		
Operações de compra com acordo de revenda	267	249
<i>Warrants</i>	—	17
Reavaliação de futuros	—	121
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro — de cobertura	34 360	—
Opções — de cobertura	3 280	—
Outros	86	—
Outras contas de regularização:		
Proveitos e custos em suspenso:		
Reavaliação de <i>forwards</i>	174	—
Operações de <i>equity swap</i>	19 137	15 076
<i>Warrants</i>	—	1 171
Opções — mercado de balcão	12 148	120 972
Operações de bolsa a regularizar [nota n.º 3.2, alínea e)]	82 225	207 099
Reavaliação de <i>swaps</i> de moeda e taxa de juro	8 062	3 096
Reavaliação de <i>swaps</i> de taxa de juro	3 151	5 377
Outros	2 542	127
	370 952	456 809

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

	2002	2001
Títulos emitidos por valor inferior ao seu valor de reembolso (obrigações subordinadas)	3 403	6 289
Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	44	38
Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	18	96

b) Diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos de investimento e os que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados):

	2002	2001
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
Títulos da dívida pública:		
Custo de aquisição	1 339	1 323
Provisões constituídas	—	—
Valor de balanço	1 339	1 323
Mais-valias potenciais	19	10
Valor de mercado	1 358	1 333
De outros emissores públicos estrangeiros:		
Custo de aquisição	147	—
Provisões constituídas	—	—
Valor de balanço	147	—
Mais-valias potenciais	4	—
Valor de mercado	151	—

	2002	2001
De outros emissores nacionais:		
Custo de aquisição	91 741	14 932
Provisões constituídas	(218)	(595)
Valor de balanço	91 523	14 337
Mais-valias potenciais	68	18
Valor de mercado	91 591	14 335
De outros emissores não residentes:		
Custo de aquisição	5 863	249
Provisões constituídas	(25)	—
Valor de balanço	5 838	249
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	5 838	249
Títulos subordinados:		
Custo de aquisição	993	—
Provisões constituídas	(25)	—
Valor de balanço	968	—
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	968	249
Títulos próprios:		
Custo de aquisição	752	—
Provisões constituídas	—	—
Valor de balanço	752	—
Mais-valias potenciais	9	—
Valor de mercado	761	249
Acções e outros títulos de rendimento variável:		
Custo de aquisição	12 655	9 240
Provisões constituídas	(41)	(68)
Valor de balanço	12 614	9 172
Mais-valias potenciais	—	304
Valor de mercado	12 614	9 476

c) Diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos de negociação e os que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição:

	2002				
	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores públicos nacionais	Títulos de outros emissores não residentes	Acções e outros títulos de rendimento variável
Valor de mercado	55 110	149 821	25 915	—	26 976
Mais-valias potenciais	(1 484)	(6 931)	(486)	—	(276)
Menos-valias potenciais	—	—	15	—	1 905
Custo de aquisição	53 626	142 890	25 444	—	28 605
	2001				
	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores públicos nacionais	Títulos de outros emissores não residentes	Acções e outros títulos de rendimento variável
Valor de mercado	22 944	214 000	20 959	5 374	97 964
Mais-valias potenciais	—	(4)	(256)	(15)	(17 435)
Menos-valias potenciais	218	6 013	20	—	29 221
Custo de aquisição	23 162	220 009	20 723	5 359	109 750

d) Montante dos lucros e dos prejuízos não realizados, imputados aos resultados do exercício, com origem na avaliação a preços de mercado dos títulos da carteira de negociação constantes do balanço:

	2002				
	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores públicos nacionais	Títulos de outros emissores não residentes	Acções e outros títulos de rendimento variável
Mais-valias potenciais	736	2 800	400	—	1 995
Menos-valias potenciais	(1)	—	(78)	—	(366)
	<u>735</u>	<u>2 800</u>	<u>322</u>	<u>—</u>	<u>1 629</u>

	2001				
	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores públicos nacionais	Títulos de outros emissores não residentes	Acções e outros títulos de rendimento variável
Mais-valias potenciais	27 561	91 472	1 374	88	61 108
Menos-valias potenciais	(26 679)	(94 569)	(743)	(74)	(72 225)
	<u>882</u>	<u>(3 097)</u>	<u>631</u>	<u>14</u>	<u>(11 117)</u>

29 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o capital social do Banco encontra-se representado por 5 250 000 acções, com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscrito e realizado. O capital social do Banco é integralmente detido pela Foggia, SGPS, S. A.

31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros activos:

	2002	2001
Retenções na fonte a recuperar	1 318	1 329
IRC a recuperar	633	226
Devedores diversos:		
Residentes	1 318	1 337
Não residentes	296	579
Devedores por operações sobre futuros/opções:		
Contas margem de futuros	4 372	2 167
Garantias Bolsa de Derivados de Lisboa e Porto	100	100
Ajustamento de cotações	—	10
Subscrição indirecta de acções	19 950	—
Estruturas de <i>equity swap</i>	4 678	2 196
<i>Swaps</i> de moeda	1 894	5 085
Outras imobilizações financeiras	6 591	3 773
Outras disponibilidades	—	1 912
Outros	304	—
	<u>41 454</u>	<u>18 714</u>
Provisões para devedores diversos	(231)	—
	<u>41 223</u>	<u>18 714</u>

A rubrica de contas margem de futuros refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais, relativas à actividade de *trading* de futuros.

A rubrica de subscrição indirecta de acções refere-se à tomada firme de um aumento de capital da Modelo Continente, cuja subscrição pelo tomador final ocorrerá em Janeiro de 2003.

A rubrica de outras imobilizações financeiras tem a seguinte composição:

	2002	2001
TREM — Aluguer de Material Circulante, ACE	2 850	2 850
Nortrem — Aluguer de Material Ferroviário, ACE	2 958	—
Autoloc — Aluguer de Autocarros, ACE	775	775
Associação da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	—	140
Outras	8	8
	<u>6 591</u>	<u>3 773</u>

Outros passivos:

	2002	2001
<i>Equity swaps</i>	1 815	4 253
Retenção de impostos na fonte a entregar ao Estado	513	307
IVA a pagar	50	9
Fornecedores	179	241
Contribuições para a segurança social	75	76
IRC a pagar (nota n.º 41)	299	—
Outros	130	83
	<u>3 061</u>	<u>4 969</u>

32 — Fundos sob gestão:

Os principais dados financeiros relativos aos Fundos geridos pela Santander — SGFIM, Santander Pensões e Santander Imovest podem ser resumidos como segue:

	Unidades de participação		Capital do fundo	
	2002	2001	2002	2001
Santander — SGFIM:				
Euro — Futuro Telecomunicações	2 133 803	2 281 754	12 699	26 534
Euro — Futuro Banca e Seguros	1 197 581	1 386 315	19 122	34 535
Euro — Futuro Tecnologias da Informação	—	267 720	—	3 703
Euro — Futuro Cíclico	—	1 269 326	—	29 975
CPP obrigações	—	45 632 177	—	240 702
CPP Tesouraria	—	20 033 047	—	104 371
Euro Capital 2002	—	500 000	—	24 661
Santander Empresas	—	3 366 186	—	17 925
Santander Novo Fundo	—	17 965 186	—	176 698
Totta Capital Europa	520 000	520 000	25 450	25 136
Valor Futuro FPR/E	—	872 396	—	4 511
Euro Capital 2004	—	1 500 000	—	73 161
Santander obrigações Mercados Emergentes	—	2 322 851	—	11 718
Santander Capital 2002	—	766 814	—	38 596
Luso — Valor	—	2 551 020	—	64 291
Eurosul	—	2 100 000	—	46 202
Euro — Futuro acções Defensivas	899 002	688 831	15 694	16 350
Santander — Iberfundo acções	—	538 069	—	6 161
Santander Multipoupança	4 217 472	7 786 046	22 521	42 479
Santander Multidiversificação	2 856 806	3 651 456	13 020	19 664
Santander obrigações	—	21 254 363	—	221 169
Santander Telecom	—	1 331 073	—	6 512
Santander — acções Portugal	3 149 338	3 626 595	41 712	58 466
Santander — PPA	2 659 662	2 838 292	45 156	58 411
Santander — FPR/E	—	1 181 638	—	14 404
Carteira Misto	1 296 033	1 804 317	7 373	10 738
Carteira Protecção	776 061	1 063 522	4 725	6 384
Santander — acções Europa	15 507 604	15 099 657	46 582	74 539
Santander — acções Internacionais	1 866 334	3 569 475	7 465	23 445
Santander — Capital Portugal	—	42 437	—	6 611
Santander Banca	—	311 322	—	1 927
Totta obrigações	—	124 385 823	—	656 851
Totta Taxa Fixa	—	565 532	—	4 934
Totta PPR/E	—	6 752 379	—	113 219
Totta Tesouraria	—	69 262 136	—	361 256
Multiinvest	3 959 264	5 688 702	20 176	31 068
Acções Global	1 460 874	2 865 000	5 108	14 689
Euro Capital 2003	500 000	—	24 955	—
Multiglobal	14 417 262	—	72 922	—
Multi Empresas	2 399 657	—	13 037	—
Reforma Segura FPR/E	12 418 682	—	67 547	—
Santander Obrigações Agressivo	538 784	—	2 852	—
Multi Taxa Fixa	447 372	—	4 130	—
Multi Tesouraria	57 935 159	—	579 990	—
Multi Obrigações	399 952 058	—	2 173 033	—
Multi bond Premium	22 266 944	—	112 367	—
Reforma Investimento FPR/E	6 754 517	—	110 697	—
			<u>3 448 333</u>	<u>2 671 266</u>
Santander Pensões:				
Fundo de Pensões BTA	n. a.	n. a.	305 559	274 682
Fundo de Pensões CPP	n. a.	n. a.	388 759	344 255
Fundo de Pensões BSP	n. a.	n. a.	80 676	68 708

	Unidades de participação		Capital do fundo	
	2002	2001	2002	2001
Fundo de Pensões Petrolgal	n. a.	n. a.	39 688	36 979
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	n. a.	n. a.	781	657
			<u>815 463</u>	<u>725 281</u>
Santander Imovest:				
Imovest	18 380 726	18 380 726	188 899	167 366
NovImovest	13 822 743	9 868 822	75 356	51 484
LusImovest	2 000 000	1 000 000	108 243	51 060
Hispano	2 000 000	1 000 000	108 243	4 954
			<u>480 741</u>	<u>274 864</u>
			4 744 537	3 672 141

34 — Efectivos:

O quadro de pessoal do Banco e associadas, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, pode ser resumido como segue:

	2002	2001
Com funções específicas de enquadramento:		
Administradores	7	6
Direcção	14	14
Chefias	21	22
Técnicos informáticos	2	2
Outros técnicos	23	26
Sem funções específicas de enquadramento:		
Administrativos	18	18
	<u>85</u>	<u>88</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

Nos exercícios de 2002 e 2001, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao conselho de administração ascenderam a 877 milhares de euros e 1460 milhares de euros, respectivamente.

Não existem adiantamentos ou créditos concedido a membros dos órgãos sociais bem como compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37 — Montante global dos activos e passivos representados em moeda estrangeira:

O contravalor para euros dos elementos do activo e do passivo representados em moeda estrangeira é como segue:

	2002	2001
Activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições crédito	934	8 497
Outros créditos sobre instituições de crédito	23 807	1 722
Créditos sobre clientes	97	275
Acções e outros títulos de rendimento variável	871	5 085
Outros activos	3 312	5 085
Contas de regularização	404	19 525
Operações cambiais (compras)	<u>152 249</u>	<u>181 389</u>
	<u>181 674</u>	<u>221 578</u>
Passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	28 416	43 428
Débitos para com clientes	2 104	393
Contas de regularização	953	15 948
Operações cambiais (vendas)	<u>151 428</u>	<u>157 861</u>
	<u>182 901</u>	<u>217 630</u>
Activo/(passivo) líquido	(1 227)	(1 337)

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a totalidade dos proveitos foi gerada na actividade no território nacional.

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços diversos	75	75
Outros	7	48
	<u>82</u>	<u>123</u>
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	20	25
Outros	2	1
	<u>22</u>	<u>26</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobilizados	418	72
Outros	1 065	356
	<u>1 483</u>	<u>428</u>
Perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores	1 701	
Outras perdas em valores imobilizados	—	22
Multas e penalidades legais	62	5
Prémios pagos com base na decisão da assembleia geral de 20 de Agosto de 2001	—	20 523
Outros	692	1 226
	<u>2 455</u>	<u>21 776</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de mais-valias na venda de imobilizado inclui 404 milhares de euros relativos à mais-valia apurada na venda de acções da Taxagest.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores inclui aproximadamente 1600 milhares de euros relativos a custos associados a produtos derivados que se encontravam compensados com ganhos que foram registados em lucros em operações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica de ganhos extraordinários — outros inclui 694 milhares de euros de 355 milhares de

euros, respectivamente, relativos a excesso de estimativa para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas do ano anterior.

40 — Encargos imputados e pagos no período relativos a passivos subordinados:

Os montantes dos encargos imputados e pagos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, relativos aos empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados, são como segue:

	2002		2001	
	Valores pagos	Valores imputados a custos	Valores pagos	Valores imputados a custos
BSNP/96 — 1.ª série	—	349	—	349
BSNP/96 — 2.ª série	—	174	—	174
BSNP/96 — 3.ª série	—	1 262	—	1 262
BSNP/96 — 4.ª série	—	124	—	124
BSNP/96 — 5.ª série	—	148	—	148
	<u>—</u>	<u>2 057</u>	<u>—</u>	<u>2 057</u>

Os juros relativos aos empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados serão pagos no vencimento destas emissões.

41 — Carga fiscal:

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (oito anos relativamente à segurança social), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 1999 a 2002.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58.º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente ao período acima referido, seja significativa para as demonstrações financeiras.

O Banco foi notificado, em 30 de Dezembro de 2002, do projecto de conclusões da acção de inspecção realizada ao exercício de 2000. O referido projecto de conclusões propõe correcções à matéria colectável de IRC no montante de 2899 milhares de euros (correspondente a 1020 milhares de euros de imposto) e imposto em falta, incluindo retenções na fonte, no montante de 2763 milhares de euros.

O Banco aderiu relativamente a esta matéria ao regime de regularização de dívidas (Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro) efectuando o pagamento parcial de 449 milhares de euros no início de Janeiro de 2003. O Banco apresentou defesa contra as propostas de correcção, em sede de direito de audição, para um montante de imposto de 1835 milhares de euros, tendo aceite um montante de 1948 milhares de euros, excluindo juros compensatórios. O Banco tem registadas provisões na rubrica de provisões para riscos e encargos para fazer face a estes passivos.

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionando aquela dotação foi a seguinte:

	2002	2001	2000
Dotação para impostos sobre lucros	550	499	499
Lucro antes de impostos	24 235	18 091	13 750
Carga fiscal (percentagem)	2,27	2,76	3,63
Pagamentos por conta	—	725	1 601
Retenções na fonte	350	—	372
Impostos sobre lucros a (recuperar)/pagar (nota n.º 31)	299	(226)	(1 474)

A carga fiscal é inferior à taxa normal essencialmente devido a benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos, ao regime de tributação dos ganhos resultantes da reavaliação de operações de derivados e à imputação de prejuízos gerados por agrupamentos complementares de empresas.

43 — Consolidação:

As contas do Banco serão consolidadas a nível das demonstrações financeiras do Banco Totta & Açores, S. A., com sede na Rua Áurea, 88, Lisboa, local onde poderão ser obtidas.

47 — Resultados com empresas do grupo:

Os resultados gerados com empresas do Grupo SCH em Portugal foram os seguintes:

	2002	2001
Custos:		
Juros de recursos alheios:		
Depósitos a prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	767	865
Companhia Geraldo Crédito Predial Português, S. A.	7	23
Banco Santander Portugal, S. A.	565	130
BSN Dealer, S. A.	—	7
Empréstimos:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	286
Mercado monetário interbancário:		
Banco Santander Portugal, S. A.	357	1
Banco Totta & Açores, S. A.	21	—
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	27	—
Depósitos à ordem:		
Santander Gest, SGPS, S. A.	1	1
BSN Dealer, S. A.	71	64
Banco Totta & Açores, S. A.	2	—
Banco Santander Portugal, S. A.	4	—
Santander Imovest	85	—
Totta Finance	10	—
Santander SGFIM, S. A.	194	272
Responsabilidades representadas por títulos:		
BSN Dealer, S. A.	258	255
	<u>2 368</u>	<u>1 904</u>
Comissões:		
Serviços bancários de terceiros:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	1
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	40
Operações realizadas por terceiros — de títulos:		
Banco Totta & Açores	—	10 101
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	3 872
Banco Santander Portugal, S. A.	—	5 848
	<u>—</u>	<u>19 862</u>
Perdas em operações extrapatrimoniais:		
BSN Dealer, S. A.	<u>1 983</u>	<u>2 968</u>

	2002	2001
Proveitos:		
Juros de disponibilidades:		
Depósitos à ordem:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	160
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	25
Banco Santander Portugal, S. A.	—	1
	<u>—</u>	<u>186</u>
Juros de aplicações:		
Mercado monetário interbancário:		
Banco Santander Portugal, S. A.	1 383	64
Banco Totta & Açores, S. A.	2 410	—
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	381	—
BSN Dealer, S. A.	736	—
Depósito a prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	287	3 707
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	3 083	2 746
Banco Santander Portugal, S. A.	1 305	7
BSN Dealer, S. A.	—	445
Descobertos em depósitos à ordem:		
TaxaGest, SGPS, S. A.	—	59
	<u>9 585</u>	<u>7 028</u>
Rendimento de títulos:		
Participações em instituições de crédito no País:		
BSN Dealer, S. A.	—	25 000
BSN Pensões, S. A.	—	364
	<u>—</u>	<u>25 364</u>
Comissões:		
BSN Pensões, S. A.	—	75
Santander SGFIM, S. A.	2 518	2 775
BSN Dealer, S. A.	75	—
	<u>2 593</u>	<u>2 850</u>

Os resultados gerados com empresas do Grupo BSCH no estrangeiro foram os seguintes:

	2002	2001
Juros e custos equiparados:		
BSCH London	2	3
BSCH Madrid	161	1 219
Comissões (custos):		
BSCH — Sociedade de Valores	—	17
BSCH Madrid	—	1
BSCH Suisse	3	—
BSCH Miami	1	—
SCH Investment	49	—
Grupo Banesto	496	—
Juros e proveitos equiparados:		
Banco Santander New York	—	53
BSCH London	65	2
Banco Santander Miami	—	2
Banco Santander Paris	—	21
BSCH Madrid	1 319	1
Grupo Banesto	163	—
Comissões (proveitos):		
BSCH London	75	—

49 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Caixa	6	10
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	1 356	718
	1 362	728

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, visam satisfazer os requisitos legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o aviso n.º 7/94, do Banco de Portugal, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis.

50 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica reflecte depósitos à ordem e tem a seguinte composição:

	2002	2001
Em instituições no País	527	429
Em instituições no estrangeiro	6 301	15 832
	6 828	16 261

51 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Obrigações de caixa:		
BSNP/96 — 1.ª emissão	9 976	9 976
BSNP/96 — Reverse	7 482	7 482
BSNP/97 — Cupão zero	799	799
BSNP/98 — Cupão zero — 2002	—	3 971
BSNP/99 — Cupão zero — 2002	—	6 500
BSNP/99 — Cupão Intervalo Euribor I — 2002	—	5 000
BSNP/00 — Cupão zero — 2002	2 300	2 300
BSNP/01 — Cupão zero — 2004	7 400	7 400
Warrants:		
Vodafone + Nokia	—	1 200
Vivendy + B. Sky	—	520
EDN + RWE — Maio de 2002	—	130
Call PSI 20 — Maio de 2002	—	5 006
	27 957	50 284

As condições dos débitos representados por títulos encontram-se detalhadas no Anexo I.

52 — Movimento da situação líquida:

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante os exercícios de 2002 e 2001, foi o seguinte:

	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Legais	Outras	Total			
SalDOS em 31 de Dezembro de 2000	26 250	2 357	3 538	29 623	33 161	75	13 251	75 094
Aplicação de resultados	—	—	1 325	11 926	13 251	—	(13 251)	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	17 592	17 592
SalDOS em 31 de Dezembro de 2001	26 250	2 357	4 863	41 549	46 412	75	17 592	92 686
Aplicação de resultados	—	—	1 685	—	1 685	15 907	(17 592)	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	23 685	23 685
SalDOS em 31 de Dezembro de 2002	26 250	2 357	6 548	41 549	48 097	15 982	23 685	116 371

Prémios de emissão:

Esta rubrica refere-se aos prémios de emissão relativos a aumentos de capital efectuados em exercícios anteriores. Os prémios de emissão só poderão ser utilizados para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva legal:

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, são anualmente transferidos para esta reserva o equivalente a 10% do resultado líquido de cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

53 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Juros de disponibilidades	332	1 742
Juros de aplicações:		
Em instituições de crédito no País	10 351	14 258
Em instituições de crédito no estrangeiro	10 409	7 246
Crédito interno	2 430	1 600
Títulos de negociação	9 548	16 352
Títulos de investimento	3 578	1 869
Outros juros e proveitos equiparados:		
De operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações	301 197	202 544
Outros	82	369
	<u>337 927</u>	<u>245 980</u>

54 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de recursos alheios:

	2002	2001
Juros de recursos alheios:		
De instituições de crédito no País	3 870	—
De instituições de crédito no estrangeiro	3 190	3 602
De depósitos	14 661	3 861
De débitos representados por títulos	2 417	21 068
De capitais próprios e equiparados	2 057	2 267
Juros de outros recursos	51	2 057
Outros juros e custos equiparados:		
De operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações	298 813	200 637
Juros da carteira de vendas a descoberto	8 500	11 390
Outros	114	280
	<u>333 673</u>	<u>245 162</u>

55 — Comissões:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Proveitos:		
Por operações realizadas por conta de terceiros	3 888	4 194
De operações cambiais	290	228
Por serviços bancários prestados	5 669	5 465
Outras comissões:		
De assessoria	6 723	4 508
De organização	350	831
De comercialização	2 489	2 801
De subscrição	32	40
Outras	595	864
	<u>20 033</u>	<u>18 931</u>
Custos:		
De operações realizadas por terceiros	4 255	4 540
De operações cambiais	458	428
De serviços bancários	1 468	1 273
Outras comissões	11	72
	<u>6 192</u>	<u>6 313</u>

A rubrica de comissões por operações realizadas por conta de terceiros refere-se essencialmente a comissões de operações sobre títulos.

56 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Lucros em operações financeiras:		
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	41 666	162 327
Lucros e diferenças de reavaliação em aplicações	754 175	225 816
Lucros e proveitos de operações extrapatrimoniais	611 552	626 483
Outros lucros em operações financeiras:		
Equity swaps	31 288	54 733
Outros	11 752	—
	<u>1 450 433</u>	<u>1 069 359</u>
Prejuízos em operações financeiras:		
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	39 853	162 636
Prejuízos e diferenças de reavaliação em aplicações	771 621	233 169
Custos e prejuízos de operações extrapatrimoniais	582 149	604 548
Outros prejuízos em operações financeiras:		
Equity swaps	27 574	60 951
Outros	6 851	—
	<u>1 428 048</u>	<u>1 061 304</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de lucros e proveitos em operações extrapatrimoniais inclui 2380 milhares de euros relativos ao exercício de opções sobre acções da Euronext, recebidas na permuta com a participação detida na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto.

57 — Custos com pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Vencimentos e salários:		
Órgãos de gestão	830	826
Empregados	4 101	5 408
	<u>4 931</u>	<u>6 234</u>
Encargos sociais	695	782
Outros custos com pessoal	7	187
	<u>702</u>	<u>969</u>
	<u>5 633</u>	<u>7 203</u>

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luis Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Certificação legal das contas individuais e relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (uma entidade detida pelo Grupo Santander Central Hispano, nota introdutória), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, que evidencia um total de 1 418 887 milhares de euros e capitais próprios de 116 371 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 23 685 milhares de euros, as demonstrações dos resulta-

dos por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e para os fins indicados no ponto 6 abaixo, a posição financeira individual do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geral-

mente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfase*. — As demonstrações financeiras anexas, elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, referem-se à actividade do Banco a nível individual, sendo os investimentos financeiros em empresas suas subsidiárias registados ao custo de aquisição. O Banco preparou em separado, também para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, as quais evidenciam, relativamente àquela data, um total de balanço consolidado de 1 460 267 milhares de euros e capitais próprios consolidados no montante de 155 600 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado para o exercício findo naquela data no montante de 38 597 milhares de euros.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2003. — Magalhães, Neves e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais do exercício de 2002 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., os quais são da responsabilidade do conselho de administração do Banco.

Acompanhamos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas individuais do exercício de 2002 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais de resultados e de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2002 elaborado pelo conselho de administração. Adicionalmente, analisámos a certificação legal das contas, elaborada pelo revisor oficial de contas vogal deste conselho, a qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que os documentos de prestação de contas individuais do Banco supra-referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003. — O Conselho Fiscal: *António Mendo Castel-Branco Borges*, presidente — *António Barreira*, *Fernando Vieira*, *Justino Romão & Associados*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Fernando Jorge Marques Vieira*, vogal — *Magalhães, Neves & Associados*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

Relatório dos auditores

1 — Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (Banco detido maioritariamente pelo Grupo Santander Central Hispano, nota introdutória), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais de resultados e de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e para os fins indicados no ponto 4 abaixo, a posição financeira individual do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como os correspondentes resultados das suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras.

4 — As demonstrações financeiras anexas, elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, referem-se à actividade do Banco a nível individual, sendo os investimentos financeiros em empresas suas subsidiárias registados ao custo de aquisição. O Banco preparou em separado, também para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, as quais evidenciam, relativamente àquela data, um total de balanço consolidado de 1 460 267 milhares de euros e capitais próprios consolidados no montante de 155 600 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado para o exercício findo naquela data no montante de 38 597 milhares de euros.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2003. — O Auditor: *Delloite & Touche*.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO					(Em milhares de euros)
Notas	2002			2001	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49	1 461	—	1 461	744
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	50	15 685	—	15 685	32 924
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	525 046	—	525 046	608 834
Créditos sobre clientes	14	93 377	—	93 377	46 025
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
De emissores públicos	10	206 934	—	206 934	239 561
De outros emissores	10	124 513	(268)	124 245	35 128
Títulos próprios	10	752	—	752	—
Accões e outros títulos de rendimento variável	10	86 627	(455)	86 172	172 081
Partes de capitais em empresas associadas	6	32 453	—	32 453	400
Partes de capitais em empresas filiais excluídas da consolidação	6	1 896	—	1 896	1 330

(Em milhares de euros)

	Notas	2002			2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações incorpóreas	11	2 573	(1 825)	748	547
Imobilizações corpóreas	11	9 381	(6 586)	2 795	3 114
Outros activos	31	42 419	(231)	42 188	22 080
Contas de regularização	27	326 515	—	326 515	387 494
<i>Total do activo</i>		<i>1 469 632</i>	<i>(9 365)</i>	<i>1 460 267</i>	<i>1 550 262</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista	18	7 380	9 627
A prazo ou com pré-aviso	18	129 256	219 867
Débitos para com clientes:			
Outros débitos:			
À vista	18	300 437	191 239
A prazo	18	405 661	410 249
Débitos representados por títulos	51	24 959	41 507
Outros passivos	31	5 836	11 149
Contas de regularização	27	326 756	479 426
Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	52	130	130
Diferenças de consolidação	52	733	733
Provisões para riscos e encargos	25	26 368	19 641
Fundo para riscos bancários gerais	25	2 631	3 614
Passivos subordinados	22	74 385	32 385
Interesses minoritários		135	—
<i>Total do passivo</i>		<i>1 304 667</i>	<i>1 419 567</i>
Capital	29 e 52	26 250	26 250
Prémios de emissão	52	2 357	2 357
Reservas	52	72 488	80 063
Resultados transitados	52	15 908	75
Lucro consolidado do exercício	52	38 597	21 950
<i>Total da situação líquida</i>		<i>155 600</i>	<i>130 695</i>
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<i>1 460 287</i>	<i>1 550 262</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2002	2001
Compromissos	23	387 351	284 617

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Demonstrações de resultados consolidados por naturezas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Juros e custos equiparados	54	333 114	244 876
Comissões	55	36 123	26 213
Prejuízos em operações financeiras	56	1 431 190	1 089 570
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal	57	9 332	11 368
Outros gastos administrativos		5 836	6 034

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Amortizações do exercício	11	1 362	1 231
Outros custos de exploração	39	45	55
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	25	10 946	10 180
Perdas extraordinárias	39	2 952	21 974
Impostos sobre lucros	41	6 402	5 573
Outros impostos		83	1 468
Interesses minoritários		48	—
Lucro consolidado do exercício		38 597	21 950
		1 876 030	1 440 492

PROVEITOS

	Notas	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	53	339 052	248 013
Rendimento de títulos	712	2 679	—
Comissões	55	67 018	53 521
Lucros em operações financeiras	56	1 457 410	1 101 636
Reposições e anulações de provisões	25	5 648	33 559
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		4 509	231
Outros proveitos de exploração	39	105	64
Ganhos extraordinários	39	1 576	789
		1 876 030	1 440 492

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Demonstrações dos resultados consolidados por funções em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Margem financeira	5 938	3 137
Provisões para riscos de crédito	126	(261)
Margem de intermediação	6 064	2 876
Comissões líquidas	30 895	27 308
Outros resultados de exploração	60	9
Margem de serviços	30 955	27 317
Rendimento de títulos	712	2 679
Resultados de empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	4 509	231
Resultados em operações financeiras	26 220	12 066
Provisões para depreciação de títulos	(675)	1 002
Margem da função de investimento	30 766	15 978
Outros custos	(131)	(1 468)
Resultados antes dos custos de transformação	67 654	44 703
Custos com o pessoal	(9 332)	(11 368)
Outros custos administrativos	(5 836)	(6 034)
Amortizações	(1 362)	(1 231)
Custos de transformação	(16 530)	(18 633)
Resultado operacional	51 124	26 070
Outras provisões	(4 749)	22 638
Resultados na alienação de participações financeiras	180	—
Outros resultados extraordinários	(1 556)	(21 185)
Resultados antes de impostos	44 999	27 523

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Impostos	(6 402)	(5 573)
Resultado líquido	38 597	21 950
Resultado por acção (euros)	7,35	4,18
Produto bancário	68 334	45 430

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	508 767	280 347
Pagamento de juros e comissões	(487 174)	(269 911)
Pagamento ao pessoal e fornecedores	(29 667)	(24 286)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	50 056	14 930
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	41 982	1 080
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	36 414	43 148
Títulos de negociação	526	(28 966)
Outros activos e contas de regularização	103 486	(188 596)
	140 426	(174 414)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	(92 858)	(149 897)
Débitos para com clientes	104 610	61 799
Débitos representados por títulos	(22 323)	4 726
Outros passivos e contas de regularização	(111 723)	242 823
	(122 294)	159 451
Caixa líquida das actividades operacionais	60 114	(13 883)
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Compra de títulos de investimento	(689 988)	(2 046 322)
Valores recebidos pela venda de títulos de investimento	621 078	2 059 649
Juros recebidos de títulos de investimento	2 314	—
Compra de participações	(41 883)	—
Venda de participações	180	—
Alienação de imobilizações	85	170
Aquisição de imobilizações	(1 384)	(1 555)
Dividendos recebidos	677	269
Caixa líquida das actividades de investimento antes dos impostos sobre o rendimento	(108 921)	12 211
Impostos sobre lucros pagos	(7 707)	891
Caixa líquida das actividades de investimento após impostos	(116 628)	13 102
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Juros pagos de obrigações emitidas	(2 008)	—
Emissão de passivos subordinados	42 000	—
Caixa líquida das actividades de financiamento	39 992	—
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(16 522)	(781)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	33 668	34 141
Caixa e seus equivalentes da Santander Imovest em 31 de Maio de 2001	—	308
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	17 146	33 668

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

ANEXO I

Débitos representados por títulos e passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2002 (consolidado)

(Em euros)

	Data de emissão	Data de vencimento	Número de obrigações	Valor nominal (unitário)	Valor de reembolso (total)	Taxa de juro (a)	Período de pagamento de juros
Débitos representados por títulos (nota n.º 51):							
Obrigações de caixa:							
BSNP/96 — 1.ª emissão	Fev./1996	Fev./2003	807 645 192	0,01	8 076 452	8,40	Anual e postecipadamente
BSNP/96 — <i>Reverse</i>	Mar./1996	Fev./2003	638 424 445	0,01	6 384 244	9,10	Anual e postecipadamente
BSNP/97 — Cupão zero	Set./1997	Set./2005	49 879 790	0,01	798 745	6,03	Cupão zero
BSNP/00 — Cupão zero	Ag./2000	Mai./2003	46 000	50,00	2 300 000	5,46	Cupão zero
BSNP/01 — Cupão zero	Fev./2001	Jan./2004	148 000	50,00	7 400 000	4,71	Cupão zero
					<u>24 959 441</u>		
Passivos subordinados (nota n.º 22):							
Obrigações de caixa subordinadas:							
BSNP/96 — 1.ª série	Fev./1996	Fev./2004	249 398 949	0,01	5 284 015	9,83	Cupão zero
BSNP/96 — 2.ª série	Abr./1996	Abr./2004	124 699 474	0,01	2 636 272	9,79	Cupão zero
BSNP/96 — 3.ª série	Jun./1996	Jun./2004	997 595 794	0,01	20 028 731	9,09	Cupão zero
BSNP/96 — 4.ª série	Jul./1996	Jul./2004	99 759 579	0,01	1 985 415	8,97	Cupão zero
BSNP/96 — 5.ª série	Out./1996	Out./2004	124 699 474	0,01	2 450 843	8,80	Cupão zero
					<u>32 385 276</u>		

(a) Taxa relativa ao cupão vigente à data de 31 de Dezembro de 2002.

ANEXO II

Inventário de títulos em 31 de Dezembro de 2002 (consolidado)

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
A) Títulos — negociação:					
Valores de rendimento fixo — emitidos por residentes:					
De dívida pública portuguesa:					
Obrigações do Tesouro 5,45% — Setembro de 2013	50 011 360	0,01	106,86	108,33	54 924 052
Obrigações do Tesouro 3,625% — Agosto de 2004	81 178	0,01	101,25	101,25	83 281
Obrigações do Tesouro 5,25% — Outubro de 2005	46 637	0,01	105,71	105,89	49 914
Obrigações do Tesouro 5,85% — Maio de 2010	27 029	0,01	110,39	109,00	30 441
Obrigações do Tesouro 4,8125% — Abril de 2003	11 000	0,01	100,65	100,57	11 430
Obrigações do Tesouro 5,375% — Junho de 2008	10 134	0,01	108,36	105,30	11 033
Obrigações do Tesouro 3,95% — Julho de 2009	20	0,01	100,20	100,60	20
					<u>55 110 170</u>
Valores rendimento fixo — emitidos para não residentes:					
Obrigações:					
De emissores públicos:					
France (Govt Of) 8,5% — Abril de 2023	53 900 000	1,00	144,82	147,05	82 410 516
France (Govt Of) 8,5% — 2019	42 000 000	1,00	140,53	144,32	61 279 496
Hellenic Republic 6,5% — Janeiro de 2014	5 000 000	0,01	116,17	116,28	6 129 972
Bono 7,35% — 2007	903	0,01	110,90	115,73	1 095
Bund 4,75% — 2008	63	0,01	—	100,82	65
Hellenic Republic 6,3 — Janeiro de 2009	29	0,01	105,27	113,04	34
					<u>149 821 179</u>
Valores rendimento fixo — emitidos para residentes:					
Obrigações:					
De outros emissores:					
Banco Santander — 9-7-2008	2 868 088	0,01	101,27	98,55	2 889 909
BSP — Obrigações de caixa Sant. Rend. Gar. 30 meses ...	1 291 550	50,00	108,16	110,52	1 427 421
BTA Obrigações de caixa Plano Novo Inv. 9 mais	1 422 700	50,00	96,78	98,26	1 398 531

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BTA — Selecção Europa 3% Dezembro 2003	1 310 300	50,00	96,28	98,28	1 287 763
BTA — Mundial C	1 289 300	50,00	89,45	89,45	1 153 295
BSP — Obrigações de caixa Cabaz BPES	1 148 750	50,00	95,59	98,67	1 133 472
BSP — Obrigações de caixa Santander Europa Top	1 034 000	50,00	98,88	101,74	1 051 992
Obrigações de caixa Totta Valorização Mensal	989 850	50,00	99,66	99,66	986 507
BTA — Rendimento Garantido	816 400	50,00	98,78	98,78	831 936
CPP Euro — Yen Valorização II	749 800	50,00	106,72	109,95	824 405
CPP Euro Seguradoras	796 350	50,00	99,19	101,00	804 314
CPP Obrigações de caixa Plano Novo Inv. 9 mais	802 850	50,00	96,98	98,41	790 415
Obrigações de caixa Totta Banca Europeia	696 350	50,00	97,28	99,89	695 584
Obrigações de caixa Totta Max 28	649 050	50,00	95,69	95,69	621 065
BSP — Obrigações de caixa Milénio III	569 500	500,00	98,54	102,53	583 908
Obrigações de caixa CPP — Banca Europeia — 2003	569 850	50,00	100,08	101,94	580 905
Obrigações de caixa Totta Max 20	536 000	50,00	97,30	97,30	530 149
BSP — Obrigações de caixa Euro Rendimento Semestral	529 500	500,00	96,26	99,16	528 805
Crédito Predial Português Europa	459 650	50,00	100,63	101,79	467 878
BSP — Obrigações de caixa Euro Futuro	592 000	500,00	68,24	77,10	466 816
Crédito Predial Euro Valorização	405 750	50,00	102,69	104,70	424 820
Totta Rendimento Valorização	418 300	50,00	96,92	98,43	411 733
BSP — Obrigações de caixa Milénio V	399 000	500,00	95,46	98,30	392 217
CPP — Aplicação 8,25 — 1-5-2003	367 750	50,00	98,74	99,05	378 558
BSP — Obrigações de caixa Sant. Inv. Europa — 2003 ...	367 200	50,00	98,11	100,37	368 559
BSP Santander Banca Europeia	346 150	50,00	100,98	102,14	353 558
BSP — Obrigações de caixa Euro Equilíbrio	351 500	500,00	95,98	100,40	352 906
Banco Chemical 2004	360 543	0,01	88,56	88,56	319 289
BSP Obrigações de caixa Plano Novo Inv. 9 mais	321 850	50,00	96,96	98,41	316 865
BSP — Obrigações de caixa Super Taxa Garantida Eu.	304 000	50,00	99,85	99,85	303 535
BSP — Obrigações de caixa PSI 20 110%	305 250	50,00	92,28	95,26	290 781
BSP — Obrigações de caixa PSI 20 Rendimento Seguro	286 900	50,00	95,82	97,81	285 365
Obrigações de caixa Santander Telecomunicações	258 950	50,00	98,81	98,81	255 858
Totta Valorização	235 300	50,00	96,68	97,37	229 112
BSP — Obrigações de caixa Rentabilidade Garantida	180 500	50,00	100,32	100,32	181 073
CPP Aplicação 8,25 — 2.ª série	174 200	50,00	98,94	99,05	179 198
Obrigações de caixa Santander Crescimento Garantido	175 800	50,00	99,59	99,59	179 077
BSP — Obrigações de caixa Santander 50-30-20 — taxa	162 700	50,00	101,29	103,79	168 866
BSP — Santander Crescente — Abril 20	142 300	50,00	100,14	100,14	146 132
BSP — Obrigações de caixa Sant. Invest. Plus — Outubro 2	136 600	50,00	97,89	97,89	133 714
BSP — Santander Euro Preço	137 850	50,00	96,60	96,6	133 169
BSP — Multisatisfação	125 600	50,00	92,75	92,75	116 490
BSP — Santander Max Desporto	114 850	50,00	96,64	96,64	110 987
Obrigações de caixa Totta Crescente	107 300	50,00	100,04	100,04	109 623
Obrigações de caixa Totta Max 4 — Abril de 2004	103 650	50,00	97,47	97,47	101 024
BSP — Max 4	102 950	50,00	97,64	97,64	100 524
Totta Valorização — 2.ª série	93 200	50,00	94,75	96,61	90 041
BSP — Obrigações de caixa Santander 50-30-20	76 250	50,00	95,92	96,37	73 482
BSP — Euro Valor	75 000	50,00	94,33	94,33	70 749
Obrigações de caixa CPP Max 4 — Abril de 2004	59 000	50,00	97,64	97,64	57 607
Obrigações de caixa Totta Euro Prec	52 150	50,00	97,31	97,31	50 749
Obrigações de caixa Crédito Predial Duplinves	43 400	50,00	92,55	92,55	40 165
Chemical PSI 20 Ren. Mín. 1.ª emissão — Março de 2000	24 939	0,01	100,62	100,62	25 094
Obrigações de caixa Totta Multisatisfação	27 000	50,00	91,92	91,92	24 818
CPP — Crédito Predial Real Estate	24 000	50,00	96,13	96,13	23 071
Obrigações de caixa subordinadas CPP Eurostoxx 50	21 650	50,00	90,06	90,06	19 773
Obrigações de caixa Crédito Predial Crescente	14 000	50,00	99,75	99,75	14 284
BTA Obrigações de caixa subordinadas Totta — 2001-200	13 500	50,00	83,95	83,95	11 830
CPP — Crédito Predial Euro Preço	11 000	50,00	97,54	97,54	10 729
Totta — Real Estate	5 000	50,00	95,92	95,92	4 796
					<u>25 915 291</u>

Valores de rendimento variável:

Emitidos por residentes:

Acções:

Telecom — nominativas	1 758 730	1,00	6,76	6,55	11 519 682
EDP	3 499 025	1,00	1,83	1,59	5 563 450
BRISA — nominativas (priv.)	476 822	1,00	5,27	5,28	2 517 620
Vodafone Telecel — Comunic. Pes.	190 895	1,00	7,60	7,40	1 412 623
Banco Espírito Santo, S. A.	106 960	1,00	10,55	12,50	1 337 000
ADR — Portugal Telecom	133 700	1,00	6,66	6,83	870 765
Banco BPI, S. A.	343 022	1,00	2,29	2,18	747 788
Sonae.Com — SGPS, S. A. (P. geral)	435 643	1,00	2,04	1,57	683 960
Sonae — SGPS	1 650 335	1,00	0,58	0,40	660 134
Cimpor — nominativas	21 857	1,00	18,57	16,00	349 712

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
PT Multimédia — SGPS, S. A.	26 851	1,00	7,92	10,02	269 047
Jerónimo Martins — SGPS	24 017	1,00	6,73	6,95	166 918
Portucel Industrial	92 354	1,00	1,27	1,16	107 131
Semapa	26 575	1,00	4,00	3,30	87 698
Novabase — SGPS	10 151	1,00	5,98	5,80	58 876
Cofina	22 179	1,00	2,21	2,33	51 677
Impresa — SGPS, S. A.	20 067	1,00	2,14	1,90	38 127
SAG Gest — Soluções Aut. Globais SG	16 997	1,00	1,71	1,48	25 156
Ibersol	3 729	1,00	3,54	3,50	13 052
					<u>26 480 413</u>
Valores rendimento variável:					
Emitidos por não residentes:					
Acções:					
Acesa Infra-Estruturas, S. A. — Old AC	44 450	1,00	10,96	10,8	480 060
Telefónica de España	12 850	1,00	9,75	8,53	109 611
					<u>589 671</u>
Valores rendimento variável:					
Emitidos por não residentes:					
Direitos de subscrições de acções:					
Acesa Infra-Estruturas, S. A. — <i>rights</i>	2 000	—	—	0,55	<u>1 100</u>
B) Títulos — investimento:					
Valores de rendimento fixo — emitidos para residentes:					
De dívida pública portuguesa:					
A médio e a longo prazos:					
OTRV — 1996-2003	650 000	0,01	99,98	100,00	649 965
Obrigações do Tesouro 6,625% — Fevereiro de 2007	548 678	0,01	109,55	112,00	598 253
Obrigações do Tesouro 5,25% — Outubro de 2005	26 000	0,01	100,00	105,89	273 650
Obrigações do Tesouro 3,625% — Agosto de 2004	170 000	0,01	98,64	98,64	167 696
Obrigações do Tesouro 10,625% — Junho de 2003	90 000	0,01	106,32	103,60	90 431
Obrigações do Tesouro 4,8125% — Abril de 2003	7 500	0,01	100,00	100,52	75 427
					<u>1 855 422</u>
De rendimento fixo — de outros residentes:					
A médio e a longo prazos:					
Obrigações de caixa CPP — Taxa fixa — 2002	37 500 000	50,00	100,00	100,00	37 500 000
Obrigações de caixa BSP — Taxa fixa — 2002	37 500 000	50,00	100,00	100,00	37 500 000
BSP — Obrigações de caixa Euro Equilíbrio	7 049 000	500,00	100,00	100,40	7 049 000
Banco Santander — 9-7-2008	5 244 782	0,01	99,67	98,55	5 244 782
Chemical PSI 20 Rendimento Mínimo 1.ª emissão — Março de 2000	1 250 485	0,01	98,17	100,62	1 236 997
Chemical PSI 20 Cap. Gar. 1.ª emissão — Março	1 134 765	0,01	103,80	103,80	1 160 181
ENGIL — Obrigações com <i>warrants</i> — 1998	1 172 893	0,01	93,45	93,50	1 100 318
BSP — Obrigações de caixa Euro Futuro	676 000	500,00	100,00	77,10	676 000
Chemical PSI 20 Cap. Gar. 2.ª emissão — 2003	246 905	0,01	101,25	101,25	249 101
BTA — Rendimento Garantido	24 950	50,00	99,99	100,01	24 952
Modelo Continente — 1999-2004	200	5,00	98,49	98,95	197
Jerónimo Martins (<i>warrants</i> sem obrigações)	24 541	5,00	96,81	96,50	238
Sonae Indústria — 2003	2 993	5,00	86,30	99,00	26
					<u>91 741 792</u>
Títulos subordinados:					
BNC — 1997-2007	997 596	0,01	99,37	97,00	<u>992 890</u>
Títulos próprios:					
BSNP — 1996 — Obrigações de caixa <i>inflation linked</i>	743 209	0,01	102,99	102,37	<u>751 790</u>
Valores de rendimento fixo — emitidos para não residentes:					
Obrigações:					
De emissores públicos:					
I. B. R. D. — 1998-2013	149 639	498,80	98,26	101,04	<u>147 250</u>

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Valores de rendimento fixo — emitidos para não residentes:					
Obrigações:					
Bear Stearns — 1998-2003	3 344 440	498,80	99,96	99,62	3 344 419
Goldman SACHS — 2003	1 197 115	4,99	99,98	99,05	1 197 160
KFW International Finance — 2007	498 798	4,99	100,00	99,80	498 805
SNS Bank (Neth) 3Y Ac. Note — Fevereiro de 2003	320 000	5 000,00	102,42	101,09	323 495
Lehman — 2003	249 399	498,80	100,00	100,00	249 402
Merrill Lynch — 1998-2003	249 399	4,99	99,90	100,00	249 392
					<u>5 862 673</u>
Valores rendimento variável:					
Emitidos por residentes:					
Acções:					
Pararede	40 000 000	0,40	1,04	0,21	41 719 261
Banco BPI, S. A.	390 558	1,00	2,06	2,18	805 347
Amadeu Gaudêncio	12	4,99	0,50	0,50	6
Cobre	5	4,99	0,53	0,40	3
Fiação Algodões Coimbra	20	5,00	0,50	0,50	10
					<u>42 524 626</u>
Valores rendimento variável:					
Emitidos por residentes:					
Unidades de participação:					
Lusimovest — Fundo de Investimento Imobiliário	173 311	50,00	54,11	54,11	9 377 165
F. F. Euro Capital — 2004	72 355	50,00	49,00	49,35	3 545 498
F. F. Eurosul	152 406	25,00	18,91	16,20	2 882 576
F. F. Totta Capital Europa	21 853	50,00	50,00	48,94	1 069 923
F. F. Euro Capital — 2003	3 133	50,00	48,21	49,92	151 049
					<u>17 026 211</u>
Valores rendimento variável:					
Emitidos por não residentes:					
Unidades de participação:					
Invesco Gt Pan European «A»	390	1,00	12,92	6,64	5 039

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001 e 2002

Nota introdutória:

O BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (BSNP ou Banco), constituiu-se em 1 de Setembro de 1993, por alteração da denominação e actividade da sociedade BCI Investimentos — SGPS, S. A. Está autorizado pelo Ministério das Finanças a operar de acordo com as directrizes estabelecidas por este Ministério, segundo as normas legais reguladoras da actividade bancária vigentes em Portugal.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos ou em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado, prestando ainda outros serviços bancários, através das seguintes áreas de negócio: mercado de capitais (rendimento fixo, acções), tesouraria, *corporate finance* e gestão de patrimónios. Adicionalmente, participa no capital de um conjunto de empresas subsidiárias.

Conforme indicado na nota n.º 29, o Banco é integralmente detido pela Foggia — SGPS, S. A. (Grupo Santander Central Hispano), pelo que as suas transacções são influenciadas pelo Grupo em que se insere.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e resumo das principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco e suas subsidiárias, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar para o sector bancário estabelecida pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras do Banco e das empresas subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2002, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

A consolidação das empresas subsidiárias foi efectuada pelo método de integração global, excepto conforme referido no parágrafo seguinte. Os saldos significativos (e os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados no processo de consolidação. Adicionalmente, foram efectuados alguns ajustamentos de consolidação por forma a ajustar os princípios contabilísticos das empresas a consolidar com os do Banco.

A consolidação das contas das empresas associadas e das subsidiárias cuja actividade não se enquadra no âmbito do sector financeiro foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial. A participação financeira detida na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP), apesar de inferior a 20% foi também consolidada pelo método da equivalência patrimonial dado ser uma participação estável do Grupo SCH. De acordo com este método, o valor das participações é ajustado com base na percentagem da situação líquida, correspondente à participação efectiva do Banco nessas empresas.

Excepto conforme indicado no parágrafo seguinte, os valores decorrentes das diferenças (positivas ou negativas) entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas à data da primeira consolidação (31 de Dezembro de 1993), são apresentadas na rubrica de diferenças de consolidação do activo ou do passivo, respectivamente. As diferenças positivas, registadas no activo, foram amortizadas num período de cinco anos. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 encontravam-se totalmente amortizadas. As diferenças negativas encontram-se registadas no passivo, não sendo amortizadas.

No exercício de 2002, a diferença de consolidação positiva apurada na aquisição da participação financeira no CPP foi amortizada por contrapartida de reservas (nota n.º 52).

A diferença de consolidação negativa apurada no 2.º semestre de 2000 na aquisição pelo Banco da MC — Gestão de Activos, no montante de 503 milhares de euros, foi registada directamente na rubrica de outras reservas das demonstrações financeiras consolidadas pelo facto de não serem esperadas perdas futuras nesta participação à data da compra.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas subsidiárias, na proporção da respectiva participação e após os ajustamentos de consolidação.

3.3 — Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios:

i) Registo de juros — os juros das operações activas e passivas reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos;

ii) Comissões e outros proveitos e custos — o Banco e as suas subsidiárias reconhecem, em geral, estes proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

b) Transacções em moeda estrangeira e produtos derivados. — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço, excepto no que diz respeito aos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, que estão convertidos em euros ao câmbio médio do mês, indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

i) Posição à vista — a posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido de activos e passivos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de *fixing* do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos.

ii) Posição a prazo — a posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do

mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas é registada como custo ou proveito.

Operações de permuta de divisas e taxa de juro *swaps*:

Contratos *swap* de divisas:

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo proveito ou custo por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Contratos *swap* de taxa de juro, de cobertura:

Os contratos *swap* de taxa de juro, de cobertura, são registados pelo valor teórico da operação em rubricas extrapatrimoniais. Os juros a receber e a pagar são relevados como proveitos ou custos, por contrapartida de contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

Contratos *swap* de taxa de juro, de negociação:

Os contratos *swap* de taxa de juro, de negociação, são registados pelo valor teórico da operação em rubricas extrapatrimoniais. Estes contratos são reavaliados diariamente com base no valor dos fluxos futuros de juros, actualizados a taxas de juro de mercado. As diferenças, positivas ou negativas, decorrentes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Estruturas de *equity swap*:

São operações nas quais o Banco paga/recebe a uma contraparte uma determinada remuneração, a qual se encontra associada ao comportamento de uma ou mais variáveis do mercado accionista (índices, cotações ou outras), em troca do recebimento/pagamento de uma taxa de juro normalmente variável, e envolvendo o recebimento/pagamento de valores antecipados (*up front*).

A estrutura em todas as suas componentes, é reavaliada diariamente, com base nas cotações de mercado e na volatilidade dos subjacentes. Nos casos em que não existe uma cobertura simétrica, os ganhos e perdas apurados são registados mensalmente em resultados por contrapartida de contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente. Nos casos em que existe uma cobertura simétrica, os valores recebidos antecipadamente são registados em resultados no momento do seu recebimento.

Forward rate agreements (FRA):

Os contratos a prazo de taxas de juro (FRAs) são registados em contas extrapatrimoniais de acordo com o montante teórico dos mesmos.

Nos contratos FRAs de cobertura, as importâncias relativas a diferenciais de juros recebidos ou pagos na data da liquidação são inicialmente registadas em contas de regularização, sendo de seguida periodicamente durante o prazo da operação, e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou activo que foram objecto de cobertura.

Os contratos FRAs de negociação são reavaliados diariamente. De acordo com a instrução n.º 121/96, de 16 de Setembro, do Banco de Portugal, as diferenças resultantes da reavaliação mensal são relevadas na demonstração de resultados.

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):

As posições próprias em contratos de futuros são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras. Os activos dados em penhor à Bolsa de Derivados do Porto, como garantia de cumprimento dos contratos, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal.

Contratos de opções/*warrants*:

As opções são registadas em contas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor contratado. Os prémios pagos ou recebi-

dos são registados em contas de regularização, sendo reavaliados diariamente com base na cotação e volatilidade dos activos subjacentes.

O resultado dessa reavaliação é registado numa conta de regularização, por contrapartida de custos ou proveitos.

c) Aplicações em títulos:

i) Títulos de negociação — são considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder os seis meses. Estes títulos encontram-se valorizados da seguinte forma:

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são valorizados com base na cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. A diferença que resulta entre a aplicação deste critério e o custo de aquisição é registada como custo ou proveito.

As obrigações não cotadas encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição e reavaliados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As mais e menos-valias potenciais associadas a acções que integram a composição dos índices BVL 30 e PSI 20 são registadas como proveitos ou custos. As restantes mais-valias potenciais em acções são diferidas e as menos-valias potenciais são integralmente provisionadas.

ii) Títulos de investimento — são considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco. Os títulos de investimento encontram-se valorizados da seguinte forma:

Os títulos da dívida pública e os restantes títulos de rendimento fixo são registados ao custo de aquisição, sendo os juros decorridos contabilizados como proveitos a receber. A diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal, é amortizada durante o período compreendido entre a data de aquisição e a data de vencimento, por contrapartida da respectiva rubrica de custos ou proveitos.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição ou ao valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso de títulos não cotados), dos dois o menor.

As menos-valias apuradas na valorização da carteira de investimento são integralmente provisionadas.

iii) Partes de capital em empresas associadas e partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação — estas rubricas registam as participações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial (*equity method*), correspondendo o seu valor à participação efectiva do Banco no capital próprio dessas sociedades. As participações nas quais os direitos de voto variam entre 20% e 50% são registadas na rubrica partes de capital em empresas associadas. As participações nas quais os direitos de voto são superiores a 50% são registadas na rubrica partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação.

d) Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

i) Imobilizações corpóreas — estas imobilizações encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com taxas fiscalmente aceites, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimados:

	Anos
Imóveis	50
Equipamento informático	3 e 4
Mobiliário e material	8
Material de transporte	4
Outras	5 a 10

Para os bens adquiridos em estado de uso, o Banco calcula a sua amortização com base na vida útil remanescente.

ii) Imobilizações incorpóreas — as imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes, num período de três anos.

e) Contas de regularização. — As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros e para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis, são

registadas na rubrica de contas de regularização do activo ou passivo como operações a regularizar (nota n.º 27).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito do «mercado contínuo», isto é, relativamente aos valores negociados em âmbito nacional com instituições financeiras filiadas na Central de Valores Mobiliários, que mantêm contas de depósitos à ordem no Banco de Portugal (nomeadamente, bancos e corretores), as respectivas liquidações financeiras são efectuadas através daquela instituição, excepto no que diz respeito às taxas de corretagem, que são cobradas directamente à instituição com a qual se realizou a transacção.

f) Provisão para férias e subsídio de férias e prémios a pagar ao pessoal. — Considerando que o montante de férias e subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício são um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior, o Banco e as suas subsidiárias financeiras são efectuadas através daquela instituição, excepto no que diz respeito às taxas de corretagem, que são cobradas directamente à instituição com a qual se realizou a transacção.

Os prémios a pagar ao pessoal são registados como custo do exercício a que se referem, embora sejam pagos apenas no exercício seguinte. Os prémios a pagar ao conselho de administração não são registados como custo do exercício, sendo pagos pela distribuição de resultados do exercício.

g) Pensões. — Conforme indicado na nota introdutória, o Banco assumia anteriormente a designação de BCI Investimentos — SGPS, S. A., a qual se encontrava abrangida pelo regime geral da segurança social. Consequentemente, dado que nem o Banco nem nenhuma das suas participadas subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, continua a ser abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou com complementos de reforma para com os seus empregados.

h) Impostos. — Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama.

O Banco não regista impostos diferidos activos, nomeadamente os resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Os impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais encontram-se provisionados no âmbito do Fundo para riscos bancários gerais.

i) Rubricas extrapatrimoniais. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia encontram-se registados ao valor nominal.

j) Provisões para crédito e juros vencidos, risco país e riscos gerais de crédito:

De acordo com a legislação em vigor, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias. A determinação destas provisões cumpre o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal.

ii) Provisões para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

Esta provisão é determinada por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, que classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, esta provisão encontra-se classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco-país.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco e das empresas subsidiárias e associadas. Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales prestados.

k) *Provisão para outros riscos e encargos.* — Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui 18 001 milhares de euros para fazer face aos riscos inerentes à participação na Pararede — SGPS, S. A., 2313 milhares de euros que se destinam a fazer face aos impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais, 2894 milhares de euros que se destinam à desvalorização de participações financeiras em Agrupamentos Complementares de Empresas, 1592 milhares de euros para fazer face a liquidações adicionais de impostos e 1281 milhares de euros para fazer face ao eventual pagamento de incentivos a longo prazo a altos quadros do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica inclui 18 001 milhares de euros para fazer face aos riscos inerentes à participação na Pararede — SGPS, S. A., e 609 milhares de euros para fazer face ao eventual pagamento de incentivos a longo prazo a altos quadros do Banco. O remanescente destina-se a fazer face a riscos diversos decorrentes da actividade do Banco.

Estas provisões não são aceites fiscalmente como custo.

l) *Fundo para riscos bancários gerais.* — Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica inclui 868 milhares de euros e 1115 milhares de euros, respectivamente, destinados a fazer face aos riscos de crédito e operacionais na actividade de derivados do Banco. O remanescente destina-se a fazer face a riscos genéricos decorrentes da actividade do Banco. As dotações para este Fundo não são fiscalmente aceites como custo.

m) *Vendas de títulos a descoberto.* — Os títulos vendidos a descoberto são registados na rubrica de débitos para com clientes — outros

recursos, do passivo, e reavaliados diariamente com base no respectivo valor de mercado. As diferenças de reavaliação são relevadas, em resultados nas rubricas de lucros em operações financeiras ou de prejuízos em operações financeiras. Tratando-se de títulos de rendimento fixo, os respectivos juros corridos são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

n) *Fundo de Garantia de Depósitos.* — Em Novembro de 1994 foi criado o mencionado Fundo, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido totalmente amortizada num período de 60 meses iniciado a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2002 e 2001, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de apenas 25% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos. Os 75% remanescentes, no montante de 26 milhares de euros e 15 milhares de euros, respectivamente, nos exercícios de 2002 e 2001, foram reflectidos em rubricas extrapatrimoniais como um compromisso irrevogável, de desembolso obrigatório em qualquer momento que o Fundo o solicite.

o) *Sistema de indemnização aos investidores.* — As responsabilidades para com o sistema de indemnização aos investidores não são registadas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte do mesmo (50%) garantido por penhor de títulos do Tesouro português.

6 — Empresas subsidiárias e associadas:

O Banco detém um conjunto de participações em empresas subsidiárias e associadas. São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro cuja percentagem de participação do Banco se situa entre 20% e 50% do seu capital e em relação às quais não existe uma relação de domínio mas apenas de complementaridade com as actividades do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais dados das empresas subsidiárias do Banco, retirados das suas contas individuais, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

Nome e actividade	2002					
	Percentagem de participação		Total do activo	Total da situação líquida	Resultado líquido	Método de consolidação
	Directa	Efectiva				
BSNP	n. a.	n. a.	1 424 568	116 371	23 685	Integral
BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (BSN Dealer):						
Corretagem	100,00	100,00	15 722	13 050	3 888	Integral
Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A.:						
Gestão de participações sociais	99,23	100,00	23 518	21 349	3 525	Integral
Taxagest — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (Taxagest):						
Gestão de participações sociais	99,00	99,00	86 232	65 376	927	Integral
Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (Santander — SGFIM):						
Gestão de fundos de investimento mobiliário	—	100,00	17 900	10 687	3 942	Integral
Santander Imovest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A. (Santander Imovest):						
Gestão de fundos de investimento imobiliário	—	100,00	4 323	3 395	1 817	Integral

Nome e actividade	2002					
	Percentagem de participação		Total do activo	Total da situação líquida	Resultado líquido	Método de consolidação
	Directa	Efectiva				
Santander Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A. (Santander Gest):						
Gestão de patrimónios	—	100,00	1 239	745	139	Integral
Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (Santander Pensões):						
Gestão de fundos de pensões	—	100,00	2 148	1 896	565	Equivalência patrimonial
SCH — Rent, Aluguer de Longa Duração, S. A. (SCH — Rent):						
Aluguer de longa duração	—	11,81	86 399	4 157	767	Equivalência patrimonial
Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP):						
Actividade bancária	—	5,16	10 797 073	601 855	75 247	Equivalência patrimonial
Nome e actividade	2001					
	Percentagem de participação		Total do activo	Total da situação líquida	Resultado líquido	Método de consolidação
	Directa	Efectiva				
BSNP	n. a.	n. a.	1 477 643	92 687	17 592	Integral
BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (BSNDealer):						
Corretagem	100,00	100,00	195 826	9 955	4 227	Integral
BSN — Assessoria Financeira, L.ª (BSN — Assessoria Financeira):						
Consultoria	100,00	100,00	649	621	10	Integral
Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A.:						
Gestão de participações sociais	99,23	100,00	32 737	9 841	4 854	Integral
Taxagest — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (Taxagest):						
Gestão de participações sociais	100,00	100,00	42 387	22 449	22 137	Integral
Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (Santander — SGFIM):						
Gestão de fundos de investimento mobiliário	—	100,00	13 113	9 391	2 939	Integral
Santander Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A. (Santander Imovest):						
Gestão de fundos de investimento imobiliário	—	100,00	2 986	2 524	984	Integral
Santander Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A. (Santander Gest):						
Gestão de patrimónios	—	100,00	877	605	(60)	Integral
Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (Santander Pensões):						
Gestão de fundos de pensões	—	100,00	1 406	1 330	298	Equivalência patrimonial
SCH — Rent, Aluguer de Longa Duração, S. A. (SCH — Rent):						
Aluguer de longa duração	—	21,72	24 084	1 843	181	Equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de partes de capital em empresas associadas inclui 31 962 milhares de euros relativos à participação financeira no CPP e 491 milhares de euros refere-se à participação na SCH — Rent. Nesta data a rubrica de partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação no montante de 1896 milhares de euros refere-se à participação na Santander Pensões.

Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de partes de capital em empresas associadas no montante de 400 milhares de euros refere-se à participação na SCH — Rent. Nesta data a rubrica de partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação no montante de 1330 milhares de euros refere-se à participação na Santander Pensões.

No exercício de 2002, as principais alterações ao nível das participações detidas pelo Banco foram:

Liquidação em Dezembro de 2002 da BSN — Assessoria Financeira, L.ª;

Alienação de três acções detidas da Taxagest — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., pelo montante 500 milhares de euros. A alienação desta participação gerou uma mais-valia de 180 milhares de euros (nota n.º 39);

Aquisição em Fevereiro de 2002 de uma participação financeira correspondente a 5,16% do CPP pelo montante de 41 883 milhares de euros.

No exercício de 2001, as principais alterações ao nível das participações detidas pelo Banco foram:

Aquisição da totalidade do capital social da Santander Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A.;

Aquisição da totalidade do capital social da Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.;

Liquidação em Dezembro de 2001 da BSN — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.;

Liquidação em Dezembro de 2001 da Plurifundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.;

Liquidação em Dezembro de 2001 da Sifta — Sociedade de Gestão do Fundo de Tesouraria Atlântica, S. A.;

Liquidação em Dezembro de 2001 da Tottagest — Sociedade de Gestão de Patrimónios, S. A.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes das obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano que se segue à data de encerramento do balanço são os seguintes:

	2002	2001
Títulos da dívida pública	919	19
Obrigações de outros emissores nacionais	23 340	72 226
	24 259	72 245

8 — Créditos sobre empresas do grupo:

Os principais créditos mantidos com empresas do Grupo SCH em Portugal eram os seguintes:

	2002	2001
Disponibilidades a vista sobre instituições de crédito:		
Depósitos à ordem:		
Banco Totta & Açores, S. A.	151	104
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	89	75
Banco Santander Portugal, S. A.	228	227
Outros créditos sobre instituições de crédito e sociedades financeiras:		
Mercado monetário interbancário:		
Banco Totta & Açores, S. A.	49 000	85 000
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	16 900
Banco Santander Portugal, S. A.	20 000	67 000
Depósitos e aplicações a curto prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	23 807	—
Banco Santander Portugal, S. A.	115 562	—
Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A.	51 075	—
Aplicações a médio e a longo prazos:		
Banco Santander Portugal, S. A.	—	21
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	94 840
Operações de compra com acordo de revenda:		
Banco Totta & Açores, S. A.	12 872	—
Outras aplicações:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	13 431
Banco Santander Central Hispano	3 412	18
Contas de regularização:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	93
Banco Santander Portugal, S. A.	—	1 202

Outros créditos sobre empresas do Grupo SCH no estrangeiro encontram-se identificados na nota n.º 14.

10 — Carteira de títulos:

A carteira de títulos tem a seguinte composição:

	2002			2001		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total

Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

De emissores públicos:

Títulos da dívida pública	55 110	1 855	56 965	22 944	2 618	25 562
---------------------------------	--------	-------	--------	--------	-------	--------

	2002			2001		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
De outros emissores públicos:						
Estrangeiros	149 822	147	149 969	214 000	—	214 000
	204 932	2 002	206 934	236 944	2 618	239 562
Provisões acumuladas	—	—	—	—	(1)	(1)
	204 932	2 002	206 934	236 944	2 617	239 561
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos:						
Emitidos por residentes	25 915	91 742	117 657	15 183	14 938	30 121
Emitidos por não residentes	—	5 863	5 863	5 374	249	5 623
Títulos subordinados	—	993	993	—	—	—
	25 915	98 598	124 513	20 557	15 187	35 744
Provisões acumuladas	—	—	(268)	—	(616)	(616)
	25 915	98 598	124 245	20 557	14 571	35 128
De outros emissores:						
Títulos próprios	—	752	752	—	—	—
Provisões acumuladas	—	—	—	—	—	—
	—	752	752	—	—	—
Ações e outros títulos de rendimento variável:						
Ações	27 071	42 525	69 596	14 366	41 719	56 085
Unidades de participação	—	17 031	17 031	—	33 157	33 157
Warrants	—	—	—	—	—	83 620
	27 071	59 556	86 627	97 986	—	172 862
Provisões acumuladas	—	(455)	(455)	—	—	(781)
	—	59 101	86 172	—	74 095	172 081

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica ações da carteira de investimento inclui 41 719 milhares de euros relativos a 40 000 000 ações da Pararede, SGPS, S. A., resultantes do acordo de venda da Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., o que corresponde a uma percentagem de participação de 32,9%. O Banco assumiu o compromisso de manter esta participação por um determinado período de tempo. No entanto, é sua intenção alienar esta participação após esse período, motivo pelo qual esta participação não foi consolidada pelo método da equivalência patrimonial. Adicionalmente, o Banco dispõe de mecanismos que lhe garantem a realização do montante investido acrescido de juros a taxas de mercado. Não obstante, dispõe de uma provisão para parte do investimento registada no âmbito da provisão para outros riscos e encargos.

O movimento de provisões para títulos encontra-se detalhado na nota n.º 25.

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 os movimentos no imobilizado e amortizações acumuladas foram os seguintes:

	Saldo em 2001		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alterações no perímetro de consolidação	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
Imobilizações incorpóreas:								
Trespases	285	(285)	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	617	(591)	—	—	(6)	—	—	20
Custos plurianuais	633	(633)	—	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	477	(35)	493	—	(264)	—	—	671
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	634	(573)	32	—	(54)	—	—	39
Outras	110	(110)	—	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	18	—	—	—	—	—	—	18
	2 774	(2 227)	525	—	(324)	—	—	748
Imobilizações corpóreas:								
Imóveis em serviço próprio	43	(28)	—	(15)	—	—	—	—
Obras em edifícios arrendados	2 660	(1 523)	96	15	(293)	—	(67)	888
Mobiliário e material	1 117	(948)	46	—	(58)	—	(1)	156
Maquinaria e ferramentas	793	(654)	8	23	(56)	—	—	114
Instalações interiores	364	(244)	34	—	(31)	—	—	123
Material de transporte	1 660	(806)	230	—	(352)	—	(72)	660
Equipamento informático	2 540	(2 065)	328	—	(242)	—	—	561

	Saldo em 2001		Aqui- sições	Transfe- rências	Amor- tizações do exer- cício	Alter- ações no perímetro de conso- lidação	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amorti- zações acumu- ladas						
Equipamento de segurança	29	(25)	30	—	(6)	—	—	28
Património artístico	4	—	—	—	—	—	—	4
Imobilizado em curso:								
Imóveis	161	—	64	—	—	—	—	225
Equipamento	36	—	23	(23)	—	—	—	36
	<u>9 407</u>	<u>(6 293)</u>	<u>859</u>	<u>—</u>	<u>(1 038)</u>	<u>—</u>	<u>(140)</u>	<u>2 795</u>
	<u>12 181</u>	<u>(8 520)</u>	<u>1 384</u>	<u>—</u>	<u>(1 362)</u>	<u>—</u>	<u>(140)</u>	<u>3 543</u>

	Saldo em 2000		Aqui- sições	Transfe- rências	Amor- tizações do exer- cício	Alter- ações no perímetro de conso- lidação	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2001
	Valor bruto	Amorti- zações acumu- ladas						

Imobilizações incorpóreas:

Trespases	285	(285)	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	915	(551)	31	(329)	(40)	1	(1)	26
Custos plurianuais	271	(633)	—	362	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	282	195	(35)	—	—	442
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	639	(468)	224	(229)	(105)	—	—	61
Outras	110	(110)	—	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	8	—	10	—	—	—	—	18
	<u>2 228</u>	<u>(2 047)</u>	<u>547</u>	<u>(1)</u>	<u>(180)</u>	<u>1</u>	<u>(1)</u>	<u>547</u>

Imobilizações corpóreas:

Imóveis em serviço próprio	43	(27)	—	—	(1)	—	—	15
Obras em edifícios arrendados	2 548	(1 236)	96	—	(287)	16	—	1 137
Mobiliário e material	1 064	(883)	24	1	(65)	28	—	169
Maquinas e ferramentas	752	(585)	13	23	(69)	5	—	139
Instalações interiores	340	(210)	18	2	(34)	4	—	120
Material de transporte	1 409	(452)	425	(19)	(354)	26	(181)	854
Equipamento informático	2 288	(1 831)	236	(5)	(234)	21	—	475
Equipamento de segurança	29	(18)	—	—	(7)	—	—	4
Património artístico	4	—	—	—	—	—	—	4
Imobilizado em curso:								
Imóveis	—	—	161	—	—	—	—	161
Equipamento	—	—	36	—	—	—	—	36
	<u>8 477</u>	<u>(5 242)</u>	<u>1 009</u>	<u>2</u>	<u>(1 051)</u>	<u>100</u>	<u>(181)</u>	<u>3 114</u>
	<u>10 705</u>	<u>(7 289)</u>	<u>1 556</u>	<u>1</u>	<u>(1 231)</u>	<u>101</u>	<u>(182)</u>	<u>3 661</u>

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 2001, os activos cedidos com acordo de recompra firme no montante de 350 milhares de euros referem-se a títulos de rendimento fixo, tendo sido reflectidos na rubrica de débitos para com instituições de crédito do passivo (nota n.º 18).

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros créditos sobre instituições de crédito

	2002	2001
No País:		
Mercado monetário interbancário	69 000	168 900
Títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal	2 545	3 712
Depósitos a prazo	167 904	94 861
Operações de compra com acordo de revenda	31 051	13 431
Aplicações a muito curto prazo	22 540	—
Outras aplicações	14	1 701
No estrangeiro:		
Empréstimos	190	2 833
Operações de compra com acordo de revenda	202 604	292 220
Depósitos a prazo	3 412	18

	2002	2001
Outras aplicações:		
Intercâmbio de fluxos de negócio	16 211	8 189
Aplicações cupão zero	7 247	16 211
Cross Currency swaps	2 328	6 758
	525 046	608 834

A rubrica de empréstimos regista os saldos devedores das contas mantidas por diversas instituições financeiras internacionais junto do Banco. O montante de 7247 milhares de euros refere-se a uma aplicação efectuada junto do Banco Santander Central Hispano — Madrid, com vencimento em 30 de Maio de 2003 e pagamento integral de juros nessa data. Os juros corridos são registados como proveitos a receber em contas de regularização do activo.

A rubrica de intercâmbio de fluxos de negócio corresponde a uma aplicação efectuada junto do Banco Santander Central Hispano — Madrid, com vencimento em 20 de Março de 2020 e um plano de desmobilização previamente acordado.

A rubrica de operações de compra com acordo de revenda — no estrangeiro inclui 40 716 milhares de euros relativos a uma operação efectuada com o Banco Santander Central Hispano — Madrid, com vencimento em Janeiro de 2003.

Esta rubrica apresenta a seguinte estrutura em termos dos prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até três meses	395 066	537 699
De três meses a um ano	115 700	58 700
De um a cinco anos	1 293	4 246
Mais de cinco anos	12 987	8 189
	525 046	608 834

As taxas de juro médias em vigor em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, distribuem-se da seguinte forma:

	(Em percentagem)	
	2002	2001
Operações de compra com acordo de revenda (no país)	2,03	3,09
Operações de compra com acordo de revenda (no estrangeiro)	2,66	3,14
Mercado monetário interbancário	3,14	4,22
Outras aplicações em instituições de crédito no país	3,14	3,46
Depósitos a prazo	3,14	4,06
Aplicações cupão zero	5,35	5,35
Intercâmbio de fluxos de negócio	10,00	10,00

Créditos sobre clientes

	2002	2001
Crédito interno:		
Descobertos em depósitos à ordem	14 779	4 830
Empréstimos	78 237	30 627
Operações de compra com acordo de revenda	—	10 568
	93 016	46 025
Crédito externo	361	—
Crédito e juros vencidos	—	241
	93 377	46 266
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 25)	—	(241)
	93 377	46 025

Os prazos residuais dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2002	2001
Até três meses	15 140	15 398
Mais de cinco anos	78 237	30 627
	93 377	46 025

O movimento ocorrido nas provisões para crédito e juros vencidos durante o exercício de 2001 é apresentado na nota n.º 25.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, o Banco e as suas subsidiárias dispõem de provisões genéricas para riscos gerais de crédito que, em 31 de Dezembro de 2001, ascendiam a 57 milhares de euros (nota n.º 25).

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes estas rubricas têm a seguinte composição:

Débitos para com instituições de crédito

	2002	2001
À vista:		
Depósitos à ordem:		
Em instituições no País	777	39
Em instituições no estrangeiro	6 603	9 588
	<u>7 380</u>	<u>9 627</u>
A prazo ou com pré-aviso:		
Depósitos a prazo — de instituições no País	97 257	14 835
Outros recursos	28 245	25 969
Empréstimos	—	6 965
Depósitos a prazo — de instituições no estrangeiro	1 543	—
Mercado monetário interbancário	2 211	137 300
Recursos a muito curto prazo	—	34 448
Operações de venda com acordo de recompra (nota n.º 13)	—	350
	<u>129 256</u>	<u>219 867</u>
	<u>136 636</u>	<u>229 494</u>

A rubrica de débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até três meses (inclui pré-aviso)	127 364	158 065
De três meses a um ano	1 892	17 684
De um a cinco anos	—	44 118
	<u>129 256</u>	<u>219 867</u>

As taxas de juro médias em vigor em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, distribuem-se da seguinte forma:

	(Em percentagem)	
	2002	2001
Mercado monetário interbancário	2,39	3,77
Outros recursos	2,48	3,28
Recursos a muito curto prazo	2,13	3,03
Depósitos a prazo	2,39	n. a.

Os débitos para com outras entidades do Grupo SCH no estrangeiro encontram-se identificados na nota n.º 20.

Débitos para com clientes

	2002	2001
Outros débitos:		
À vista	<u>300 437</u>	<u>191 239</u>
A prazo:		
Depósitos a prazo	125 174	101 629
Contas caucionadas	—	251
Margem garantia — futuros	6 684	1 954
Outros:		
Depósitos cupão zero	29 825	29 825
Intercâmbio de fluxos de negócio	8 013	8 954
Swaps de moeda	2 328	5 114
Outros recursos:		
Vendas de títulos a descoberto	233 637	262 397
Empréstimos de títulos	—	125
	<u>405 661</u>	<u>410 249</u>
	<u>706 098</u>	<u>601 488</u>

A rubrica de margem garantia — futuros refere-se às contas correntes mantidas por clientes junto do Banco, relativas à actividade de *trading* de futuros.

O montante de 29 825 milhares de euros refere-se a depósitos de fundos de investimento mobiliário geridos pela Santander — SGFIM, com vencimento em 2003 e 2004 e pagamento integral de juros nessas datas.

A rubrica de intercâmbio de fluxos de negócio corresponde a um depósito efectuado por um cliente do Banco, com vencimento em 20 de Março de 2020 e um plano de desmobilização previamente acordado (nota n.º 14).

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de vendas de títulos a descoberto refere-se a obrigações emitidas por emissores públicos nacionais e estrangeiros e acções emitidas por residentes. Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de vendas de títulos a descoberto refere-se integralmente a obrigações emitidas por emissores públicos nacionais e estrangeiros.

Os outros débitos para com clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

	2002	2001
Até três meses	662 471	191 239
De três meses a um ano	9 628	39 816
De um a cinco anos	22 616	182 348
Mais de cinco anos	11 383	188 085
	<u>706 098</u>	<u>601 488</u>

20 — Débitos sobre empresas do grupo:

Os principais débitos mantidos com empresas do Grupo SCH em Portugal eram os seguintes:

	2002	2001
Recursos de instituições de crédito:		
Mercado Monetário Interbancário:		
Banco Totta & Açores, S. A.	2 211	57 300
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	25 000
Banco Santander Portugal, S. A.	—	55 000
Recursos de muito curto prazo:		
Banco Santander Portugal, S. A.	—	34 448
Depósitos à ordem:		
Banco Santander Portugal, S. A.	105	430
Santander Pensões	404	405
Banco Totta & Açores, S. A.	20	—
Totta Finance, Serviços Financeiros — SGPS, S. A.	—	1 149
Depósitos a prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	76 334	11 900
Banco Santander Portugal, S. A.	17 989	260
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	2 300
Empréstimos a curto prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	6 965
Outros recursos:		
Banco Santander Portugal, S. A.	11 900	11 900
Banco Totta & Açores, S. A.	11 900	—
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	2 300	—
Fornecedores:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	786
SCH Rent	—	2
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	1 966
Banco Santander Portugal, S. A.	—	10
Contas de regularização:		
Custos a pagar:		
Mercado Monetário Interbancário:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	222
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	13
Banco Santander Portugal, S. A.	—	28
Recursos de muito curto prazo:		
Banco Santander Portugal, S. A.	—	4
Depósitos a prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	396	604
Empréstimos a curto prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	43	25
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	134	42
Banco Santander Portugal, S. A.	22	2

	2002	2001
Outros recursos:		
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	179
Banco Santander Portugal, S. A.	—	604
Outros:		
Banco Totta & Açores, S. A.	1 647	981
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	560	292
Banco Santander Portugal, S. A.	644	537

Outros débitos para com empresas do Grupo SCH no estrangeiro encontram-se identificados na nota n.º 18.

22 — Passivos subordinados:

O saldo desta rubrica refere-se às seguintes emissões de obrigações de caixa subordinadas por parte do BSNP:

	2002	2001
Passivos subordinados:		
BSNP/96 — 1.ª série	5 284	5 284
BSNP/96 — 2.ª série	2 636	2 636
BSNP/96 — 3.ª série	20 029	20 029
BSNP/96 — 4.ª série	1 985	1 985
BSNP/96 — 5.ª série	2 451	2 451
	<u>32 385</u>	<u>32 385</u>
Prestações suplementares:		
Taxagest	42 000	—
	<u>74 385</u>	<u>32 385</u>

As prestações suplementares da Taxagest foram efectuadas a título voluntário pela Foggia — SGPS, S. A., não vencem juros nem têm prazo de reembolso pré-definido.

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo I.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Os compromissos do Banco correspondem essencialmente às garantias prestadas em operações de papel comercial e a facilidades de descobertos bancários, com a seguinte composição:

	2002	2001
Compromissos:		
Opções sobre activos		30 000
Facilidades de descoberto em conta	231 716	34 940
Outros	155 635	219 677
	<u>387 351</u>	<u>284 617</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica de outros inclui 100 000 milhares de euros e 200 599 milhares de euros, respectivamente, referentes ao compromisso de garantia de capital, assumido pelo Banco relativamente aos seguintes fundos de capital garantido geridos pela Santander — SGFIM:

	2002	2001
Luso — Valor	—	62 350
Santander Capital — 2002	—	38 249
Euro Capital — 2003	25 000	25 000
Euro Capital — 2004	75 000	75 000
	<u>100 000</u>	<u>200 599</u>

As outras operações extrapatrimoniais têm o seguinte detalhe:

	2002	2001
Operações cambiais a prazo:		
Compras	290 627	305 177
Vendas	290 661	303 882

	2002	2001
Operações de <i>swap</i> de moeda	232 010	226 993
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro e <i>inverse floaters swaps</i>	16 132 802	11 500 248
Operações de <i>swap</i> de moeda e taxa de juro	8 504	39 980
Operações a prazo de taxa de juro (FRAs)	34 673	50 073
Futuros:		
Sobre taxas de juro	11 603	52 800
Sobre cotações	62 512	151 109
Opções:		
Compras	50 060	74 600
Vendas	51 200	184 429
Forwards sobre cotações	13 080	58 680
Operações de <i>equity swap</i>	2 043 343	1 625 617
Operações de garantia de taxa de juro:		
<i>Caps</i>	1 450 691	32 172
<i>Floors</i>	40 000	—
Depósito e guarda de valores:		
Títulos desmaterializados	29 739 576	22 081 234
Títulos com representação física	63 689	37 472

A responsabilidade do Banco a nível consolidado pela gestão de fundos de investimento mobiliário e de pensões está indicada na nota n.º 32. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a actividade desenvolvida pelo Banco e suas subsidiárias em operações de derivados traduz-se nos seguintes valores:

	2002					
	Valor nocional dos contratos			Justo valor (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras	—	290 627	290 627	—	4 571	4 571
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	—	290 661	290 661	—	(4 739)	(4 739)
<i>Swaps</i> cambiais (<i>Fx swaps</i>)	232 010	—	232 010	—	—	—
	232 010	581 288	813 298	—	(168)	(168)
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
FRA (<i>forward rate agreements</i>)	34 673	—	34 673	100	—	100
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	6 216 771	9 694 089	15 910 860	15 684	(6 665)	9 019
<i>Swaps</i> com opcionalidade (<i>swap option</i>)	221 942	—	221 942	—	—	—
<i>Caps</i>	1 450 691	—	1 450 691	(1 323)	—	(1 323)
<i>Floors</i>	40 000	—	40 000	—	—	—
	7 964 077	9 694 089	17 658 166	14 461	(6 665)	7 796
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	—	11 603	11 603	—	8 380	8 380
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
<i>Cross currency swaps</i> — compras	—	4 252	4 252	—	4 536	4 536
<i>Cross currency swaps</i> — vendas	—	4 252	4 252	—	(4 536)	(4 536)
	—	8 504	8 504	—	—	—
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Forwards sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	13 080	—	13 080	2 049	—	2 049
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	1 816 738	226 605	2 043 343	9	5 483	5 492
Opções compradas	40 221	3 280	43 501	—	—	—
Opções vendidas	40 767	7 153	47 920	2 336	(10 864)	(8 528)
	1 910 806	237 038	2 147 844	4 394	(5 381)	(987)
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	—	20 587	20 587	—	(19 523)	(19 523)
Warrants (carteira própria)	—	9 839	9 839	—	4 193	4 193
	10 106 893	10 562 948	20 669 841	18 855	(19 164)	(309)

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência.

	2001					
	Valor nominal dos contratos			Justo valor (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras	—	305 177	305 177	—	209 332	209 332
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	—	303 882	303 882	—	(208 007)	(208 007)
Swaps cambiais (<i>Fx swaps</i>)	226 993	—	226 993	—	—	—
Opções com pradas	1 615	—	1 615	—	—	—
Opções vendidas	1 615	8 285	9 900	—	(2 874)	(2 874)
	230 223	617 344	847 567	—	(1 549)	(1 549)
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
FRA (<i>forward rate agreements</i>)	50 073	—	50 073	21	—	21
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	8 358 225	2 275 770	10 633 995	34 057	(5 377)	28 680
Swaps com opcionalidade (<i>swap option</i>)	211 573	—	211 573	2	—	2
Caps	64 344	—	64 344	—	—	—
	8 684 215	2 275 770	10 959 985	34 080	(5 377)	28 703
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	—	52 800	52 800	—	55 609	55 609
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
Cross currency swaps — compras	19 990	—	19 990	14 575	—	14 575
Cross currency swaps — vendas	19 990	—	19 990	(14 575)	—	(14 575)
	39 980	—	39 980	—	—	—
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Forwards sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	9 440	49 240	58 680	(564)	(1 865)	(2 429)
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	1 401 548	224 069	1 625 617	73	(1 944)	(1 871)
Opções com pradas	27 141	11 172	38 313	173	1	174
Opções vendidas	30 118	109 739	139 857	(1 730)	(90 499)	(92 229)
	1 468 247	394 220	1 862 467	(2 048)	(94 307)	(96 355)
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	5 090	42 139	47 229	3 985	18 083	22 068
	10 427 755	3 382 273	13 810 028	36 017	(27 541)	8 476

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência.

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor. As perdas nos derivados classificados como de cobertura encontram-se compensadas com ganhos em outras operações de balanço. Adicionalmente, para a determinação dos resultados nas operações de derivados dever-se-á ter em consideração os respectivos prémios recebidos e margens iniciais constituídas.

As maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura são as seguintes:

	2002					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Swaps cambiais (<i>Fx swaps</i>)	—	72 123	—	159 887	—	232 010
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
FRA (<i>forward rate agreements</i>)	—	—	21 900	12 773	—	34 673
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	374 587	197 703	228 220	1 478 134	3 938 127	6 216 771
Swaps com opcionalidade (<i>swap option</i>)	—	—	149 267	—	72 675	221 942
Caps	—	—	—	331 029	1 119 662	1 450 691
Floors	—	—	—	40 000	—	40 000
	374 587	197 703	399 387	1 861 936	5 130 464	7 964 077

	2002					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
<i>Cross currency swaps</i> — compras	—	—	—	—	—	—
<i>Cross currency swaps</i> — vendas	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Forwards</i> sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	—	1 635	—	11 445	—	13 080
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	145 363	80 280	542 860	1 018 135	30 100	1 816 738
Opções compradas	—	1 635	—	38 586	—	40 221
Opções vendidas	—	1 635	546	38 586	—	40 767
	145 363	85 185	543 406	1 106 752	30 100	1 910 806
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	—	—	—	—	—	—
	519 950	355 011	942 793	3 128 575	5 160 564	10 106 893
	2001					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras ...	—	—	—	—	—	—
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	—	—	—	—	—	—
<i>Swaps</i> cambiais (<i>Fx swaps</i>)	4 500	31 370	120 000	71 123	—	226 993
Opções compradas	1 615	—	—	—	—	1 615
Opções vendidas	1 615	—	—	—	—	1 615
	7 730	31 370	120 000	71 123	—	230 223
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
FRA (<i>forward rate agreements</i>)	—	—	7 300	42 773	—	50 073
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	4 207 843	1 245 523	1 112 193	1 112 141	680 525	8 358 225
<i>Swaps</i> com opcionalidade (<i>swap option</i>)	—	—	—	138 899	72 674	211 573
<i>Caps</i>	—	—	4 988	—	59 356	64 344
	4 207 843	1 245 523	1 124 481	1 293 813	812 555	8 684 215
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
<i>Cross currency swaps</i> — compras	—	—	8 974	4 614	6 402	19 990
<i>Cross currency swaps</i> — vendas	—	—	8 974	4 614	6 402	19 990
	—	—	17 948	9 228	12 804	39 980
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Forwards</i> sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	2 200	7 240	—	—	—	9 440
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	252 441	56 290	5 000	1 065 817	22 000	1 401 548
Opções compradas	—	—	—	27 141	—	27 141
Opções vendidas	1 100	1 877	—	27 141	—	30 118
	255 741	65 407	5 000	1 120 099	22 000	1 468 247
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	5 090	—	—	—	—	5 090
	4 476 404	1 342 300	1 267 429	2 494 263	847 359	10 427 755

As maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

	2002					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras ...	12 721	4 723	4 148	—	269 035	290 627
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	12 572	4 906	4 148	—	269 035	290 661
	<u>26 293</u>	<u>9 629</u>	<u>8 296</u>	<u>—</u>	<u>538 070</u>	<u>581 288</u>
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	<u>2 426 148</u>	<u>2 206 103</u>	<u>2 633 840</u>	<u>1 382 392</u>	<u>1 045 606</u>	<u>9 694 089</u>
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	<u>11 603</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>11 603</u>
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Forwards</i> sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	—	—	—	—	—	—
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	70 508	13 854	50 023	92 220	—	226 605
Opções compradas	—	—	3 280	—	—	3 280
Opções vendidas	—	599	6 554	—	—	7 153
	<u>70 508</u>	<u>14 453</u>	<u>59 857</u>	<u>92 220</u>	<u>—</u>	<u>237 038</u>
Transaccionados em bolsa:						
Futuros (carteira própria)	20 587	—	—	—	—	20 587
<i>Warrants</i> (carteira própria)	—	—	9 839	—	—	9 839
	<u>2 554 139</u>	<u>2 230 185</u>	<u>2 711 832</u>	<u>1 474 612</u>	<u>1 583 676</u>	<u>10 554 444</u>
2001						
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras	276	11 415	—	—	293 486	305 177
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	275	10 121	—	—	293 486	303 882
Opções vendidas	8 285	—	—	—	—	8 285
	<u>8 836</u>	<u>21 536</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>586 972</u>	<u>617 344</u>
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	<u>366 680</u>	<u>39 988</u>	<u>25 986</u>	<u>895 920</u>	<u>947 196</u>	<u>2 275 770</u>
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	<u>52 800</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>52 800</u>
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Forwards</i> sobre cotações (<i>equity forwards</i>)	—	49 240	—	—	—	49 240
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	14 964	36 045	4 041	169 019	—	224 069
Opções compradas	—	11 172	—	—	—	11 172
Opções vendidas	29 242	65 577	14 920	—	—	109 739
	<u>44 206</u>	<u>162 034</u>	<u>18 961</u>	<u>169 019</u>	<u>—</u>	<u>394 220</u>
Transaccionados em bolsa:						
Futuros	<u>42 139</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>42 139</u>
	<u>514 661</u>	<u>223 558</u>	<u>44 947</u>	<u>1 064 939</u>	<u>1 534 168</u>	<u>3 382 273</u>

25 — Movimentos nas provisões:

Durante os exercícios de 2002 e 2001, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

Contas	Saldos em 3 de Dezembro de 2001	Resultados		Transfe-rências	Utili-zações e outros	Saldos em 3 de Dezembro de 2002
		Aumentos	Reposições			
Provisões classificadas no passivo:						
Para riscos e encargos:						
Para riscos gerais de crédito [notas n.ºs 14 e 3.3 alínea j)]	57	471	(345)	—	—	183
Para outros riscos e encargos [nota n.º 3.3 alínea k)]	19 584	4 920	(433)	2 114	—	26 185
	19 641	5 391	(778)	2 114	—	26 368
Fundo para riscos bancários gerais [nota n.º 3.3 alínea l)]	3 614	3 423	(2 292)	(2 114)	—	2 631
Provisões classificadas como redução do activo:						
Para créditos e juros vencidos — crédito sobre clientes (nota n.º 14)	241	—	—	—	(241)	—
Para risco-país:						
Títulos de rendimento fixo	—	—	—	—	—	—
Para depreciação de títulos de investimento:						
De rendimento fixo (nota n.º 10)	617	121	(470)	—	—	268
De rendimento variável (nota n.º 10)	781	1 751	(2 077)	—	—	455
	1 398	1 872	(2 547)	—	—	723
Para outros activos (nota n.º 31)	22	260	(31)	—	(20)	231
	24 916	10 946	(5 648)	—	(261)	29 953

Contas	Saldos em 3 de Dezembro de 2000	Resultados		Transfe-rências	Utili-zações e outros	Saldos em 3 de Dezembro de 2001
		Aumentos	Reposições			
Provisões classificadas no passivo:						
Para riscos e encargos:						
Para riscos gerais de crédito [notas n.ºs 14 e 3.3 alínea j)]	336	247	(508)	(18)	—	57
Para outros riscos e encargos [nota n.º 3.3 alínea k)]	499	925	—	18 160	—	19 584
	835	1 172	(508)	18 142	—	19 641
Fundo para riscos bancários gerais [nota n.º 3.3 alínea l)]	5 244	1 759	(3 247)	(142)	—	3 614
Provisões classificadas como redução do activo:						
Para créditos e juros vencidos — crédito sobre clientes (nota n.º 14)	1 701	—	—	(21)	(1 439)	241
Para risco-país:						
Títulos de rendimento fixo	2 634	—	(2 634)	—	—	—
Para depreciação de títulos de investimento:						
De rendimento fixo (nota n.º 10)	253	748	(183)	—	(201)	617
De rendimento variável (nota n.º 10)	344	6 501	(6 064)	—	—	781
	597	7 249	(6 247)	—	(201)	1 398
Para outros activos (nota n.º 31)	38 924	—	(20 923)	(17 979)	—	22
	49 935	10 180	(33 559)	—	(1 640)	24 916

Em 31 de Dezembro de 2000, as provisões para outros activos destinavam-se a fazer face aos riscos inerentes à conta a receber decorrente da alienação da participação na Eurociber. Para fazer face aos riscos inerentes à participação detida na Pararede, SGPS, S. A., o Banco dispõe de uma provisão no montante de 18 001 milhares de euros na rubrica provisões para outros riscos e encargos.

A provisão para risco país em 31 de Dezembro de 2000 destinava-se a títulos não cotados emitidos por entidades argentinas, os quais foram vendidos no exercício de 2001, tendo a respectiva provisão sido anulada.

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Activo:		
Proveitos a receber:		
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de cobertura	101 057	66 587
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de negociação	92 296	18 051
Comissões a receber	4 835	4 672
Juros de aplicações em instituições de crédito	7 935	5 665
Juros de títulos de investimento	2 919	136
Juros de depósitos à ordem	2 088	—
Juros de crédito interno	304	316
Juros de títulos de depósito	14	23
Despesas com custo diferido:		
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro	31 328	—
Opções — de cobertura	7 293	—
Passivos subordinados	2 888	4 947
Outras responsabilidades representadas por títulos	516	1 342
Outras	403	190
Flutuação de valores	—	11 267
Outras contas de regularização		
Proveitos e custos em suspenso:		
Reavaliação de <i>forwards</i>	—	1 348
Operações de <i>equity swap</i>	5 492	15 239
Opções — mercado de balcão	—	14 806
Outras	1 412	—
Operações de Bolsa a regularizar [nota n.º 3.3, alínea e)]	65 350	241 791
Outras	385	1 114
	326 515	387 494

O montante registado na rubrica de despesas com custo diferido — responsabilidades representadas por títulos corresponde aos descontos na emissão das obrigações de caixa emitidas pelo Banco, os quais são amortizados linearmente por contrapartida de custos ao longo do período de vida de cada operação.

	2002	2001
Passivo:		
Custos a pagar:		
Juros de recursos em instituições de crédito	3 684	1 771
Juros de débitos representados por títulos	2 537	3 214
Juros de depósitos	8 044	12 419
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de cobertura	91 543	57 955
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de negociação	95 810	12 795
Outros custos a pagar:		
Prémios a pagar aos empregados e órgão de gestão	1 667	13 326
Provisão para férias e subsídio de férias	708	999
Outros	6 487	4 830
Receitas com proveito diferido:		
Operações de compra com acordo de revenda	268	249
<i>Warrants</i>	—	17
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro — de cobertura	34 360	115
Reavaliação de futuros	—	121
Operações de opções	3 280	—
Outros	86	—
Outras contas de regularização:		
Reavaliação da posição cambial a prazo	168	—
Proveitos e custos em suspenso:		
Operações de <i>equity swap</i>	—	15 076
Opções mercado de balcão	8 528	121 107

	2002	2001
Provisão para impostos sobre lucros (nota n.º 41)	1 205	1 281
Operações de Bolsa a regularizar [nota n.º 3.3, alínea e)]	64 403	228 062
Reavaliação de <i>swaps</i> de taxa de juro	3 151	5 377
Outros	827	712
	<u>326 756</u>	<u>479 426</u>

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

	2002	2001
Títulos emitidos por valor inferior ao seu valor de reembolso	2 888	5 897
Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	44	47
Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	19	1 092

b) Diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos de investimento e os que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados):

	2002	2001
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
Títulos da dívida pública:		
Custo de aquisição	2 002	2 618
Provisões constituídas	—	(1)
Valor de balanço	2 002	2 617
Mais-valias potenciais	27	13
Valor de mercado	<u>2 029</u>	<u>2 630</u>
De outros emissores nacionais:		
Custo de aquisição	91 742	14 938
Provisões constituídas	(218)	(616)
Valor de balanço	91 524	14 322
Mais-valias potenciais	77	970
Valor de mercado	<u>91 601</u>	<u>15 292</u>
De outros emissores não residentes:		
Custo de aquisição	5 863	249
Provisões constituídas	(25)	—
Valor de balanço	5 838	249
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	<u>5 838</u>	<u>249</u>
Títulos subordinados:		
Custo de aquisição	993	—
Provisões constituídas	(25)	—
Valor de balanço	968	—
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	<u>968</u>	<u>—</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável:		
Custo de aquisição	59 556	74 876
Provisões constituídas	(455)	(781)
Valor de balanço	59 101	74 095
Mais-valias potenciais	67	307
Valor de mercado	<u>59 168</u>	<u>74 402</u>

c) Diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos de negociação e os que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição:

	2002				
	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores públicos nacionais	Títulos de outros emissores não residentes	Acções e outros títulos de rendimento variável
Valor de mercado	55 110	149 821	25 915	—	27 071
Mais-valias potenciais	(1 484)	(6 931)	(486)	—	(276)
Menos-valias potenciais	—	—	15	—	1 905
Custo de aquisição	53 626	142 890	25 444	—	28 700

	2001				
	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores públicos nacionais	Títulos de outros emissores não residentes	Acções e outros títulos de rendimento variável
Valor de mercado	22 944	214 000	15 183	5 374	97 986
Mais-valias potenciais	—	(4)	(256)	(15)	(17 435)
Menos-valias potenciais	218	6 013	9	—	29 221
Custo de aquisição	23 162	220 009	14 936	5 359	109 772

d) Montante dos lucros e dos prejuízos não realizados, imputados aos resultados do exercício, com origem na avaliação a preços de mercado dos títulos da carteira de negociação constantes do balanço:

	2002				
	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores públicos nacionais	Títulos de outros emissores não residentes	Acções e outros títulos de rendimento variável
Mais-valias potenciais	736	2 800	400	—	1 995
Menos-valias potenciais	(1)	—	(78)	—	(366)
	735	2 800	322	—	1 629

	2001				
	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores públicos nacionais	Títulos de outros emissores não residentes	Acções e outros títulos de rendimento variável
Mais-valias potenciais	27 561	91 472	1 375	88	62 991
Menos-valias potenciais	(26 679)	(94 569)	(743)	(74)	(74 105)
	882	(3 097)	632	14	(11 114)

29 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o capital social do Banco encontra-se representado por 5 250 000 acções, com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscrito e realizado. O capital social do Banco é integralmente detido pela Foggia, SGPS, S. A.

31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Outros activos:		
Subscrição indirecta de acções	19 500	—
Outras imobilizações financeiras	6 591	3 842
Estruturas de <i>equity swap</i>	4 678	2 196
IRC a recuperar (nota n.º 41)	2 795	1 360
<i>Swaps</i> de moeda	1 894	5 085
IVA a recuperar	25	69
Devedores diversos:		
Residentes	1 718	4 782
Não residentes	746	629

	2002	2001
Devedores por operações sobre futuros e opções:		
Contas margem de futuros	4 372	2 167
Ajustamento de cotações	—	10
Outros	100	50
Outras disponibilidades	—	1 912
	42 419	22 102
Provisões para outros activos (nota n.º 25)	(231)	(22)
	42 188	22 080

A rubrica de contas margem de futuros refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais, relativas à actividade de *trading* de futuros.

A rubrica de subscrição indirecta de acções refere-se à tomada firme de um aumento de capital da Modelo Continente, cuja subscrição pelo tomador final ocorrerá em Janeiro de 2003.

Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de devedores diversos — residentes inclui 3086 milhares de euros relativos a Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares pago pela Santander — SGFIM, por conta do Fundo Luso acções.

A rubrica de outras imobilizações financeiras tem a seguinte composição:

	2002	2001
TREM — Aluguer de Material Circulante, ACE	2 850	2 850
Nortrem — Aluguer de Material Ferroviário, ACE	2 958	—
Autoloc — Aluguer de Autocarros, ACE	775	775
Associação da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	—	210
Outras	8	7
	6 591	3 842

O movimento ocorrido nas provisões para outros activos durante os exercícios de 2002 e 2001 é apresentado na nota n.º 25.

	2002	2001
Outros passivos		
<i>Equity swaps</i>	1 815	4 253
IRC a pagar (nota n.º 41)	2 545	1 804
Retenção de impostos na fonte	618	378
Fornecedores	492	3 236
Contribuições para a segurança social	127	130
IVA a pagar	108	14
Comitentes	101	688
Outros	30	646
	5 836	11 149

32 — Fundos sob gestão:

Os principais dados financeiros relativos aos Fundos geridos pela Santander — SGFIM, Santander Imovest e Santander Pensões podem ser resumidos como segue:

	Unidades de participação		Capital do fundo	
	2002	2001	2002	2001
Santander — SGFIM:				
Euro — Futuro Telecomunicações	2 133 803	2 281 754	12 699	26 534
Euro — Futuro Banca e Seguros	1 197 581	1 386 315	19 122	34 535
Euro — Futuro Tecnologias da Informação	—	267 720	—	3 703
Euro — Futuro Cíclico	—	1 269 326	—	29 975
CPP obrigações	—	45 632 177	—	240 702
CPP Tesouraria	—	20 033 047	—	104 371
Euro Capital — 2002	—	500 000	—	24 661
Santander Empresas	—	3 366 186	—	17 925
Santander Novo Fundo	—	17 965 186	—	176 698
Totta Capital Europa	520 000	520 000	25 450	25 136
Valor Futuro FPR/E	—	872 396	—	4 511
Euro Capital 2004	—	1 500 000	—	73 161
Santander Obrigações Mercados Emergentes	—	2 322 851	—	11 718
Santander Capital — 2002	—	766 814	—	38 596
Luso — Valor	—	2 551 020	—	64 291
Eurosul	—	2 100 000	—	46 202

	Unidades de participação		Capital do fundo	
	2002	2001	2002	2001
Euro — Futuro acções defensivas	899 002	688 831	15 694	16 350
Santander — Iberfundo acções	—	538 069	—	6 161
Santander Multipoupança	4 217 472	7 786 046	22 521	42 479
Santander Multidiversificação	2 856 806	3 651 456	13 020	19 664
Santander Obrigações	—	21 254 363	—	221 169
Santander Telecom	—	1 331 073	—	6 512
Santander — Acções Portugal	3 149 338	3 626 595	41 712	58 466
Santander — PPA	2 659 662	2 838 292	45 156	58 411
Santander — FPR/E	—	1 181 638	—	14 404
Carteira Misto	1 296 033	1 804 317	7 373	10 738
Carteira Protecção	776 061	1 063 522	4 725	6 384
Santander — Acções Europa	15 507 604	15 099 657	46 582	74 539
Santander — Acções Internacionais	1 866 334	3 569 475	7 465	23 445
Santander — Capital Portugal	—	42 437	—	6 611
Santander Banca	—	311 322	—	1 927
Totta Obrigações	—	124 385 823	—	656 851
Totta Taxa Fixa	—	565 532	—	4 934
Totta PPR/E	—	6 752 379	—	113 219
Totta Tesouraria	—	69 262 136	—	361 256
Multiinvest	3 959 264	5 688 702	20 176	31 068
Acções Global	1 460 874	2 865 000	5 108	14 689
Euro Capital — 2003	500 000	—	24 955	—
Multiglobal	14 417 262	—	72 922	—
MultiEmpresas	2 399 657	—	13 037	—
Reforma Segura FPR/E	12 418 682	—	67 547	—
Santander obrigações Agressivo	538 784	—	2 852	—
MultiTaxa fixa	447 372	—	4 130	—
MultiTesouraria	57 935 159	—	579 990	—
MultiObrigações	399 952 058	—	2 173 033	—
Multibond Premium	22 266 944	—	112 367	—
Reforma Investimento FPR/E	6 754 517	—	110 697	—
			<u>3 448 333</u>	<u>2 671 266</u>
Santander Pensões:				
Fundo de Pensões BTA	n. a.	n. a.	305 559	274 682
Fundo de Pensões CPP	n. a.	n. a.	388 759	344 255
Fundo de Pensões BSP	n. a.	n. a.	80 676	68 708
Fundo de Pensões Petrolgal	n. a.	n. a.	39 688	36 979
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	n. a.	n. a.	781	657
			<u>815 463</u>	<u>725 281</u>
Santander Imovest:				
Imovest	18 380 726	18 380 726	188 899	167 366
NovImovest	13 822 743	9 868 822	75 356	51 484
LusImovest	2 000 000	1 000 000	108 243	51 060
Hispano	2 000 000	1 000 000	108 243	4 954
			<u>480 741</u>	<u>274 864</u>
			<u>4 744 537</u>	<u>3 672 141</u>

34 — Efectivos:

O quadro de pessoal do Banco e associadas, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, pode ser resumido como segue:

	2002	2001
Com funções específicas de enquadramento:		
Administradores	15	11
Direcção	60	60
Técnicos informáticos	3	4
Outros técnicos	37	46
Sem funções específicas de enquadramento:		
Administrativos	47	61
	<u>162</u>	<u>182</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

Nos exercícios de 2002 e 2001, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao conselho de administração ascenderam a 1315 milhares de euros e 1460 milhares de euros, respectivamente.

Não existem adiantamentos ou créditos concedido a membros dos órgãos sociais bem como compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37 — Montante global dos activos e passivos representados em moeda estrangeira:

O contravalor para euros dos elementos do activo e do passivo representados em moeda estrangeira é como segue:

	2002	2001
Activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições crédito	935	8 497
Outros créditos sobre instituições de crédito	23 807	1 722
Créditos sobre clientes	98	275
Outros activos	3 312	5 085
Contas de regularização	404	19 531
Operações cambiais (compras)	152 251	181 389
Títulos	871	—
	<u>181 678</u>	<u>216 499</u>
Passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	28 416	43 428
Débitos para com clientes	2 104	393
Contas de regularização	954	15 954
Operações cambiais (vendas)	151 429	157 861
	<u>182 903</u>	<u>217 636</u>
Activo/(passivo) líquido	<u>(1 225)</u>	<u>(1 137)</u>

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a totalidade dos proveitos foi gerada na actividade do território nacional.

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços diversos	75	12
Outros	30	52
	<u>105</u>	<u>64</u>
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	41	52
Outros	4	3
	<u>45</u>	<u>55</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobilizados	180	24
Ganhos relativos a exercícios anteriores	400	371
Outros	996	394
	<u>1 576</u>	<u>789</u>
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na realização de valores imobilizados	73	36
Outras perdas em valores imobilizados	21	22
Multas e outras penalidades legais	90	3
Indemnização por incumprimento de contratos	245	—
Perdas relativas a exercícios anteriores	1 827	165
Prémios pagos com base na decisão da assembleia geral, de 20 de Agosto de 2001	—	20 523
Outros	696	1 225
	<u>2 952</u>	<u>21 974</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de mais-valias na venda de imobilizado inclui 180 milhares de euros relativos à mais-valia apurada na venda de acções da Taxagest.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores inclui aproximadamente 1600 milhares de euros relativos a custos associados a produtos derivados que se encontravam

compensados com ganhos que foram registados em lucros em operações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica de ganhos extraordinários — outros inclui 694 milhares de euros e 355 milhares de euros, respectivamente, relativos a excesso de estimativa para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas do ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de ganhos relativos a exercícios anteriores inclui 281 milhares de euros relativo a excesso de estimativa de bónus a pagar aos colaboradores.

40 — Encargos imputados e pagos no período relativos a passivos subordinados:

Os montantes dos encargos imputados e pagos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, relativos aos empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados, são como segue:

	2002		2001	
	Valores pagos	Valores imputados a custos	Valores pagos	Valores imputados a custos
BSNP/96 — 1.ª série	—	349	—	349
BSNP/96 — 2.ª série	—	174	—	174
BSNP/96 — 3.ª série	—	1 262	—	1 262
BSNP/96 — 4.ª série	—	124	—	124
BSNP/96 — 5.ª série	—	148	—	148
	—	2 057	—	2 057

Os juros relativos aos empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados serão pagos no vencimento destas emissões.

41 — Carga fiscal:

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco e subsidiárias durante um período de quatro anos (oito anos relativamente à segurança social), podendo resultar, devido a diferen-

tes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 1999 a 2002.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58.º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente ao período acima referido, seja significativa para as demonstrações financeiras.

O Banco foi notificado, em 30 de Dezembro de 2002, do projecto de conclusões da acção de inspecção realizada ao exercício de 2000. O referido projecto de conclusões propõe correcções à matéria colectável de IRC no montante de 2899 milhares de euros (correspondente a 1020 milhares de euros de imposto) de imposto em falta. Adicionalmente foi notificado de retenções na fonte em falta, no montante de 2763 milhares de euros.

O Banco aderiu relativamente a esta matéria ao regime de regularização de dívidas (Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro) efectuando o pagamento parcial de 449 milhares de euros no início de Janeiro de 2003. O Banco apresentou defesa contra as propostas de correcção, em sede de direito de audição, para um montante de imposto de 1835 milhares de euros, tendo aceite um montante de 1948 milhares de euros, excluindo juros compensatórios. O Banco tem registadas provisões na rubrica de provisões para riscos e encargos para fazer face a estes passivos.

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionando aquela dotação foi a seguinte:

	2002	2001	2000
Dotação para impostos sobre lucros	6 402	5 573	2 997
Lucro antes de impostos	44 999	27 523	23 654
Carga fiscal (percentagem)	14,23	20,25	12,67
Pagamentos por conta e retenções na fonte	5 447	5 129	6 374
Impostos sobre lucros a (recuperar)/pagar (nota n.º 31)	955	444	(3 377)

A carga fiscal é inferior à taxa normal essencialmente devido ao regime de tributação dos ganhos resultantes da reavaliação de operações de derivados e à imputação de prejuízos gerados por agrupamentos complementares de empresas.

43 — Consolidação:

As contas do Banco serão consolidadas a nível das demonstrações financeiras do Banco Totta & Açores, S. A., com sede na Rua Áurea, 88 — Lisboa, local onde poderão ser obtidas.

47 — Resultados com empresas do grupo:

Os resultados gerados com empresas do Grupo BSCH em Portugal foram os seguintes:

	2002	2001
Custos:		
Juros de recursos alheios:		
Depósitos a prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	767	865
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	7	23
Banco Santander Portugal, S. A.	565	130
Empréstimos:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	286
Mercado Monetário Interbancário:		
Banco Santander Portugal, S. A.	357	1
Banco Totta & Açores, S. A.	21	—
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	27	—
Depósitos à ordem:		
Banco Totta & Açores, S. A.	2	—
Banco Santander Portugal, S. A.	4	—
Totta Finance	10	—
	<u>1 760</u>	<u>1 305</u>

	2002	2001
Comissões:		
Serviços bancários de terceiros:		
Banco Totta & Açores, S. A.	—	1
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	—	40
Operações realizadas por terceiros — de títulos:		
Banco Totta & Açores	15 787	10 101
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	6 445	3 872
Banco Santander Portugal, S. A.	7 246	5 848
	<u>29 478</u>	<u>19 862</u>
Proveitos:		
Juros de disponibilidades:		
Depósitos à ordem:		
Banco Totta & Açores, S. A.	30	160
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	34	25
Banco Santander Portugal, S. A.	9	1
	<u>73</u>	<u>186</u>
Juros de aplicações:		
Mercado Monetário Interbancário:		
Banco Santander Portugal, S. A.	1 383	64
Banco Totta & Açores, S. A.	2 410	—
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	381	—
Depósito a prazo:		
Banco Totta & Açores, S. A.	287	3 707
Companhia Geral do Crédito Predial Português, S. A.	3 083	2 746
Banco Santander Portugal, S. A.	1 305	7
	<u>8 849</u>	<u>6 524</u>

Os resultados gerados com empresas do Grupo SCH no estrangeiro foram os seguintes:

	2002	2001
Juros e custos equiparados:		
SCH London	2	3
SCH Madrid	161	1 219
Comissões (custos):		
SCH — Soc. Valores	—	17
SCH Madrid	—	1
SCH Suisse	3	—
SCH Miami	1	—
SCH Investment	49	—
Grupo Banesto	496	—
Juros e proveitos equiparados:		
Banco Santander New York	—	53
SCH London	65	2
Banco Santander Miami	—	2
Banco Santander Paris	—	21
SCH Madrid	1 319	1
Grupo Banesto	163	—
Comissões (proveitos):		
SCH London	75	—

49 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Caixa	9	14
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	1 452	730
	<u>1 461</u>	<u>744</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, visam satisfazer os requisitos legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o aviso n.º 7/94, do Banco de Portugal, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis.

50 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica reflecte por depósitos à ordem e tem a seguinte composição:

	2002	2001
Em instituições no País	8 872	15 750
Em instituições no estrangeiro	6 813	17 174
	<u>15 685</u>	<u>32 924</u>

51 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Obrigações de caixa:		
BSNP/96 — 1.ª emissão	8 076	7 300
BSNP/96 — <i>Reverse</i>	6 384	6 381
BSNP/97 — Cupão zero	799	799
BSNP/98 — Cupão zero — 2002	—	3 971
BSNP/99 — Cupão zero — 2002	—	6 500
BSNP/00 — Cupão zero — 2002	2 300	2 300
BSNP/01 — Cupão zero — 2004	7 400	7 400
<i>Warrants:</i>		
Vodafone + Nokia	—	1 200
Vivendy + B. Sky	—	520
EDN + RWE — Maio de 2002	—	130
Call PSI 20 — Maio de 2002	—	5 006
	<u>24 959</u>	<u>41 507</u>

As condições dos débitos representados por títulos encontram-se detalhadas no Anexo I.

52 — Movimento da situação líquida:

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2002 e 2001, foi o seguinte:

	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Legais	Outras	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	26 250	2 357	3 538	55 931	59 469	75	20 657	108 808
Aplicação de resultados	—	—	1 325	19 332	20 657	—	(20 657)	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	21 950	21 950
Outros	—	—	—	(63)	(63)	—	—	(63)
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	26 250	2 357	4 863	75 200	80 063	75	21 950	130 695
Aplicação de resultados	—	—	1 685	4 432	6 117	15 833	(21 950)	—
Amortização da diferença de consolidação na aquisição do CPP	—	—	—	(14 462)	(14 462)	—	—	(14 462)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	38 597	38 597
Outros	—	—	—	770	770	—	—	770
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	26 250	2 357	6 548	65 940	72 488	15 908	38 597	155 600

A rubrica de prémios de emissão refere-se aos prémios de emissão relativos a aumentos de capital efectuados em exercícios anteriores. Os prémios de emissão só poderão ser utilizados para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, o Banco e as empresas financeiras do Grupo deverão constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, são anualmente transferidos para a reserva legal o equivalente a 10% do resultado líquido de cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as reservas legais das empresas integradas no processo de consolidação e indisponíveis de acordo com a legislação em vigor ascendem a 4158 milhares de euros e 4808

milhares de euros, respectivamente e encontram-se classificadas na rubrica de outras reservas.

A diferença de consolidação positiva (*goodwill*) na aquisição do CPP foi determinada como segue:

Capitais próprios do CPP consolidados em 28 de Fevereiro de 2002	526 624
Percentagem adquirida	5,16
Capitais próprios adquiridos	<u>27 421</u>
Custo de aquisição	41 883
Diferença de consolidação	<u>14 462</u>

A determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2002	2001
Lucro líquido individual do BSNP	23 685	17 592
Lucro líquido das empresas associadas e coligadas:		
BSN-Dealer	3 888	4 227
CPP	3 879	—
Santander — SGFIM	3 942	2 939
BSN — Assessoria Financeira	—	10
Santander Pensões	565	298
Taxagest	918	22 137
Santander — Gestão de Activos	3 525	4 854
SCH Rent	91	39
Santander Imovest	1 817	984
Santander Gest	139	(60)
Anulação de dividendos recebidos de:		
BSN-Dealer	—	(25 000)
Santander — SGFIM	(2 645)	(5 189)
Santander Imovest	(982)	—
BSN-SGFP	—	(364)
Outras participadas	—	(78)
Resultados adquiridos:		
Santander Imovest	—	(278)
Santander Pensões	—	(130)
Anulações de mais-valias, provisões e outros	(225)	(31)
Lucro líquido consolidado	38 597	21 950

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica interesses minoritários refere-se à Taxagest.

Na aquisição da Santander Pensões foi apurada uma diferença de reavaliação de 130 milhares de euros, como segue:

Custo de aquisição	1 031
Capitais próprios à data de aquisição (31 de Maio de 2001)	1 161
Diferença de reavaliação — equivalência patrimonial	130

Na aquisição da Santander Imovest foi apurada uma diferença de consolidação de 222 milhares de euros, como segue:

Custo de aquisição	1 596
Capitais próprios à data de aquisição (31 de Maio de 2001)	1 818
Diferença de consolidação	222

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as diferenças de consolidação foram apuradas nas aquisições das seguintes participadas:

Santander Gestão de Activos	511
Santander Imovest	222
	733

53 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Juros de aplicações:		
Em instituições de crédito no País	9 614	15 721
Em instituições de crédito no estrangeiro	10 409	5 476
Crédito interno	2 430	1 533
Titulos de negociação	9 548	16 354
Titulos de investimento	5 097	1 947
Outros juros e proveitos equiparados:		
De operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações	301 197	204 817
Outros	82	138
	339 052	248 013

54 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Juros de recursos alheios:		
De instituições de crédito no País	3 956	4 009
De instituições de crédito no estrangeiro	3 154	3 760
De depósitos	14 311	20 732
De débitos representados por títulos	2 159	2 012
De capitais próprios e equiparados	2 057	2 057
Outros juros e custos equiparados:		
De operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações	307 426	200 637
Outros	51	11 669
	<u>333 114</u>	<u>244 876</u>

55 — Comissões:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Proveitos:		
Por operações realizadas por conta de terceiros	8 216	9 490
De operações cambiais	384	341
Por serviços bancários prestados	20 773	11 858
Outras comissões:		
De assessoria	6 723	4 508
De organização	350	831
De subscrição	32	40
De gestão	30 540	25 562
Outras	—	891
	<u>67 018</u>	<u>53 521</u>
Custos:		
De operações realizadas por terceiros	34 010	24 242
De operações cambiais	475	432
De serviços bancários	1 600	1 353
Outras comissões	38	186
	<u>36 123</u>	<u>26 213</u>

A rubrica de comissões por operações realizadas por conta de terceiros refere-se essencialmente a comissões de operações sobre títulos.

56 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Lucros em operações financeiras:		
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	41 702	181 083
Lucros e diferenças de reavaliação em aplicações	756 659	229 004
Lucros e proveitos de operações extrapatrimoniais	614 410	628 262
Outros lucros em operações financeiras:		
Equity swaps	31 288	54 732
Outros	13 351	8 555
	<u>1 457 410</u>	<u>1 101 636</u>
Prejuízos em operações financeiras:		
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	39 868	181 424
Prejuízos e diferenças de reavaliação em aplicações	774 785	241 355
Custos e prejuízos de operações extrapatrimoniais	582 192	604 617
Outros prejuízos em operações financeiras:		
Equity swaps	27 574	60 950
Outros	6 771	1 224
	<u>1 431 190</u>	<u>1 089 570</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de lucros e proveitos em operações extrapatrimoniais inclui 5126 milhares de euros relativos ao exercício de opções sobre acções da Euronext, recebidas na permuta com a participação detida na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto.

57 — Custos com pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Vencimentos e salários:		
Órgãos de gestão	1 700	1 460
Empregados	6 077	8 235
	7 777	9 695
Encargos sociais	1 214	1 385
Outros custos com pessoal	341	288
	1 555	1 673
	9 332	11 368

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Ana Patrícia Botin*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca*, vogal — *João Ricardo de Azevedo Ermida*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Manuel Arrojo*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Pedro Gaspar Fialho*, vogal — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère*, vogal — *Valentim Xavier Pintado*, vogal.

Certificação legal das contas consolidadas e relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (Banco detido pelo Grupo Santander Central Hispano, nota introdutória), e subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 1 460 267 milhares de euros e capitais próprios de 155 600 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 38 597 milhares de euros, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a

verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação (e quando for o caso, a aplicação do método da equivalência patrimonial) e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfase*. — No exercício de 2002, o Banco procedeu à amortização antecipada das diferenças de consolidação no montante de 14 462 milhares de euros, pagas na aquisição de uma participação de 5,16% na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., directamente por contrapartida de outras reservas (notas n.ºs 3.2 e 52).

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2003. — Magalhães, Neves e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2002 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., os quais são da responsabilidade do conselho de administração do Banco.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco e empresas participadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do exercício de 2002 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas de resultados e de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2002 elaborado pelo conselho de administração. Adicionalmente, analisámos a certificação legal das contas, elaborada pelo revisor oficial de contas vogal deste conselho, a qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no ponto 6 da certificação legal das contas e relatório de auditoria, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco supra-referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003. — O Conselho Fiscal: *António Mendo Castel-Branco Borges*, presidente — *António Barreira*, *Fernando Vieira*, *Justino Romão & Associados*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Fernando Jorge Marques Vieira*, vogal — *Magalhães, Neves & Associados*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

Relatório dos auditores

1 — Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (Banco detido maioritariamente pelo Grupo Santander Central Hispano, nota introdutória), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas de resultados e de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

4 — No exercício de 2002, o Banco procedeu à amortização antecipada das diferenças de consolidação no montante de 14 462 milhares de euros, pagas na aquisição de uma participação de 5,16% na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., directamente por contrapartida de outras reservas (notas n.ºs 3.2 e 52).

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2003. — O Auditor, *Deloitte & Touche*.

Extracto da acta n.º 1 da assembleia geral

Certifico, nos termos do artigo 446.º-B do Código das Sociedades Comerciais, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro, que o teor abaixo transcrito, por mim rubricado e autenticado com selo branco em uso no Banco, constam os pontos um a três da acta n.º 1 da assembleia geral realizada em 30 de Abril de 2003, que se encontra exarada no respectivo livro de actas, o qual se encontra devidamente legalizado e selado:

Aos 30 do mês de Abril de 2003, pela 17 horas, na sede social, sita na Avenida Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras, torre 1, 6.º, em Lisboa, reuniram os accionistas do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., pessoa colectiva n.º 502519215, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 2011, com o capital social de 26 250 000 euros. Encontrando-se presentes ou devidamente representados a totalidade dos accionistas em representação da totalidade do capital do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., conforme lista de presenças devidamente assinada que fica anexa à presente acta, foi manifestada a vontade e unanime-

mente deliberado constituírem-se em assembleia geral, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais. Assumiu a presidência da mesa o presidente eleito — Dr. Jorge Maria Bleck, secretariado pela Dr.ª Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes, secretária da mesma mesa e da sociedade.

O presidente da mesa verificou estar a assembleia legalmente constituída e em condições de deliberar pelo que declarou aberta a sessão, propondo, o que foi aprovado por unanimidade, que a Assembleia deliberasse sobre os seguintes pontos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão do conselho de administração e o balanço e contas, relativos ao exercício de 2002, bem como o relatório consolidado de gestão do conselho de administração e o balanço e contas consolidadas, relativos ao exercício de 2002;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2002;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

(...).

Entrando-se no ponto 1.º da ordem do dia, tomou a palavra o presidente do conselho de administração — Eng. Eurico da Silva Teixeira de Melo, que descreveu a conjuntura macroeconómica e explicou os pontos fundamentais da actividade do Banco e das acções do conselho de administração durante o exercício de 2002.

Foi, seguidamente, concedida a palavra ao Dr. Miguel Bragança que desenvolveu e explicou todos os aspectos que, no exercício em apreço, foram mais relevantes para o Banco que apresentou um resultado individual líquido de impostos de 23 684 610,90 euros e um resultado consolidado líquido de impostos de 38 597 000 euros.

Após a discussão, passou-se à votação tendo sido aprovado, por unanimidade, o relatório, balanço e contas apresentados pelo conselho de administração, relativo às contas individuais e consolidadas, do exercício de 2002.

Passando-se à apreciação do ponto 2.º da ordem do dia e considerando que o resultado líquido de impostos do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., foi de 23 684 610,90 euros, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em atenção o disposto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de resultados do exercício:

a) 2 368 461,09 euros para reserva legal;

b) 1 136 282,90 euros para distribuição aos administradores, segundo a imputação individual que for deliberada pela Comissão de Vencimentos;

c) 20 179 866,91 euros para reservas livres.

Foi ainda deliberado, também por unanimidade, que qualquer montante até ao valor levado a reservas livres poderá ser distribuído aos accionistas, em qualquer altura do corrente ano, observadas as condições legais aplicáveis e se e quando o conselho de administração o julgar conveniente, ficando desde já mandatado para o efeito.

Seguidamente, e entrando no ponto 3.º da ordem do dia, foi aprovado também por unanimidade, um voto de louvor e confiança na administração e na fiscalização do Banco pela actividade desenvolvida, bem como em cada um dos membros daqueles órgãos.

(...)

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada esta sessão pelas 18 horas e 30 minutos, e dela lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente e secretário da mesa e secretário da sociedade.

Mais certifico, igualmente, nos termos do referido preceito legal, que nada consta no restante texto da citada acta que altere, restrinja ou modifique de qualquer forma a aludida deliberação do conselho de administração.

A Secretária da Sociedade, *Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes*.

2000605133

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
